

HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública

ISSN 1981-6308 / ISSN ON LINE 2359-5124

Vol. 19 - Nº 1 Ano 2019 Jan / Dez.



Coordenação Estadual do Programa Educacional de Resistência às Drogas de Mato Grosso
(PROERD)

Rua Dr. Hélio Ribeiro - Bairro Paiaguás - Cuiabá / MT





REVISTA HOMENS DO MATO

ISSN 1981-6308 / ISSN ON LINE 2359-5124

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Vol. 19 - Nº 1- Ano 2019

Jan a Dez

“HOMENS DO MATO”

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública criada pela Portaria nº 003/APMCV de 12 de julho de 2005 – ISSN 2359-5124

PRODUÇÃO

Conselho Editorial sob a gerência da Msc. Fernanda Leonel Machado, Oficial da Polícia Militar de Mato Grosso.

CONSELHO EDITORIAL

Editora Geral: Msc. Fernanda Leonel Machado

Membros: CONSELHO

Dr. Almir Balieiro	Msc. Claudia Cristina Carvalho
Dra. Diva Maria de Oliveira Mainardi	Msc Enzi Cerqueira Almeida Jr.
Dr. Edson Benedito Rondon Filho	Msc. Fernanda Leonel Machado
Dr. Einstein Lemos Aguiar	Msc. Flávio Gledson V. Bezerra
Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos	Msc. Jamil Queiróz
Dr. Gabriel Rodrigues Leal	Msc. Josemy Brito Silva
Dr. George Felipe Dantas	Msc. Léo Torres Santos
Dr. Laudicério Aguiar Machado	Msc. Marcos Roberto Gonçalves
Dra. Maria Aparecida Morgado	Msc. Maricilda Nascimento Farias Gonçalves
Dra. Nágila de Moura Brandão	Msc. Martim Cabeleira De Moraes Jr.
Dr. Naldson Ramos da Costa	Msc. Sebastião Carlos Rodrigues da Silva
Dra. Rochele Fellini Fachinetto	Esp. Carlos Eduardo Pinheiro da Silva
Dr. Ronilson de Souza Luiz	Esp. Everson Cezar Gomes Metelo
Dra. Suely Dulce de Castilho	Esp. Fabiano Pessoa
Dr. Wilquerson Felizardo Sandes	Esp. José Antônio Gomes Chaves
Msc. Alessandro Souza Soares	Esp Marcos Roberto Sovinski
Mcs. Almir França Ferraz	Esp. Ridalva Reis Souza
Msc. Anderson Przybyszewski Silva	Esp. Rogério Francia Farias
Msc. Clarindo Alves Castro	Esp. Wanderson Nunes de Siqueira

Editores de seção:

Msc Fernanda Leonel Machado.

Msc. Anderson Przybyszewski Silva

Editoração Eletrônica e arte da capa: Msc. Enzi Cerqueira Almeida Jr.

Revisão gramatical: Msc. Fernanda Leonel Machado.

Capa: Coordenadoria Estadual do PROERD

REVISTA HOMENS DO MATO. Polícia Militar de Mato Grosso –
PMMT. Centro de Desenvolvimento e Pesquisa, nº 1 Vol. 20, 2020.

Periodicidade Semestral

ISSN 2359-5124

1. Polícia Militar, 2. Centro de Desenvolvimento e Pesquisa, 3.
Segurança Pública, 4. Título, 5. Periódico.

EDITORIAL

Prezados (as) Leitores (as)!

A Revista Científica Homens do Mato tem mantido o firme propósito de continuar a divulgação dos textos produzidos com foco na discussão sobre as atividades da Segurança Pública. Entendemos a importância deste canal informativo, que privilegia a seriedade de profissionais que problematizam suas ações e suas funções, sempre buscando avanços positivos para a atuação prática. Este processo - pensar a Instituição - é um trabalho de artesão, busca o detalhamento, a singularidade, está calcado na inquietação que o assunto lhe produz e, portanto, a conclusão de uma pesquisa necessita da formalidade da publicação, é a apresentação do pensamento ao mundo. Aqui estamos nós, dando publicidade a ciência que permeia as instituições.

Iniciamos a seção de artigos falando sobre a importância integração de ações na segurança pública para a diminuição de índices criminais, os pesquisadores Jean Klebber Britto da Silva e Josadack Valdevino Teixeira apresentam sua pesquisa sobre “A integração estratégica entre instituições de Segurança Pública estadual e sua eficácia para o alcance dos índices de produtividade estabelecidos no Plano Estadual de Segurança Pública – MT, referentes aos crimes de roubo na Região Integrada 2 – Várzea Grande”.

A ação de inteligência é um ponto importante na atuação policial, principalmente quando entendida como estratégica para viabilização de tomada de decisão e prevenção de crimes. Neste viés, os pesquisadores Anderson Luiz do Prado e Bruno Rezende Cabral analisam “A atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) como ferramenta de assessoramento ao policiamento ostensivo na prevenção ao crime de homicídio doloso em Cuiabá – MT”.

Atentos a necessidade de institucionalização da prática de atividade física por parte dos policiais militares, buscando melhor condicionamento para a atuação profissional, os pesquisadores Wangles dos Santos Lino e Lindberg Carvalho de Medeiros sugerem “A implementação do Curso de Instrutor de Educação Física

Militar no âmbito da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso como forma de melhorar a saúde física e qualidade de vida dos policiais militares”.

A especialização da atuação da Polícia Militar de Mato Grosso é tema importante abordado por Sérgio Alves Padilha Ribeiro. Apresenta estudo sobre a importância de se estabelecer um procedimento padrão para atuação em crimes que vitimizam crianças e adolescentes, para tanto, ele verte o olhar para uma “Análise da atuação da Polícia Militar junto ao “Projeto Luz” na cidade de Nova Mutum - MT: viabilização de uma rede de proteção à criança e adolescente”.

Seguindo a esteira da necessidade de observar a qualidade de vida do policial militar, os pesquisadores Vânia Garcia Rosa e Temístocles Alves Araújo Junior buscaram estudar “A efetividade das ações voltadas à qualidade de vida no trabalho de acordo com a Política de Saúde e Segurança no Trabalho no âmbito da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso” e nos apresentam a importância da saúde emocional para um trabalho de excelência.

Os pesquisadores Licínio Ramalho Tavares e Jefferson da Silva Amarante trouxeram dados importantes sobre a atividade de prevenção de incêndio na cidade de Cuiabá - MT, buscaram realizar um estudo sobre as condições da rede de hidrantes do município e apresentaram um “Diagnóstico das redes de hidrantes urbanos na cidade de Cuiabá: novo desafio para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso”.

Destacamos na seção de resenhas o estudo do pesquisador Elcio Bueno de Magalhães sobre o livro “A Inglaterra elisabetana e os conflitos pelo poder”, do autor José Renato Ferraz da Silveira. O texto faz referência a ascensão da Rainha Elizabeth I ao Reino da Inglaterra em 1558, que encontrou o país em profunda crise econômica, política e religiosa. Os talentos políticos da rainha fizeram o país prosperar, promoveu reformas internas, estabeleceu parceria com a Escócia e encerrou os conflitos com a Espanha. Uma vida que deixou legado sobre governança e estratégia. É uma obra destinada aos leitores/pesquisadores que se debruçam sobre a temática de “relações de poder”, tipos de liderança e os conflitos que possam advir destas relações.

Concluimos com a entrevista do Cel PM Ronelson Jorge de Barros - Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa da Polícia Militar do estado de Mato Grosso, que nos falou sobre os desafios de seu comando e as principais realizações.

Em todas as edições, buscamos resgatar a imagem de Unidades da Polícia Militar para a capa da Revista Homens do Mato. Assim, celebramos a sede da Coordenadoria Estadual do Programa Educacional de Resistência às Drogas de Mato Grosso (PROERD), localizada na Rua Dr. Hélio Ribeiro, no Bairro Paiaguás, no entorno do Centro Político Administrativo, em Cuiabá - MT. O PROERD é um programa capitaneado pela Polícia Militar desde o ano 2000, tendo sido formalizado pela Lei nº 8984/26Set2008, é responsável pela prevenção de drogas e violência, contando com mais de 340 mil pessoas formadas, entre crianças, jovens e adultos em Mato Grosso.

Tenham uma boa leitura!

Cuiabá-MT, dezembro de 2019

Fernanda Leonel Machado - Ten Cel PM
Editora Geral da RHM

HOMENS DO MATO

Artigos



SUMÁRIO

SEÇÃO DE ARTIGOS

A integração estratégica entre instituições de Segurança Pública estadual e sua eficácia para o alcance dos índices de produtividade estabelecidos no Plano Estadual de Segurança Pública – MT, referentes aos crimes de roubo na Região Integrada 2 – Várzea Grande. p. 13.

Klebber Britto da Silva
Josadack Valdevino Teixeira

A atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) como ferramenta de assessoramento ao policiamento ostensivo na prevenção ao crime de homicídio doloso em Cuiabá – MT. p. 45.

Anderson Luiz do Prado
Bruno Rezende Cabral

A implementação do Curso de Instrutor de Educação Física Militar no âmbito da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso como forma de melhorar a saúde física e qualidade de vida dos policiais militares. p. 73.

Wangles dos Santos Lino
Lindberg Carvalho de Medeiros

Análise da atuação da Polícia Militar junto ao "Projeto Luz" na cidade de Nova Mutum - MT: viabilização de uma rede de proteção à criança e adolescente. p. 97.

Sérgio Alves Padilha Ribeiro

A efetividade das ações voltadas à qualidade de vida no trabalho de acordo com a Política de Saúde e Segurança no Trabalho no âmbito da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso p. 119.

Vânia Garcia Rosa
Temístocles Alves Araújo Junior

Diagnóstico das redes de hidrantes urbanos na cidade de Cuiabá: novo desafio para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso p. 151

Licínio Ramalho Tavares
Jefferson da Silva Amarante

SEÇÃO DE RESENHAS

A Inglaterra elisabetana e os conflitos pelo poder
(José Renato Ferraz da Silveira)

p. 171

Elcio Bueno de Magalhães

SEÇÃO DE ENTREVISTAS

Cel PM Ronelson Jorge de Barros

p. 179

(Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa da Polícia Militar do estado de Mato Grosso)

Fernanda Leonel Machado

A INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL E SUA EFICÁCIA PARA O ALCANCE DOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE ESTABELECIDOS NO PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - MT, REFERENTES AOS CRIMES DE ROUBO NA REGIÃO INTEGRADA 2 - VÁRZE GRANDE

*Jean Klebber Britto da Silva¹
Josadack Valdevino Teixeira²*

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir se a estratégia de integração operacional entre a Polícia Militar e Polícia Judiciária Civil, tem dado bons resultados no enfrentamento aos crimes de roubo. Verificando se a estratégia de integração policial teria impacto na redução do crime de roubo na região integrada de segurança pública 2. Busca confirmar que a estratégia de integração colaborou com a redução dos índices de roubos. O tipo de pesquisa foi o exploratório, o método de abordagem hipotético-dedutivo, utilizando da técnica de pesquisa por meio de entrevista estruturada e questionários. Consideramos que a estratégia de integração embora não consolidada, apresenta resultados positivos à sociedade, necessitando ainda de maturidade para adesão de todos os níveis funcionais das forças de segurança, visando aprimorar a cultura organizacional das polícias.

Palavras-Chaves: estratégia - integração - integração operacional - forças de segurança - crimes - redução dos crimes

ABSTRACT

This article aims to discuss whether the strategy of operational integration between the Military Police and the Civil Judicial Police has given good results in facing robbery crimes. Checking whether the police integration strategy would impact on the reduction of theft crime in the integrated region of public security 2. Seeks to confirm that the integration strategy has helped reduce robbery rates. The type of research was exploratory, the method of hypothetical-deductive approach, using the research technique through structured interviews and questionnaires. We consider that the integration strategy, although not consolidated, presents positive results to society, and still requires maturity for adherence of all functional levels of the security forces, aiming to improve the organizational culture of the police.

Keywords: strategy - integration - operational integration - security forces - crimes - crime reduction.

¹ Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (CFO/APMCV), Pós - Graduado (Lato Sensu) em Gestão em Segurança Pública pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Pós-graduado no Curso Superior de Polícia com ênfase em Estudo de Comando e Estado Maior - APMCV/PMMT.

² Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (CFO/APMCV), Pós - Graduado (Lato Sensu) em Gestão em Segurança Pública pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Pós-graduado no Curso Superior de Polícia com ênfase em Estudo de Comando e Estado Maior - APMCV/PMMT.

INTRODUÇÃO

Desde os grandes eventos internacionais esportivos ocorridos no Brasil, tais como o XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007 e Copa do Mundo 2014, houve por decorrência das obrigações assumidas pelos governos federal e estaduais, maior aproximação entre as instituições policiais, seja a Polícia Militar, Polícia Judiciária Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e também o importante protagonismo do Exército Brasileiro. Durante o planejamento e execução das ações de segurança nos eventos, tais instituições também receberam mais uma denominação, no jargão policial, que as aproximava e um desses sinônimos comumente empregados foi o de “Forças de Segurança”, que também utilizaremos para designar de forma genérica essas corporações/organizações.

A integração entre as forças de segurança, adotada como política estratégica para a segurança pública no estado de Mato Grosso estava formalizada em 2011, conforme podemos verificar no regimento interno da Secretária de Estado de Segurança Pública (SESP), mais especificamente dentre as 7 atribuições elencadas ao Gabinete do Secretário de Estado de Segurança Pública, uma era a de promover a integração dos órgãos de segurança pública.

A integração das forças de segurança em âmbito estadual, como se vê foi incorporado pela cúpula da segurança pública como estratégia e também como política pública, havendo o estímulo ao desenvolvimento de ações por parte do poder público em benefício da sociedade, prestigiando, protegendo, garantindo ou potencializando o alcance do bem comum e, em se tratando de segurança pública, melhorando a sensação de segurança de forma coletiva.

A hipótese formulada é que a estratégia de integração institucional entre Polícia Militar e Polícia Judiciária Civil potencializa de maneira qualificada o enfrentamento aos crimes de roubo.

O que nos provoca é saber se realmente a estratégia de integração reverberou em todos os níveis das instituições Polícia Militar e Polícia Judiciária Civil ou se apenas permanece nos discursos dos dirigentes de nível estratégicos, além do impacto da integração operacional nos resultados dos índices de roubo.

A pesquisa apresentada tem o caráter exploratório, a abordagem adotada foi o quali-quantitativa. Foi delimitada a Região Integrada 02, Várzea Grande e os municípios que integram a circunscrição. Participaram da entrevista o então Secretário de Segurança Pública e o Secretário Adjunto de Integração Operacional. Responderam aos questionários os delegados e oficiais superiores lotados na RISP 2. Na entrevista estruturada foram utilizadas questões abertas, aplicadas aos dois dirigentes da SESP. O questionário aplicado aos delegados e oficiais com dados da Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal, especificamente os relativos ao índice de roubos, a fim de verificar o nível a percepção da estratégia de integração operacional.

O artigo foi desenvolvido, primeiramente, trazendo ao leitor o conceito da estratégia de integração institucional, como foi operacionalizada e sua evolução em Mato Grosso. Foi apresentada a entrevista ao Sr. Gustavo Garcia e ao Cel PM Jonildo José de Assis, a partir de quesitos de relevância em se tratando do tema da integração operacional e, por fim, foram apresentados os resultados dos questionários respondidos pelos delegados e oficiais superiores da RISP2, servindo os dados para analisar a integração institucional da Polícia Militar e da Polícia Judiciária Civil e seus impactos na redução do crime de roubo na RISP2.

CONCEITO DE INTEGRAÇÃO POLICIAL

Observadores entusiastas da integração policial, pragmáticos, porém simplistas quanto ao reconhecimento capilar da integração, poderiam alvoroçar efusivos cumprimentos, saudações e palmas diante da seguinte cena: policiais civis e militares em uma mesma abordagem policial trabalhando em conjunto.

Entretanto, há de se indagar: uma cena como esta, mesmo que vista reiteradas vezes ao longo do ano, pode de fato demonstrar que há efetiva integração entre as forças policiais civis e militares? E mais, a integração entre policiais civis e militares de uma determinada circunscrição sugere de fato uma integração entre as Polícias Civil e Militar? E mais, essa integração impacta positivamente no combate à criminalidade?

Prudente, diante de tão importantes inquietações, explorar uma compreensão hodierna sobre Segurança Pública, que pretenda ir um pouco além do que normalmente se discute, onde a sua atuação não se limite simplesmente na política de combate à criminalidade e muito menos na simples disposição do efetivo nas ruas ou na maneira como atuarão quanto a atividade policial.

O catedrático autor De Souza (2009, p. 81), influente estudioso da universidade federal de Mato Grosso, em seu livro Modelos de Gestão na Administração Pública, assim considera a importância das relações institucionais com o ambiente em que se encontram:

A dimensão ambiente passa ser considerada central nos estudos organizacionais a partir da concepção de que as organizações não se constituem em si mesmas fechados e imunes às influências das condições ambientais na forma como elas funcionam internamente. (...) Tudo aquilo que está fora dos limites da organização e que pode de alguma forma afetar a organização; aquilo que não faz parte da organização; fatores que afetam a organização e sobre os quais ela tem pouco ou nenhum controle são definições que normalmente envolvem a noção de ambiente. (...) Já ambiente específico de tarefa, enfoca os fatores e as condições externas que tenham relevância imediata para organização, assim um ambiente específico poderá incluir regular, por exemplo os clientes, autoridades, fornecedores, grupos de interesse público, associações de classe.

Portanto, considerar o que acontece antes do policial entrar em uma viatura e atender uma ocorrência ou seu relacionamento no dia de uma determinada operação policial com seus colegas servidores públicos que labutam na mesma atividade de prestação de serviço social, parece crucial à medida que o meio ambiente em que estarão trabalhando exige sintonia fina de conexão, a partir das concepções mais centrais e profundas, tanto com relação a entender o meio em que se trabalha como na ambição de enfrentar o crime, interagindo com uma diversidade de elementos sociais múltiplos.

Em sua obra, De Souza (2009, p. 82) fala sobre o dinamismo e a complexidade inerentes a interpretação das condições ambientais, dos mecanismos de atendimento gerencial na construção de uma qualificada prestação de serviço, identificando riscos, ameaças e potenciais positivos que colaborem com o bom desempenho da missão proposta:

É importante análise de como os atores organizacionais interpretam os eventos ambientais de forma como tais interpretações geram decisões pertinentes, ou não, para lidar com estes. (...) Trata-se do dinamismo e da complexidade. O dinamismo refere-se ao grau de estabilidade e instabilidade, traduzindo o ritmo da mudança que coloca novas exigências à organização. Refere-se, ainda, a vontade ou em previsibilidade das condições ambientais. Já complexidade diz respeito ao grau de concentração observado e o quão homogêneas são as unidades que compõem o setor no qual a organização se insere, que a hostilidade pode ser outra dimensão interessante para se analisar ambientes organizacionais. Nesse sentido, em alguns casos, torna-se fundamental verificar se o ambiente organizacional possui elementos ou características que sejam ameaçadores ou geradores de conflito.

Conhecer ferramentas que viabilizam as articulações de aproximação ou de afastamento pode colaborar com o alcance de modernização e aprimoramento das ações dos agentes públicos, visando níveis mais satisfatórios que atendam a expectativa da sociedade como um todo, de forma que as Instituições componentes do sistema de Segurança Pública estejam trabalhando em sinergia e autêntica consciência produtiva no que tange aos ambientes interno e externo de atuação em defesa dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana, oferecendo estímulos para o cidadão usufruir o direito constitucional de ir e vir, ao poder contar com a proteção eficiente, eficaz e efetiva do Estado quanto a garantia de sua segurança cidadã.

Na esteira desta lógica, a integração policial entre a PJCMT e PMMT não deve se restringir apenas a execução de um trabalho operacional em conjunto, no mesmo local ou até mesmo na mesma viatura.

A especialização de um trabalho em conjunto não pode descaracterizar a identidade jurídica e organizacional das instituições envolvidas, tampouco promover cisão entre forças de defesa do interesse público que devem ser convergentes e cooperadoras. Bayley (2002, p. 50), em sua obra Padrões de Policiamento, sugere reflexão sobre a polícia especializada e não especializada na sociedade, sua missão, seu alcance, suas ferramentas e a integração interna e externa:

Especialização é um termo relativo, referente a exclusividade em se desempenhar uma tarefa. Em policiamento, esta tarefa é aplicação de força física dentro da comunidade. Polícia especializada dedica toda sua atenção a aplicação de coerção física; uma polícia não especializada faz muitas outras coisas além disso. (...) Além disso, haver uma força policial especializada na sociedade não é o mesmo que haver uma única força policial. Especialização em uma função e monopólio dessa função são coisas diferentes. Os países podem ter mais de uma agência cuja função

primária seja a manutenção de ordem pública. A Itália, por exemplo, possui três forças policiais, a Espanha duas, e os estados unidos um número incontável.

Compreendendo integração policial a partir da concepção de fortalecimento da política de segurança pública, cujos potenciais intrínsecos, a expertise de cada instituição, integre um sistema de cooperação mútua, além do simples acúmulo de força física, de número de contingente policial, de aplicação das ordinárias atividades operacionais, parece evidente que, na elaboração dos objetivos, pensem juntos, analisem juntos, planejem juntos, executem juntos, avaliem juntos, realinhem juntos, comemorem juntos, sempre ressalvadas as competências legais de cada instituição, mas, decisivamente, desde a concepção dos objetivos, macro e micro, conectados em uma mesma sintonia de compreensão e deliberação. Para isso, não basta apenas escala operacional de demonstração de força policial em conjunto e sim propósitos convergentes e interativos.

Vejamos qual a contribuição de Bayley (2002, p. 57) sobre o assunto:

O policiamento moderno é dominado por organizações que se tornaram cada vez mais especializadas durante os últimos dois séculos. Nos países anglo-saxões, a especialização envolveu, num primeiro momento, a substituição de unidades por militares para lidar com a violência interna; nos países do continente europeu, assim como na América Latina, a especialização ocorreu basicamente dentro da administração civil do estado, envolvendo, numa escala menor, a remoção formal dos militares do policiamento. De modo geral, nos estados modernos, aplicação de força física para manutenção da ordem interna tem sido confiada a organizações especializadas não militares. O que não quer dizer que a polícia moderna não faz nada além de manter o comportamento público através da força; mas a diversidade de tarefas desempenhada pela polícia nos dias de hoje é mas o resultado de sua própria adaptação aos requisitos de manutenção da ordem e menos o resultado da mistura de tarefas policiais e não policiais.

Diante de tamanho desafio, já que estamos falando de instituições com raízes culturais e internalizações próprias, que alçaram voos pertinentes aos seus interesses institucionais, mormente quando falamos inclusive de regimes jurídicos diferentes, mas agora na condição de prestadores de serviços à sociedade, de tão grande relevância em todos os níveis sociais, precisam ressignificar alguns conceitos, a fim de se colocar em prática estratégias de implantação e desenvolvimento da integração, não como uma propaganda ou carta de intenções, mas como ferramenta de

fortalecimento das instituições e principalmente do Estado diante do alto índice de criminalidade que assola todo o estado de Mato Grosso.

Nesse diapasão, será preciso entender a estratégia que motiva a ação, o que acontece antes do “vamos lá” ou do romper marcha ou do “conte comigo”. Necessário compreender como a operação integrada nasceu, se desenvolve e se manifesta. Para tanto, parece crucial conhecer a história da integração no Brasil, especialmente em Mato Grosso, como as necessidades estampadas no mundo dos fatos sociais acenaram com veemência à busca por essa estratégia de enfrentamento à criminalidade.

OPERACIONALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO EM MT

Quanto maiores forem os desafios ambientais, mais diversificada e intensa tende a ser a busca por soluções condizentes com as necessidades reais.

A violência no Brasil, destacada em particular pelos altos índices de criminalidade, pela indiscutível visibilidade dada pela mídia e, conseqüentemente, pela sensação sempre presente de insegurança nas grandes, médias e até pequenas cidades, vide a realidade dos instrumentos de potencial oferecimento de segurança particular, cada vez mais presente na vida do cidadão, com as câmeras, cercas, dispositivos eletrônicos, seguros, os condomínios, a verticalização em massa das moradias, dentre outros, apresenta o estado de emergência que vivemos quanto a esse assunto em foco – segurança pública. Ignorar a voz rouca das ruas, não apenas dos becos ou das favelas ou de condomínios residenciais habitados pela classe média, mas por todos os brasileiros, independente da classe social, seria devaneio, sandice e brutal ignorância.

De Souza (2009, p. 101) ao falar sobre o sistema de gestão gerencial, traz-nos interessante reflexão sobre a responsabilidade em se conhecer o meio ambiente que recebe a instituição, seus valores e principalmente as mudanças que operam em seu interior, na seguinte medida:

Como o modelo gerencial prioriza seu enfoque principal em resultados e no atendimento às demandas dos cidadãos (tratados como clientes), a organização

pública que adota esse modelo precisa manter um canal de interação constante com o seu ambiente. Necessitam, também função dessa relação, possuir práticas de gestão que possam acompanhar as constantes alterações que se processa nas demandas sociais, adequando seus planos estratégicos quando se fizer necessário.

Uma das práticas de gestão em que o Brasil tem investido certa medida de atenção, o que não sugere estar em patamar satisfatório, longe de tal realidade, é a integração entre forças de segurança pública locais e até em nível federal. Um dos fatos que indicam a preocupação estatal com determinado assunto é a criação de leis e regulamentos que abordem tal fato social, embora, no Brasil, a criação de normas seja tão grande que, por vezes, os brasileiros se sentem perdidos diante de tantas “prioridades”.

Entretanto, não resta dúvida que a criação das normas regulares exteriorizam a preocupação do estado diante de um problema social que precisa de intervenção e solução e, quando abordamos o tema dentro da perspectiva de organização institucional, percebe-se que há um sincronismo mais acentuado entre a necessidade evidenciada e a proposta de solução apresentada, já que as instituições públicas são as pontas das lanças do Estado no combate às mazelas emergentes.

Uma interessante reflexão sobre o diálogo entre as necessidades observadas na sociedade e a tomada de decisão das instituições, no que se refere a intervenção e restabelecimento do estado de coisas desejado, é que a ponta da lança não atinge o tecido social sem receber o impacto desse atrito e, nessa condição, tem deformada sua forma original. De Souza (2009, p. 85) ao falar sobre a interação com o ambiente, traz interessante menção sobre o assunto:

A segunda escola, a institucionalista, ressalta a importância do ambiente sociocultural, concentrando análise do sistema de conhecimento, de crenças, de regras, na estrutura e na operação das organizações. Nesta perspectiva, as organizações não são apenas objetos passivos na relação com o seu ambiente, mas produtos moldados pela interação com ambiente. Uma das análises mais significativas do que diz respeito à tomada de decisão estratégica, é a estreita relação entre voluntarismo, determinismo e escolha estratégica. O voluntarismo pressupõe um processo de mudança planejado, no qual o dirigente tem papel preponderante na escolha estratégica pontual. Já no determinismo há um processo de mudança emergente que é limitado pelas forças ambientais. Assim, a possibilidade da máxima e da mínima escolha para formar extremos de um *continuum*, depende da situação em questão: aspectos intelectuais e sociais, exigências do ambiente, energia dos líderes, dados de conhecimento sobre o ambiente, estruturas de poder, processo e estruturas de aprendizagem.

Na área de segurança pública, vários estados do Brasil, na ambição de enfrentar a criminalidade, contê-la e inclusive retroagi-la, moveram seus aparatos, a partir do esforço normativo, com a finalidade de interação entre as forças policiais locais para um combate mais efetivo contra a criminalidade que de forma alarmante perturbava a paz pública.

No estado de Mato Grosso, a Secretaria de Estado de Segurança Pública, por meio de sua política estratégica, definindo como diretrizes a Integração, Regionalização e Gestão Eficiente, dividiu o Estado em 15 regiões concentradas de atuação de segurança pública.

Esta estratégia foi normatizada pelo Decreto nº 183, de 08 de julho de 2015, que instituiu no âmbito do Estado as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), sendo que, no mesmo dia, o Decreto nº 184 estabeleceu um Sistema de Registro de Ocorrências Policiais (SROP), permitindo uma integração e unificação dos dados das ocorrências. A Portaria nº 23/2016/GAB/SESP, de 25 de fevereiro do ano em curso instituiu as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), ao passo que, no mesmo Diário Oficial, a Portaria nº 24/2016/GAB/SESP estabeleceu conceitos, funcionamentos e a relação entre elas, merecendo destaque o conceito de Operação Integrada.

Diversas reuniões de alinhamento e treinamento com as RISP foram realizadas com o intuito de promover uma troca de experiências positivas, analisar os dados estatísticos, auxiliar na elaboração dos planos de ações integradas e ouvir reivindicações.

Criou-se, no âmbito da SESP, a Secretaria Adjunta de Ações Integradas de Segurança Pública (SAISP), através do Decreto nº 144, de 01 de julho de 2015, estabelecida para proporcionar a sensação de Segurança Pública no Estado de Mato Grosso, com a missão de promover a gestão integrada da segurança pública, através de ações de prevenção e repressão qualificadas, necessárias a manutenção, preservação e restauração da ordem pública no Estado de Mato Grosso, a partir da visão de ser referência nacional no modelo de gestão por resultados, alicerçado nos

princípios da integração e da regionalização, e nos valores de ética, comprometimento, agilidade, transparência e responsabilidade.

No regimento interno da SESP são apresentadas as competências da SAISP:

DAS COMPETÊNCIAS

- I. Planejar, organizar, implantar, conduzir, coordenar, auxiliar e supervisionar as atividades e os projetos inerentes às ações integradas, acompanhando os resultados obtidos e avaliar os impactos ocorridos na área de Segurança Pública.
- II - promover a articulação com os demais órgãos e entidades relacionados ao controle da Segurança Pública no Estado de Mato Grosso;
- III - definir, coordenar e acompanhar metas, medidas e indicadores de desempenho das unidades subordinadas à SAISP;
- IV - definir, sistematizar, obter, produzir, gerenciar e disseminar informações necessárias ao suporte às atividades integradas;
- V - acompanhar o desempenho das unidades técnicas subordinadas à SAISP, monitorando o alcance
- VI - obter, sistematizar e gerir informações estratégicas para as ações que digam respeito à sua área de atuação;
- VII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade

Insta salientar que a Secretaria Adjunta de Ações Integradas de Segurança Pública foi originada da antiga Secretaria Adjunta de Segurança Pública (decreto 502, de 30jun2011, DOE 30/06/11). Sofreu alterações normativas, sendo transformada em Secretaria Adjunta de Integração Operacional (SAIOP), expandindo a sua capacidade operacional além do palco de operações, já que passa a congregar também os programas que oferecem ações de polícia preventiva à comunidade, dentro de uma perspectiva de interação e cooperação, o que sugere, pelo menos teoricamente, uma capacidade de penetração social mais intensa e efetiva.

É evidente que a tradição das instituições, tanto da Polícia Judiciária Civil como da Polícia Militar de Mato Grosso, opera de maneira eminentemente forte, tanto na percepção da realidade social que é manifesta, quanto no enfrentamento dos desafios, passando neste ponto pela forma como atuará na prática.

A partir de indagações corretas, podemos alcançar respostas mais cristalinas. Ao possibilitar ressonância de algumas perguntas, como as apresentadas pelo autor neste trabalho, na realidade das instituições Polícia Judiciária Civil e Militar de Mato Grosso possivelmente encontraremos dissonantes respostas, entretanto seriam suficientes ao antagonismo? Acredita-se que não.

Em linhas gerais, é plausível considerar que as instituições Polícia Judiciária Civil e Militar de Mato Grosso caminham, por enquanto, a passos moderados para uma efetiva integração e cooperação, na medida em que se considera alguns fatos elementares, que, de forma prática, contribuem com a esteira dessa afirmação, os quais passaremos a numerar:

1. Recentemente a pasta da segurança pública foi “comandada”, para utilizar o linguajar militar propositadamente, por Delegados da Polícia Judiciária Civil em pleno exercício regular de suas funções públicas, ou seja, na ativa, sem que houvesse qualquer manifestação clara de repúdio ou de rejeição por parte da Polícia Militar;

2. Desde que a SAISP e SAIOP foram criadas, todos os secretários adjuntos foram Oficiais da PMMT, também do serviço ativo, na direção dos trabalhos de integração, sem que houvesse qualquer manifestação contrária ou impeditiva por parte da Polícia Judiciária Civil;

3. Cada RISP é chefiada em conjunto pelo Oficial Superior e Delegado mais antigo da região;

4. Existem reuniões periódicas entre os coordenadores de RISP na SESP, através do Gabinete de Gestão Integrada;

5. Todos os meses acontecem operações integradas em todas as RISPs;

6. Execução do projeto Bairro Integrado, onde todas as instituições de segurança pública do estado de Mato Grosso compartilham de um espaço comunitário, de preferência em uma escola pública, prestando os mais diferentes serviços à comunidade, apresentando projetos institucionais e interagindo com a sociedade local, com maior destaque ao público jovem, visto o oferecimento de palestras e espaço de reflexão interativa.

Desta feita, percebe-se que a dinâmica de entendimento, planejamento e execução da estratégia de integração por parte da Secretaria de Segurança Pública, mormente quanto as polícias civil e militar, estão no ambiente de convivência funcional em âmbito estratégico, tático e operacional, porém oscila quanto a intensidade nesses diferentes ambientes funcionais.

As iniciativas, conforme acima elencado, são propícias, à medida que potencializam as oportunidades de planejamento e avaliação integrada.

A pauta integração policial esteve presente em diversas reuniões de trabalho na SESP, sendo pertinente trazer a lume fala do Secretário de Segurança Pública, o Delegado de carreira da Polícia Judiciária Civil Rogers E. Jarbas, na Reunião Trimestral das RISPS, realizada na Sala de Crise da Secretaria de Estado de Segurança Pública em 09/05/16, com participação do Secretário Adjunto SAIOP e ainda de todos os Coordenadores das 15 RISPs³:

O tripé de sustentação das Políticas de Segurança Pública do Estado são a integração/interação das forças buscando os mesmos objetivos e isso tem aumentado no interior, e algumas RISPS já estão bem consolidadas, mas que terão que ampliar essa consolidação, outro pé de sustentação é a regionalização da Segurança Pública, as RISPS, e o outro equilíbrio da base de sustentação, é a Gestão por Resultados. Integrar, regionalizar, e gerir para que obtenham um resultado. O resultado esperado é a redução da criminalidade, a integração das forças de segurança, e que na visão dos cidadãos se resume à sensação de segurança. Não adianta integralizar, regionalizar, e não adianta fazer gestão por resultados se a população não se sentir mais segura. Tudo isso só tem significado se o cidadão olhar e dizer que está sentido seguro.

O, então, Secretário de Segurança Pública deixou claro seu interesse pelo tema integração, não apenas conceitual e sim prático, já que considera, em fala posterior, a necessidade de diminuir a distância entre a gestão de segurança pública e as forças de segurança que a operam, a partir de ações integradas que genuinamente atendam ao clamor social, que dialoguem entre si e com instituições que pensem juntas soluções inteligentes e duráveis, independente do lugar, o que merece destaque, como se vê:

Aponta que a Segurança tem alguns modais de gestão policial que está sendo implementada e vai ser repassado, e terá que ter uma ótica estadual porque um modal que dá certo em um lugar dará em qualquer outro, porque em segurança pública apesar de ser difícil encontrar unicidade tem que ter uniformidade. Esclarece que não tem que haver distanciamento entre a gestão da segurança pública e quem está executando segurança pública, pois isso aí é equivocado, tende a dar mais resultado e ter mais sucesso estando próximo, pois tem-se verificado resultados positivos.

No mesmo documento de registro da reunião em comento, encontramos interessantes intervenções na forma de asserções apresentadas por diversos

³ Informações constantes em Ata de Reunião da Secretaria de Segurança Pública.

coordenadores de RISPs, colaborações que merecem destaque para melhor compreensão deste trabalho:

Compartilhamento do Sistema de Inteligência entre Policiais Militares e Civis essenciais para o sucesso das operações policiais, integração. A integração proporciona a prisão de quadrilhas envolvidas em práticas de roubos, receptações e tráficos de droga, além do cumprimento de mandados de busca e apreensão em pontos de vendas de drogas. A polícia civil tem auxiliado bastante nas investigações, o que faz com que chegue a prisões inclusive envolvendo menores. Buscou direcionar o enfrentamento ao combate ao crime roubo e homicídio nos locais mais críticos com base nas análises do painel de monitoramento. Fortaleceu a ação conjunta, principalmente informações da inteligência. (Ten. Cel. PM Eduardo Luiz Silva dos Santos - coordenador RISP 9).

(...)

Os motivos de sucesso das práticas de operações integradas: há muita integração /harmonia entre Polícia Militar e Polícia Civil, fácil acesso entre os policiais; Mobilização racional do efetivo em ações com objetivos em comum, obtendo economia dos meios para atingir as metas reduzindo a criminalidade, aumentando assim a produtividade dos policiais. Maior interesse estatal nas áreas de segurança pública favorecendo a demonstração de força frente as ameaças de quadrilhas organizadas. A análise criminal faz com que empreguem o efetivo daquela RISP nas áreas em que realmente necessitam de emprego da força. (Rodrigo Bastos - Delegado Coordenador RISP 9).

(...)

As operações integradas reavivaram o entrosamento entre policiais civis e militares. (Ronan Gomes Villar - Delegado de Polícia Civil- Coordenador RISP 15).

(...)

Buscam soluções plausíveis de problemas sem vaidades, mas com bastante interação, principalmente entre policiais. (Ten. Cel. PM Cunha- Coordenador RISP 14).

Embora as falas dos gestores sejam uníssonas em declarar ser a integração das forças policiais um necessário caminho para melhor enfrentar os desafios diários da segurança pública no combate à criminalidade, a inquietação ainda parece presente quanto a identificar se o discurso decantou na prática.

Percorre-se um considerável e necessário caminho de crescimento das instituições, à medida que seus gestores, em diferentes níveis de chefia e comandamento, sentam-se ao redor de uma mesma mesa e concordam em assuntos tão importantes de cooperação institucional, contudo, a caminhada ainda é muito longa até a conquista dos objetivos descritos no tópico - conceito de integração policial - destacado neste artigo.

Uma das ferramentas de possível diagnóstico da real integração das forças de segurança pública, principalmente das Polícias Civil e Militar, objeto de estudo neste,

é a identificação da produtividade, a partir de operações integradas, das atividades policiais em conjunto. Importante, entretanto, considerar que os números, por si só, não encerrarão a celeuma – está ou não está integrado?

A segurança não se percebe apenas a partir de índices criminais. Envolve sensação, um indicativo extremamente subjetivo que por vezes não é catalogado por números. Bayley (2002, p. 153; 157) sugere reflexão sobre a Teoria dos confrontos e decisões de seleção da polícia, mostrando a percepção de que as instituições escolhem, conforme a natureza de sua criação e ação, os conflitos que vão enfrentar, o que pode interferir decisivamente na metodologia de avaliação da criminalidade, senão vejamos:

Em termos de prática operacional, a polícia escolhe a favor de incidentes ligados à criminalidade de duas maneiras: Ela estabelece prioridades, ligando primeiro com as solicitações mais graves, e aumenta sua especialização funcional enquanto organização desistindo da responsabilidade para certas tarefas não relacionadas à criminalidade.

(...)

A justificativa que apresentamos aqui é de que as prioridades organizacionais expressas como atribuições afetam a seleção das decisões tomadas com relação à demanda pública. É evidente que o inverso também é verdade - que o volume de pedidos de serviço afeta atribuições organizacionais. Isso poderia parecer plausível se fosse determinado que a polícia, e de modo mais genérico o governo, preocupar-se em satisfazer a demanda pública.

Porém, para uma demonstração objetiva de sucesso ou fracasso da estratégia de integração, principalmente pela natureza da reflexão proposta nesta oportunidade, por meio de artigo científico, apresentar-se-á as evidências numéricas do trabalho integrado entre as Polícias Civil e Militar no enfrentamento aos crimes de homicídio e roubo no ano de 2018, em um panorama geral e mais especificamente o enfrentamento ao crime de roubo, na RISP 2 - várzea grande, por essa ocasião interagindo números de índices e respostas dos questionários aplicados.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Quanto aos objetivos da pesquisa, ela será tipificada como exploratória e com abordagem qualitativa e quantitativa, se valeu de dois instrumentos investigatórios,

a saber: a entrevista padronizada ou estruturada e questionários aos gestores da região integrada 02, visando a coleta de dados.

Para Lakatos (2003, p. 196) “a entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema.”. O tipo de entrevista escolhido foi o padronizado ou estruturado e nas palavras de Lakatos (2003, p. 197) é definida como:

Padronizada ou Estruturada. É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são pre-determinadas. Ela se realiza de acordo com um formulário (ver mais adiante) elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano.

O motivo da padronização é obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo "que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas" (Lodi, 1974:16).

O pesquisador não é livre para adaptar suas perguntas a determinada situação, de alterar a ordem dos tópicos ou de fazer outras perguntas.

Conforme projeto de pesquisa, o cronograma da execução da pesquisa foi estabelecido o mês de dezembro de 2018 e, para tanto, foram entrevistados o então Secretário de Segurança Pública, Delegado Gustavo Garcia e o Secretário Adjunto de Integração Operacional, Coronel PM Jonildo José de Assis, possuindo ambos profissionais da segurança pública ampla experiência com mais de um ano nas funções.

Como houve eleições governamentais em 2018 e, naturalmente, ocorreram mudanças dos profissionais que ocuparam estas funções, houve o anseio de também entrevistar os recém nomeados em janeiro de 2019, entretanto, face ao encerramento do Curso Superior de Polícia 2018/2019 em março do corrente ano, carecia estes novos gestores da experiência mínima de, ao menos três meses, para gozarem das vivências requeridas para uma melhor reflexão dos problemas relacionados a presente pesquisa, sem olvidar das competências e habilidades relevantes dos novos gestores.

Para entender e verificar a reverberação da estratégia de integração policial entre os gestores do nível estratégico e o nível tático, foi elaborado questionário para observação e teste da hipótese junto aos delegados da polícia judiciária civil e oficiais

superiores da polícia militar, lotados na RISP 2. O questionário segundo Lakatos (2003, p. 201) “... é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador...”.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS

1. ENTREVISTAS

O presente trabalho também se propôs a aprofundar o tema, realizando entrevista estruturada, no mês de dezembro de 2018, com o então Secretário de Segurança Pública, Delegado Gustavo Garcia (E1), e o Secretário Adjunto de Integração Operacional, Cel PM Jonildo José de Assis (E2), obtendo importantes contribuições para melhor entender a estratégia de integração operacional.

Fora indagado ao Exmo. Sr. Gustavo Garcia, secretário da SESP, como percebe a estratégia de integração entre as forças policiais no estado de Mato Grosso, e o gestor respondeu que a ação foi devidamente planejada e regulamentada na estrutura organizacional, esclarecendo que:

A estratégia ela foi desenvolvida ao longo da gestão do governador Pedro Taques, ao ponto de estar incluso dentro do planejamento estratégico da secretaria, consta no plano estadual de segurança pública a integração das forças de segurança pública. A política de segurança pública foi adotada e hoje ela é acompanhada de perto pelo secretário adjunto de integração operacional, Cel PM Assis, ele faz toda a ... ele é o responsável por essa parte. Então, a partir do momento em que se criou uma secretaria adjunta com essa articulação de fazer essa integração demonstrou realmente o interesse da gestão em fortalecer os laços operacionais entre as forças de segurança. (E1)

Idêntico questionamento foi dirigido ao Cel PM Assis, então Secretário Adjunto de Integração Operacional (dez/2018), que pontuou a sua percepção e em seu entendimento:

Eu percebo que é uma estratégia boa, porém ela ainda caminha muito a passos pouco lentos ainda, mas é uma estratégia bastante válida, acredito que que a as forças elas ainda precisam amadurecer mais é os conceitos e os benefícios que estratégia traz para a segurança pública do estado Mato Grosso. Entendo que ela funciona um pouco melhor no interior do

estado onde existe uma certa afinidade entre os dois membros máximos das instituições. Que é o coronel da polícia militar e o regional da polícia civil. (E2)

Foi questionado aos dirigentes se existe alguma ferramenta que afira o nível de integração entre as instituições e se há indicadores, por exemplo operações conjuntas. O então secretário (SESP) esclareceu que a ferramenta propriamente dita não existe, mas há o controle de indicadores criminais, esclarecendo que:

Ferramenta não existe, existe um acompanhamento que é realizado pela equipe que acompanha a secretaria de integração operacional. Inclusive existe uma coordenadoria, essa coordenadoria de integração operacional ela faz a articulação entre o campo operacional e a secretaria de segurança pública, fazendo as devidas orientações aos gestores para que sejam comunicadas as operações integradas, as operações em conjunto, os resultados em conjunto e também é feito um calendário de operações ao longo do ano junto com as forças de segurança.

Os indicadores estão relacionados a quantidade de operações que são realizadas ao longo do ano. Em todas as RISPS, e os indicadores de produtividade são baseados em nos autos em prisões em flagrantes, cumprimento de mandados de prisões, apreensões de armas e drogas. Enfim, são ações operacionais, que tem seus resultados computados pela COPLAM, coordenadoria de planejamento que é vinculada, subordinada à Secretaria de integração operacional. (E1)

De maneira semelhante, o Cel PM Assis (SAIOP) também manifestou sobre a não existência da ferramenta que meça o nível de integração, esclarecendo que há o balizamento da integração pelos níveis dos índices de criminalidade, elucidando que,

Uma ferramenta que vá aferir o nível de integração acredito que não, não existe essa ferramenta, nós nos baseamos nos números dos índices de criminalidade, e esses índices eles vão nos nortear para que possamos chamar, orientar, cobrar, das regiões integradas de segurança onde os índices acabam tendo um descontrole. A partir disso é chamado os coordenadores e apresentado esses índices e a partir daí é traçado alguma estratégia por partes deles sendo capitaneado por eles, subsidiado pela secretaria de segurança pública ações que venham ao encontro de fazer esses índices voltarem aos níveis aceitáveis de controle. (E2)

Possuindo o estado de Mato Grosso uma extensão territorial⁴ de 903.202,446 km² e a responsabilidade dos gestores em trazer resultados positivos à sociedade, foi questionado se existem cobranças por resultados, além da percepção de como os coordenadores regionais das instituições lidam com isso. O Secretário da SESP, respondeu afirmativamente quanto a cobrança por resultados satisfatórios de acordo com a evolução dos dados estatísticos, monitorando a dinâmica dos índices:

⁴ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Dado coletado em 2019.

Nós fazemos um acompanhamento semanal da criminalidade do estado, e todo o mês além do acompanhamento semanal, nós fazemos uma reunião mensal com todos os dirigentes das forças de segurança, onde nos angariamos os nossos dados estatísticos. Então verificado se alguma regional está com desvio de padrão de ocorrências nós imediatamente marcamos uma reunião para expor os dados e nos colocamos à disposição, nós expomos os dados a eles e pedimos uma atuação integrada baseada nos problemas. Fazemos primeiro, nós identificamos o problema, fazemos a análise e aí pedimos (...) depois fazemos um novo acompanhamento, e é isso que tentamos fazer. Então nós de certa forma monitoramos em torno de quinze RISPS os índices criminais e buscamos constantemente soluções adequadas.

(...) quando eu estive em contato com eles ... se mostraram, receberam bem esse monitoramento não ficaram de alguma forma preocupados, e também melindrados melhor dizendo, com a cobrança, pois não é cobrança é um monitoramento a gente apresenta de forma muito técnica, oh houve aumento, a gente procura através dessas entrevistas, dessas reuniões entender o porquê do aumento, saber se nós podemos contribuir de alguma forma para a melhoria. E eles logicamente são os responsáveis por executar as ações operacionais, nós não entramos no mérito de como fazer nós mostramos que é preciso fazer, o como fazer é eles que definem e daí nós apenas oferecemos recursos, discutimos sobre recursos operacionais. E aí e assim que fazemos a gestão. (E1)

O Cel PM Assis, afirmou que há cobranças por resultados aos coordenadores de RISP, delegados e comandantes regionais, esclarecendo que o alerta é dado quando os índices saem da normalidade, e ressalta que além da cobrança também deveria haver elogios aos gestores das regionais que mantêm os índices na meta, conforme esclarece:

Existe sim essa cobrança, essa cobrança como eu disse na pergunta anterior ela é feita partir do momento que os índices estão saindo da curva de normalidade, acredito que também é uma falha nossa, nos devíamos também chamar, elogiar, fazer algum mecanismo de bonificação, não digo remuneratório, mas sim de reconhecimento das RISPS que conseguem manter os índices, isso é uma crítica que nós devemos fazer e deixar para o próximo gestor, não chamar somente para cobrar a questão dessa degradingolada dos índices mas também para chamar parabenizar e reconhecer e ir lá e fazer in loco, uma reunião para que isso seja pautada. Acredito que isso seria um fator motivacional dessa integração. (E2)

Em relação ao fato de os gestores regionais das forças de segurança serem cobrados, não fora percebido, nenhuma atitude repreensível, ressaltando o nível profissional dos gestores:

Acredito que eles lidam de forma bastante profissional, ... eu mesmo não testemunhei nenhum questionamento desonroso ou qualquer tipo que venha a denegrir a imagem da secretaria ou do programa de RISP toda a vez que foram chamados para prestarem contas, ou se alinharem a novas ações no sentido de promover o controle de criminalidade mas é uma coisa cultural existe uma, não vou dizer rivalidade, mas um antagonismo nas instituições quer seja polícia militar quer seja polícia civil isso é natural, mas que estamos caminhando para termos um entendimento maior, não vai ser agora, essa política começou tem 4 anos, nos próximos 2 anos ela deve passar por uma reanálise no programa do PDCA para reiniciar novamente eu acredito que é o caminho. (E2)

De igual forma, foi questionado se os gestores consideram o nível de adesão a estratégia de integração suficiente. Tanto o Delegado Gustavo quanto o Cel PM Assis foram assertivos, manifestando que ainda há espaço para avanços, conforme segue:

Ainda não, eu acho que já houve avanço, mas precisamos avançar ainda mais. A integração é algo hoje visto no Brasil como algo imprescindível para o fortalecimento do sistema de segurança pública, mas existem algumas resistências, sobretudo quando se adentra em aspectos de reserva de poder das instituições, então aí começa a ter alguns conflitos que são naturais, que só mesmo com a convivência e pondo em prática essa metodologia de trabalho é que nós iríamos avançar e superar alguns desafios mas eu entendo que ainda precisa ser uma marca na secretaria de segurança pública sobretudo essa metodologia tem que ser mais fortalecida nas unidades de ensino tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil, POLITEC e todos os órgãos da segurança pública pra que seja realmente uma política de segurança pública a ser adotada no país, precisa entrar numa grade curricular, mas ... também penso que as academias precisam, de alguma forma, tentar dar oportunidade para que os servidores estudem junto algumas matérias, isso é muito importante, por exemplo, o curso superior de polícia já há alguns anos aqui no estado de Mato Grosso nós fazemos e disponibilizados vagas para todas as forças, e essa experiência, troca de experiência, é muito importante para o fortalecimento, começa a ampliar a cultura da integração. (E1)

Já o Cel Assis, sobre o nível de adesão a estratégia de integração operacional, acrescenta que, no interior, a adesão é maior que nas cidades maiores, necessitando de progredir com a estratégia de integração e dialogando sobre o nível de adesão:

Eu acredito que ela é quase suficiente, ela não é suficiente total porque existem algumas barreiras que precisam ser vencidas, principalmente nos grandes centros, onde existe uma maior quantidade de cabeças gestoras, de pessoas que são executivos de polícia de última monta e isso, através da história de antagonismo entre as instituições que era cada um no seu quadrado. Isso ainda pesa, no sentido de que isso vai ser dirimido talvez com essas novas gerações que vai chegar, com a esperança, mas que não é uma certeza, diferentemente no interior do estado onde se tem poucos gestores de monta maior, é natural por mais antagonismo que isso exista em algum ponto os esforços se convergirem para trabalhar juntos, eu acho que essa é a vantagem do interior do estado. (E2)

Em relação a autonomia dos coordenadores da PM e da PJC, foi questionado se os gestores regionais das RISPS possuem autonomia para aplicação de integração. O Secretário de Segurança seguiu afirmando positivamente a indagação:

Sem dúvida, ... nós entendemos que o “como fazer” operacionalmente cabe aos gestores da segurança pública, das forças de segurança, não cabe ao secretário definir como vai agir a polícia militar a gente só diz, só identifica o problema, faz uma análise, e a solução a resposta tem que ser dada ... pela operacional e aí se houver o entendimento na minha visão que a integração precisa ser fortalecida, cabe aos gestores discutir a melhor estratégia, logicamente supervisionada pelos seus comandantes da PM, PJC, Bombeiro, POLITEC, eles

estão supervisionando isso, em última escala nós apenas definimos que a política a ser adotada é a de integração, ai como, logicamente os gestores irão fazer a articulação. (E1)

O Secretário Adjunto de Integração, Cel Assis, destacou que possuem autonomia para aplicação da estratégia de integração e ressalta em algumas circunscrições uma eventual timidez na aplicação da estratégia.

Com certeza possuem, por estarem assim pouco tímidos acredito que precisam fortalecer os seus centros de monitoramentos de índices criminais, isso é uma falha que eu identifiquei na atual conjuntura e não esperar que nos puxamos a orelha daqui pra lá. Eles deveriam fazer isso de per si, sentar mais conversar mais, e assim o foro que seria ideal para isso seria os GGI's, municipais que era uma política também que dizemos assim complementava a política das RISP's e iria também completar a política do GGI municipal, e isso foi deixado de lado e hoje isso quase não funciona mais, quase não tem mais reunião e uma coisa puxa outra, porque na reunião do GGI que seria apontado os principais problemas de segurança pública que assolam aquela região, aquela regional, os municípios e os gestores iriam ter que se movimentar por ali a nível local diga-se de passagem. (E2)

Em relação aos benefícios da estratégia de integração, foi perguntado quais seriam, o Secretário de segurança, Gustavo Garcia, apontou a saber:

Não tenho dúvida que a integração, ela resulta na melhoria da prestação de serviço a sociedade, no serviço de atendimento, no serviço de preventivo e também no serviço repressivo. As atividades da PJC quando estão em contato com a PM com a troca de informação, quando se une para enfrentar a criminalidade de forma repressivo, acaba tudo bem.... da mesma forma o trabalho primário da polícia militar que é a prevenção quando ela tem o apoio da polícia civil sobretudo com informações ela tem ganhos operacionais, aí você consegue, inclusive, otimizar os seus recursos, a informação é tudo. Então, pra mim, integração passa muito por isso, porque os órgãos de segurança, através da troca de informações, através do trabalho em conjunto operacional e de inteligência fortaleçam as suas instituições. Não tenho dúvida que os benefícios são estes, primeiro o benefício de prestar melhor serviços a sociedade, com redução de índices e melhor percepção da segurança pública, e o segundo momento é o fortalecimento das instituições a polícia militar é muito mais forte com a polícia civil ao lado, e a polícia civil é muito mais forte com a polícia militar ao lado, esse é o meu entendimento. (E1)

De mesma sorte, o Cel PM Assis também manifestou pelos benefícios da estratégia de integração das forças de segurança, manifestando que os benefícios são institucionais não devendo ser confundidos com atuações legais de cada instituição, segundo arrazoou:

Eu avalio como positiva, nós tivemos muitos mais benefícios que prejuízos, a gente volta e meia ainda vê colegas confundido integração com serviços próprios de instituições A ou B ... um dia eu tive uma discussão com um colega que estava questionando a integração, porque houve uma situação onde um policial se envolveu em uma ocorrência e parece que ele se utilizou de sua arma e veio a óbito uma pessoa e quando foi apresentado ao delegado de polícia e ele fez o flagrante do policial, e ai me questionaram a integração. Entendo que não

tem nada a ver integração com isso, mesmo porque o serviço do delegado de polícia, da autoridade de polícia que ele possui naquele instante, naquele sentido, com o fato típico que aconteceu com um policial militar nada a ver com integração, mas muitos colegas policiais confundem isso. Se não me dar o que eu quero, o que eu desejo da outra instituição, eu vou culpar a integração por causa disso. Integração é uma operação, onde se tem duas ou mais instituições agindo num determinado objetivo, ali sim é uma ... se houve uma falha uma ruptura nessa operação aí eu concordo com você nós temos que questionar “cadê a integração”. Fora isso não. (E2)

Foi solicitado ao Secretário de Segurança que manifestasse sobre as perspectivas futuras para a estratégia de integração e fizesse seus comentários finais. O secretário da SESP, Gustavo Garcia, enfatizou o cenário nacional e estadual, analisando o trajeto institucional percorrido e apontando sua leitura situacional, agradeceu a colaboração de todos os dirigentes máximos de cada instituição, que somaram a fala institucional de integração a ações coerentes com o discurso, traduzindo num movimento contínuo e sem retorno, externando suas expectativas da seguinte maneira:

Eu entendo que a integração é um caminho sem volta, algo que vai virar uma secretaria a nível nacional, o ministro Moro já disse que vai criar uma secretaria pra acompanhamento e monitoramento dessa metodologia em todo o país, não há outro caminho a seguir. Eu acho que vai ser fortalecido o papel das forças de segurança pública atuando de forma integrada, acredito que isso será condição para algumas ações junto ao Ministério da Justiça e vejo que nós temos que agregar mais valores a integração, buscar mais mecanismos de fortalecimento. Nós temos alguns aqui muito importante como GGI⁵, essas operações integradas são importantes, o sistema de inteligência que nós criamos de forma a compartilhar os dados das instituições também é importante, mas nós precisamos de algumas ferramentas tecnológicas pra que haja o compartilhamento melhor dessas informações e também ... o acompanhamento sobre os resultados da integração, alguma ferramenta nesse sentido para monitorar se de fato está ocorrendo a integração das forças de segurança.

Comentários finais. Eu digo que Mato Grosso ele é referência no que tange a integração. Eu sou oriundo da polícia civil do Rio de Janeiro, lá a integração é muito mais difícil, hoje existe uma integração que é realidade, a polícia militar e civil atuam juntas, existem crises normais, existem algumas vezes alguns desacordos, mas que não perdem o trabalho, o trabalho ele ocorre, principalmente quando ocorrem conflitos grandes. Hoje, nós temos, por exemplo, um Plano Estadual de Inteligência que permite, que prevê essa atuação em conjunto e está sendo colocado em prática, por isso nós temos conseguido bons resultados. A integração com as forças federais, ela é fantástica, o GEFRON⁶ ele é uma realidade atuando em conjunto com a polícia federal, com a polícia civil, com a polícia militar. O CIOPAER⁷ é uma unidade integrada, em que a convivência é muito boa entre os servidores dos diversos órgãos, eu entendo que nós somos exemplos de integração no país. Logicamente, tem que estar constantemente monitorando e nas falas de seus dirigentes, sendo cada vez mais incentivado esse tipo de atuação e te digo mais os dirigentes, eles devem dar o exemplo. Eu acho que o segredo do sucesso aqui foi muito isso, existiu uma vontade dos dirigentes, do Cel Cunha (PM), do Dr. Fernando (PJC), do Cel Alessandro (CBM), do Reginaldo, do José

⁵ Gabinete de Gestão Integrada.

⁶ Grupo Especial de Fronteira.

⁷ Comando Integrado de Operações Aéreas.

Eudes, do Cel Assis e do Secretário de Segurança Pública de atuar de forma conjunta, o nosso alinhamento ele repercutiu na tropa. Isso é muito importante... eu acho que os gestores têm esse papel fundamental de incentivar essa política, porque a parte operacional naturalmente ela tem uma tendência de atuar em conjunto. Porque a necessidade, principalmente no interior, pela escassez de servidor, faz com que você do lado do seu companheiro ou da polícia militar ou da POLITEC, isso é muito comum. Mas quando está desalinhado o nível estratégico isso começa a bagunçar um pouco o sistema, essas são as minhas considerações. (E1)

O Cel PM Assis, de igual forma, apresentou as suas esperanças futuras para a estratégia de integração operacional e suas considerações derradeiras, manifestando a necessidade de reavaliar a estratégia, verificar os acertos e erros visando a melhora na segurança pública:

Eu entendo que nós já estamos no momento de fazermos uma reavaliação, sentar os próximos gestores e reavaliar essa política de segurança e dizer, traçar novos objetivos novas metas, ver o que deu certo, o que deu errado, o que pode ser melhorado, mas, eu entendo que, pra um quadro de segurança pública aceitável para os tempos modernos, nós nos encontramos adequados e consolidamos uma política muito plausível, que deve ser fomentada, implementada e melhorada ainda mais. (E2)

Ambos os dirigentes concordaram com a estratégia de integração entre as forças de segurança, ressaltando a importância das falas dos dirigentes e gestores das policias no sentido de sensibilizar todos os níveis das organizações para a prática da integração. Lembraram, ainda, que o caminho é longo para o aperfeiçoamento e sedimentação da estratégia, mas não há, ainda, outro caminho para o aperfeiçoamento da segurança pública que ganhe maior efetividade.

2. QUESTIONÁRIOS

Por ocasião do final do exercício de 2018, foi elaborado pela COPLAM/SAIOP/SESP, relatório analítico das operações integradas, onde foi constatada a evolução constante e progressiva do total de operações integradas. No ano de 2016, 2017 e de Jan a Nov/2018 foram contabilizadas um total de 18.079, 20.730 e 29.317 operações e ações integradas, respectivamente, superando ano a ano a meta programada de 13.000 operações e ações.

Foi, também, apresentado no relatório a proporção de participação das operações integradas nos resultados gerais de produtividade, tais como: mandados

de prisão, internação cautelar e prisão temporária, flagrante delito, termo circunstanciado, fiscalizações bombeiro, armas apreendidas, drogas apreendidas, representado uma média de 14% do resultado total obtido pelas forças de segurança.

Para delimitação espacial do presente trabalho, fora escolhido, dentre as 15 RISP's, a região integrada 2, que compreende o município de Várzea Grande (sede), Rosário Oeste, Poconé, Nobres, Jangada, Nossa Senhora do Livramento. A RISP2 possui características urbanas e rurais, pois a cidade de Várzea Grande é vizinha da Capital, unidas pelo Rio Cuiabá e tendo uma população aproximada de 282 mil habitantes, segundo estimativa do IBGE para 2018. Os demais municípios têm característica rural. Assim, responde a RISP2 por 10% da população total do estado de 3.441.998 habitantes.

Segundo dados da Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (CEAC) da SESP, houve redução do indicador roubo na RISP 02, no período de janeiro de 2018 a dezembro 2018, dados não consolidados apontam redução de 27%. A partir deste dado e dos relatórios de operações integradas realizadas na região em 2018, podemos inferir a efetividade da integração entre as instituições de segurança pública para a consequente diminuição do crime de roubo.

Para aferição da percepção dos gestores de segurança pública, comandantes da Polícia Militar e Delegados integrantes da RISP2, sobre a integração operacional, naquela região, foi aplicado questionário que visava compreender a maneira como tais profissionais entendem a política estratégica na prática e no cotidiano.

A primeira pergunta aplicada foi em qual município o servidor é lotado. Dos 13 gestores que participaram, 9 responderam que estavam lotados em Várzea Grande, 2 em Rosário Oeste, 1 em Poconé e 1 em Nobres. Foi informado que o Delegado de Rosário Oeste é responsável, também, pelos municípios de Nobres e Jangada.

Sobre a função dos 13 participantes que responderam o questionário, 8 são delegados e 5 são oficiais superiores que comandam batalhões e subunidades na circunscrição.

Em relação ao perfil idade, 2 responderam ter entre 31 a 35 anos, 4 entre 36 e 40 anos, 5 de 41 a 45 anos e 2 responderam ter mais de 46 anos de idade. Foi

questionado o tempo em que está lotado na RISP2, sendo respondido que 02 tinham entre 1 a 6 meses na região, 02 até 1 ano, 4 de 1 a 2 anos e 5 gestores já tinham mais de 2 anos na circunscrição.

Foi questionado aos gestores como é operacionalizada a integração entre PJC e PMMT em sua circunscrição, sendo dadas cinco opções possíveis e permitido marcar apenas uma delas: 38% responderam operações integradas esporádicas, outros 38% troca de informações; 7% planejamento operacional integrado e 15% responderam que não existe integração. A opção reuniões periódicas não foi marcada.

Foi perguntado qual o grau de integração entre a PJC e PMMT em uma escala de 0 a 4, onde zero é nenhuma e 4 é total, obtemos os seguintes dados: 53% nível 1; 30% nível 2; 15% nível 3. O nível 0 que indica nenhum e o nível 4 que indica total integração não foi marcado por nenhum dos gestores.

Questionados sobre quantas operações integradas entre PJC e PMMT foram realizadas em sua circunscrição, no período de janeiro a dezembro de 2018, foi respondido: 53% disseram que foram feitas de 1 a 5 operações integradas; 7% disseram que foram mais de 5 operações integradas e 38% disseram nenhuma.

Sobre a diminuição do crime de roubo em 27% no ano de 2018, foi perguntado qual o grau de participação a estratégia de integração entre PJC e PMMT tem na redução do indicador, sendo de 0 a 4, onde zero é nenhuma e 4 é total. Do total que respondeu, 61% optaram pelo nível 1, seguido de 15% nível 3 e os demais com 8% no nível 0, 2 e 4.

O último questionamento foi sobre a percepção do gestor quanto ao grau de adesão dos policiais do nível operacional (execução) na estratégia de integração das instituições PJC e PMMT, onde 0 é nenhuma e 4 total. Foi totalizado 38% no nível 1, 30% no nível 2, 15% no nível 3 e nenhum no nível 0 e 4.

Houve respostas pela negativa da existência da integração entre as forças, quando foi perguntado como era operacionalizada a integração e 02 gestores responderam que não há integração, no entanto, quando perguntado a respeito da percepção do nível de integração ninguém marcou o nível 0. Tal percepção demonstra que há entre os gestores, mesmos os descrentes, demonstração de

interesse pela estratégia de integração, e conseqüentemente, confirmando a hipótese de que a estratégia de integração institucional entre Polícia Militar e Polícia Judiciária Civil potencializa de maneira qualificada o enfrentamento aos crimes de roubo.

Observa-se que números não relatam, por si só, a integração em comento, ou pelo menos não a revela em uma perspectiva ordinária, comum e habitual. A queda dos índices de criminalidade em coincidência com a política de potencialização das operações integradas pela cúpula da segurança pública não confirma a sensibilização e a convergente motivação dos operadores de segurança pública para adesão, ou mesmo com relação aos comandantes e gestores imediatos que estão mais próximos dos usuários do serviço policial.

Por outro lado, a visão dos gestores imediatos, nível operacional, não diverge em absoluto da visão dos gestores estratégicos, o que parece influenciar na queda dos índices criminais, à medida que a integração policial é um instrumento valioso da política de segurança pública estadual, sendo incorporada no dia a dia policial pelas ordens superiores, mesmo havendo resistência ambiental das corporações locais, o assunto integração não é desconsiderado completamente.

Portanto, infere-se que a queda dos índices criminais no tempo da fomentação de operações integradas não é mera coincidência a ser especulada como fruto do acaso. A iniciativa da integração policial, subjetivamente e nos limites da propulsão de uma convivência funcional mais próxima, influenciou na qualidade do trabalho apresentado, mesmo que isso não tenha sido amplamente percebido pelos operadores locais.

As concepções dos entrevistados sugerindo baixa adesão à integração policial são distintas da visão da cúpula gestora em intensidade e não em integralidade, o que pode ser considerado um ponto positivo, já que a integração não é totalmente descartada ou desconsiderada no plano das ideias, das ações e da perspectiva tanto no estratégico quanto no operacional. O conteúdo está presente, a adesão parece ser distinta, portanto, a motivação precisa de adequações mais ousadas e ao mesmo tempo contínuas.

PERSPECTIVAS À INTEGRAÇÃO PMMT E PJCMT - EXPERIÊNCIAS DO PASSADO, DESAFIOS DO PRESENTE E REALIZAÇÕES FUTURAS

Iniciamos esta etapa com a precisa asserção de Bayley (2002, p. 237) sobre as aspirações sociais quanto ao desempenho do papel das polícias:

A responsabilização deve ser alcançada de novas maneiras - em especial, junto a oficiais sensíveis e os indivíduos com que eles convivem diariamente. Os oficiais capazes de agir desta maneira deverão ser escolhidos mais cuidadosamente do que costuma acontecer - deverão ter um nível de educação melhor, possuir um treinamento mais completo e senso de disciplina de um profissional autônomo. Em resumo, o policiamento precisará, na maioria dos lugares, tornar-se mais capacitado e responsável, de modo alcançar seu objetivo primário de manter a segurança da população. Ou seja, os custos de um policiamento tendem a aumentar.

A afirmação do eminente autor serve tanto para conexões internas e externas das polícias.

Por longo período, a Polícia Militar de Mato Grosso, na busca de uma identidade operacional coerente, concentrou hercúleo esforço em tornar-se comunitária, envolvendo-se com várias comunidades locais de maneira positiva, às vezes, tão invasiva que chegou ao cúmulo de ser substitutiva, o que é um extremo tão danoso quanto o isolamento social.

A participação social é seguramente importante e insuperável, não pode ser desconsiderada ou mesmo menosprezada, porém, precisa ser contributiva, dentro de um sistema de interesses legítimos, onde papeis sociais/institucionais atuam na cooperação convergente da solução dos conflitos, a partir de atores que se conheçam, interajam e se estimulem positivamente.

Que importante contribuição Bayley (2002, p. 238; 242) sugere ao tema proposto, particularmente à realidade de Mato Grosso, cuja insegurança parece notória:

Por outro lado, as forças do regime policial em países onde o grau de criminalidade é alto e a preocupação da população é grande devem fazer uma escolha crucial em suas estratégias de controle da criminalidade. A polícia deve ou se basear na tática de desencorajamento, elaborando leis e penalidades de modo a garantir uma punição rápida e certa, ou mobilizar a comunidade em sua própria defesa especificamente tentando aumentar o controle social informal. Os

sentimentos da população estarão em grande conflito à medida que se encontrarem desesperadamente dependente de uma polícia cujas preocupações e métodos refletem decisões convenientes ao estado. Devo acrescentar que as minorias nas democracias ocidentais encontram, às vezes, na mesma situação: procuram a polícia frequentemente por necessidade, mas a considera uma agente agressiva e quixotesca do regime repressor.

(...)

As estratégias que cada país adota para o controle da criminalidade trazem consequências enormes para a liberdade humana. A questão principal é como utilizar as instituições públicas, principalmente a polícia, para lidar com o crime sem criar um estado autoritário e sem prejudicar as pessoas com isso.

Entretanto, a mesma sinergia arrogada pelo contexto “comunitário”, deve ser perseguida pelas Polícias Civil e Militar na integração real de suas atividades operacionais, com a justa causa de patrocinar segurança de melhor qualidade à população, fazendo mais com menos recursos financeiros e com maior resolutividade - cooperação.

Não é possível que o crime se organize, construa elos maléficos de fidelidade em uma administração interna fluida, racional e focada, enquanto as forças de segurança pública continuam a disputar espaço, fragmentar princípios, isolar-se em papéis, e dissipar forças, o que, na situação atual, não significa maior abrangência ou longevidade e sim suicídio institucional e social.

As capacitações técnicas integradas poderiam ser ferramentas importantes na construção e efetivação desse propósito, à medida que proporcionam estado favorável de interação profissional, inter-relacionamentos com boas possibilidades de saudável duração, bem como leva a uma reflexão convergente, à medida que oferece o mesmo espaço de diálogos. Fomentar mais encontros regionalizados, fóruns, debates, centros integrados operacionais, bem como fortalecer a inteligência policial sem fronteiras organizacionais, com acesso imediato, conforme demanda, também são medidas de favorecimento à integração policial.

O grande desafio em um futuro tão mais próximo do que pensamos naturalmente estar é vencer rugas históricas, superar posições vetustas e despir de vaidades inócuas que se amparam em interpretações legais incoerentes e rasas. De Souza (2009, p. 84) fala sobre o conceito e a importância da estratégia organizacional para alcance dos objetivos propostos, de maneira propícia ao entendimento do contexto apresentado, na seguinte medida:

Apesar de ter uma longa tradição no campo militar e político o tema estratégia tem uma história relativamente recente. Somente nas últimas décadas, as estratégias empresariais se afirmam como áreas importantes no campo dos estudos organizacionais. Inicialmente, em meados dos anos 40, apenas as grandes corporações adotaram práticas mais esquematizadas de planejamento de longo prazo. Quando se recorre a literatura em busca de uma sistematização do conceito de estratégia, pode-se encontrar muita diversidade de enfoques e abordagens. Normalmente, o conceito de estratégia guarda uma vinculação muito grande com a noção de planejamento. Estratégia pode ainda estar relacionada com a ideia de posicionamento, quando a organização está interessada em definir o lugar escolhido para atuar no mercado e a ideia de perspectiva quando ela definir o meio fundamental de executar as suas atividades. Estratégia determina e revela o propósito de uma organização no que diz respeito aos objetivos de longo prazo programa de ação e prioridades de alocação de recursos. Estratégia tem a ver também, segundo Mintzberg (2000) Júlio e Neto (2002), com a definição de um padrão para decisões coerentes unificadas e integradas.

A estratégia organizacional da segurança pública do estado de Mato Grosso precisa olhar a longo prazo, sem perder os objetivos mais imediatos. Decidir sobre qual a intensidade e a velocidade das mudanças a serem patrocinadas no que se refere a integração das Polícias Civil e Militar, não apenas conceitualmente, mas a partir de instrumentos de integração incisivos, operantes e auditáveis, no desdobramento de decisões estratégicas coerentes.

Um dos grandes problemas é que tais instrumentos, se impostos não são bem recepcionados pelas instituições, o ambiente precisa ser de consenso, para que nos mais longínquos rincões do estado tenhamos uma única e forte segurança pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais é plausível considerar que as instituições Polícia Judiciária Civil e Militar de Mato Grosso caminham, por enquanto, a passos muito moderados, a uma efetiva integração e cooperação na medida em que se considera alguns fatos elementares, que de forma prática contribuem com a esteira dessa afirmação, tais como a SESP e SAIOP serem dirigidas recentemente por servidores de carreira da Polícia Civil e Militar respectivamente, a criação das Regiões Integradas (RISP) e suas respectivas coordenações, a realização mensal de operações integradas em todas as RISPs, reuniões periódicas entre os coordenadores de RISP na SESP e ainda a

execução do projeto Bairro Integrado, onde todas as instituições de segurança pública do estado de Mato Grosso compartilham de um espaço comunitário, com prestação de serviço à sociedade local.

Um passo de cada vez, diz o prudente pai ao incentivar seu filho a continuar tentando, não desistir, ponderar as forças, avançar cautelosamente.

O estado de Mato Grosso, através da SESP tem dito isso às Polícias Civil e Militar, e, de maneira razoável, tem dado certo. Os gestores conversam de maneira respeitosa e republicana. As instituições se auxiliam periodicamente à medida que atendam interesses de projeção arquitetados em suas administrações cabais, nos mais diversos estudos internos de crescimento.

O problema é que o opositor, não apenas o indivíduo criminoso, mas o sistema complexo de atuação em que ele se esconde, não para de se desenvolver, de articular potenciais inéditos em sua trajetória infame de subjugar pessoas de bem. Enquanto estamos andando devagarinho, as organizações criminosas estão voando, completamente focadas em consumir a paz pública de qualquer maneira, doa a quem doer, custe o que custar, haja o que houver, seja o que for. Enquanto as instituições de segurança pública caminham a passos lentos, as facções criminosas estão avançando e formando teias internacionais, nas palavras de Manso e Dias (2018, p. 35):

(...) a presença pontual de integrantes do ... nos países vizinhos vinha sendo noticiada antes daquele ano. (...) as lideranças (...) haviam percebido a importância de reduzir ou eliminar os intermediários na cadeia do comércio de drogas e controlar todas as suas etapas.

A fome voraz desse asqueroso sistema não é desorganizada, comedida, acanhada, e nem tão pouco ambígua. As estruturas são cada vez mais complexas e audaciosas, não esperam o engatinhar das instituições policiais. Ou aprendemos a voar nas asas da integração, com destino certo a repelir o crescimento desse sistema criminoso, ou morreremos na terra, enquanto a violência criminal alcança céu de brigadeiro.

A segurança pública no estado de Mato Grosso, sob o espeque da integração, ganhou ótimas batalhas desde a criação dos órgãos de integração policial e, conforme aqui demonstrado, tem papel importante na diminuição de índices de roubo na

RISP2, todavia, tem-se uma longa e corajosa caminhada para vencer a guerra contra o avanço da criminalidade, principalmente no que se refere ao convencimento interno de seus integrantes da necessária atuação integrada, do reforço ao incentivo formal de treinamento e desenvolvimento conjuntos, bem como ações de planejamento estratégico e orçamentárias viáveis e proporcionais à atividade de cada órgão, tudo em vista do melhor desempenho das instituições envolvidas e da melhor prestação de serviço à sociedade mato-grossense.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Jonildo José. **Jonildo Jose de Assis**: entrevista: [dez, 2018]. Entrevistadores: Jean Klebber Britto da Silva e Josadack Valdevino Teixeira. Arquivo áudio. Entrevista concedida, tema integração policial.

BRASIL, Mato Grosso, Decreto 502 de 30 de junho de 2011. Aprova o Regimento Interno SESP.DOE 30/06/2011. disponível em: <<http://www.seguranca.mt.gov.br/UserFiles/File/RegimentoInterno.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento - Livro 1 da Série Polícia e Sociedade**. São Paulo: Ford Foundation/NEV/Edusp, 2002.

FRANCISCO, Gustavo Garcia. **Gustavo Garcia Francisco**: entrevista: [dez, 2018]. Entrevistadores: Jean Klebber Britto da Silva e Josadack Valdevino Teixeira. Arquivo áudio. Entrevista concedida, tema integração policial.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6^a ed. São Paulo, Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5^a ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANSO, Bruno Paes e DIAS, Camila Nunes. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 1^o ed., 2018.

SOUZA, Antônio Ricardo de. **Modelos de gestão na administração pública: uma análise das agências reguladoras**. Cuiabá: EDUFMT, 2009.

A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP) COMO FERRAMENTA DE ACESSORAMENTO AO POLÍCIAMENTO OSTENSIVO NA PREVENÇÃO AO CRIME DE HOMICÍDIO DOLOSO EM CUIABÁ - MT.

*Anderson Luiz do Prado¹
Bruno Rezende Cabral²*

RESUMO

Este artigo abordou a problemática de como a atividade de inteligência de segurança pública, em especial a da Polícia Militar de Mato Grosso, pode atuar no assessoramento ao policiamento ostensivo para prevenir o crime de homicídio doloso no município de Cuiabá - MT e a hipótese foi que a atividade de inteligência de segurança pública pode assessorar o policiamento ostensivo na prevenção do crime de homicídio doloso por meio da análise das causas, motivações e demais circunstâncias dos crimes de homicídio doloso já praticados. Teve como objetivo geral demonstrar o quanto a produção de conhecimento de inteligência é importante no assessoramento do policiamento ostensivo, conceituando a atividade de inteligência de segurança pública, demonstrando sua finalidade de assessoramento, discorrendo sobre o crime de homicídio e analisando de forma quantitativa e qualitativa os dados de homicídios praticados em Cuiabá - MT no ano de 2017. Foi aplicado questionário aos agentes de inteligência que atuam em Cuiabá e pesquisa em inquéritos policiais de homicídio. Ao final confirma-se a hipótese apresentada inicialmente.

PALAVRAS-CHAVES: Homicídio - Inteligência de Segurança Pública - Polícia Militar - Assessoramento - Policiamento Ostensivo.

ABSTRACT

This article has addressed the problem of how the public safety intelligence activity, especially that of the Mato Grosso State Military Police, could act in counseling of ostensive police to prevent the crime of murder in the municipality of Cuiabá - MT. The hypothesis was that the activity of public safety intelligence could assist ostensive policing in the prevention of the crime of intentionally homicide by analyzing the causes, motivations, and other circumstances of the crimes of intentionally homicide already practiced. The main objective of this study was to demonstrate how the production of criminal intelligence knowledge is important in the assessment of ostensive policing, conceptualizing the activity of public safety intelligence, demonstrating its purpose of counseling, discussing the crime of homicide, and analyzing quantitatively and qualitatively the data of homicides practiced in Cuiabá - MT, in the year of 2017. A questionnaire was applied to intelligence officers who work in Cuiabá and research it in homicide police investigations. Finally, the hypothesis presented initially is confirmed.

KEYWORDS: Homicide - Public Safety Intelligence - Military Police - Counseling - Ostensive Policing.

¹ Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (CFO/APMCV), Especialista em Gestão em Segurança Pública (UNEMAT/APMCV) e em Estudo de Comando e Estado Maior (APMCV).

² Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (CFO/APMCV), Especialista em Gestão em Segurança Pública (UNEMAT/APMCV) e em Estudo de Comando e Estado Maior (APMCV).

INTRODUÇÃO

Como parte da pesquisa de conclusão do Curso Superior de Polícia com ênfase em Estudo de Estado Maior, ofertado pela Academia de Polícia Militar Costa Verde, o presente artigo propõe fazer uma análise da atividade de inteligência como ferramenta de assessoramento ao policiamento ostensivo na prevenção ao crime de homicídio doloso no município de Cuiabá-MT, tomando por base os índices estatísticos do crime de homicídio ocorridos no ano de 2017. A abordagem do homicídio é sempre como o crime mais grave, o que causa maior medo na população.

A palavra homicídio é um substantivo formado por *homo* (homem) e *cídio* (morte), que significa o ato de ceifar a vida de uma pessoa, de matar alguém e sinônimo de assassinato. Os homicídios, cujos números são crescentes e assustam os mais corajosos, causam perplexidades nos cidadãos de bem, deixando de fazer alguma coisa por medo das consequências, ou seja: a privação do bem maior do cidadão que é a vida. Inicialmente, partindo do princípio que a violência é um evento inerente à espécie humana, seja esta fruto de uma ação divina ou da evolução das espécies, fato é que esta espécie é violenta por natureza.

A história mostra que a violência é um evento cujo início se confunde com o surgimento da espécie e seu emprego e uso, além de garantir a sobrevivência, serviu para conquistar povos, territórios, para demonstrar força, defesa, como também para destruir o seu semelhante, baseado em motivos justificáveis ou não. E venceram os que conseguiram se adaptar frente aos desafios enfrentados, e claro, em razão dos artefatos de defesa e ataque utilizados no seu dia a dia (ODÁLIA, 1991, p. 13; 14).

Ainda sobre o uso da violência como ferramenta de sobrevivência, Odália (1991, p. 14) destaca que a violência que caracterizou o homem histórico é diferente da que caracteriza o homem contemporâneo. Para a autora, a violência na atualidade tomou novos contornos, revestiu-se de formas sutis, deixando de ser algo necessário à defesa e à sobrevivência como dantes, deixando também de ser uma agressividade necessária frente a um universo hostil, revestindo de novas formas, perdendo seu estado natural de defesa, passando a ser uma forma do homem de hoje organizar sua vida perante os demais homens. Deste modo, sustentado neste conhecimento, entende-se que a ocorrência da violência pela via dos homicídios no município de

Cuiabá-MT é um problema que merece a atenção por parte de olhares multidisciplinares de estudiosos do assunto, capazes de diagnosticar as reais causas e motivações da ocorrência desta violência no meio social. Pensa-se ser necessário saber quem são as vítimas, o tempo e os locais de ocorrência, as armas utilizadas e as motivações que levaram à consumação desta violência. Assim, o objetivo geral deste estudo é entender como a Atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) pode contribuir no assessoramento ao policiamento ostensivo na prevenção do crime de homicídio doloso no município de Cuiabá. Buscamos estudar os homicídios registrados em Cuiabá-MT, no ano de 2017, caracterizando o perfil das vítimas, o tempo, o meio empregado, as motivações e os locais de ocorrência da violência.

Como objetivos específicos, propõe-se analisar o perfil das vítimas, e identificar por meio da análise do perfil das vítimas a existência de grupo de pessoas vulneráveis à forma de violência; identificar o tempo das ocorrências; identificar os meios empregados e as motivações da consumação da violência; caracterizar o espaço de ocorrência dos homicídios, e, por fim, sugerir medidas de controle da violência, sobretudo a prática de homicídios. E, desta forma, tem-se que o estudo em questão se justifica por abordar um evento que, em razão dos resultados produzidos no meio social, figura-se como um problema social que atinge a pessoa humana em seu bem maior, a vida, causando-lhe a morte e, indiretamente, a família, com a perda do ente querido, talvez o principal provedor do lar; além de atingir, também, a sociedade por meio da imposição do medo, com a morte do semelhante, e, claro, o Estado, pelo mover de seu aparato para atender esta sociedade.

Também se justifica por abordar um assunto de interesse social pelo viés da ciência, propondo mostrar a real situação da área de estudo, em termos de ocorrência da violência e, a partir de então, sugerir adoção de políticas públicas que atendam a sociedade e controlem a forma de violência.

BREVE HISTÓRICO DO CRIME DE HOMICÍDIO DOLOSO

É cediço que o primeiro homicídio de que se tem registro pelo homem encontra-se no texto Bíblico – Gênesis, capítulo 4. Foi o crime praticado por Caim contra o seu irmão Abel.

“E aconteceu ao cabo de dias que Caim trouxe do fruto da terra uma oferta ao SENHOR. E Abel também trouxe dos primogênitos das suas ovelhas, e da sua gordura; e atentou o SENHOR para Abel e para a sua oferta. Mas para Caim e para a sua oferta não atentou. E irou-se Caim fortemente, e descaiu-lhe o semblante. E o SENHOR disse a Caim: Por que te iraste? E por que descaiu o teu semblante? Se bem fizeres, não é certo que serás aceito? E se não fizeres bem, o pecado jaz à porta, e sobre ti será o seu desejo, mas sobre ele deves dominar. E falou Caim com o seu irmão Abel; e sucedeu que, estando eles no campo, se levantou Caim contra o seu irmão Abel, e o matou.”

Evidências na doutrina que não são raros os relatos arqueológicos de corpos encontrados da era pré-histórica onde era possível perceber o excesso de violência que tinha recaído sobre aquelas ossadas. Isso se dava, pois, conforme Ivair Itagiba (1945, p. 23) “o homem primitivo não possuía a mínima noção de respeito à vida do seu semelhante”. E continua o nobre autor:

O homicídio é da época pré-histórica. Matar era natural. Assassina-se com a sem-cerimônia do camponês que mata um réptil venenoso. Na luta para adquirir o alimento o selvagem era cruelíssimo; cometia todas as violências com perversidade artística. O homicídio é tão velho quando a fome (ITAGIBA, 1945, p.23).

Já no nosso Direito, comete homicídio quem provoca a morte de outrem, ou, na linguagem do Código Penal, em seu artigo 121, *caput*, aquele que mata alguém. Como se pode inferir do tipo básico (fundamental/simples), o bem jurídico tutelado é a vida humana extra-uterina.

Para Capez (2018) o homicídio é a morte de um homem provocada por outro homem. É a eliminação da vida de uma pessoa praticada por outra. O homicídio é o crime por excelência. Todos os direitos partem do direito de viver, pelo que, numa ordem lógica, o primeiro dos bens é o bem vida. O homicídio tem a primazia entre os crimes mais graves, pois é o atentado contra a fonte mesma da ordem e segurança

geral, sabendo-se que todos os bens públicos e privados, todas as instituições se fundam sobre o respeito à existência dos indivíduos que compõem o agregado social.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL E EM MATO GROSSO - GÊNESE E FINALIDADE.

De acordo com Antunes (2006), a atividade de inteligência no Brasil surgiu com o nome de Sistema Brasileiro de Informações, tendo seu primeiro registro Oficial no mandato do presidente da república Washington Luiz, quando foi criado o Conselho de Defesa Nacional, no ano de 1927.

Esse Conselho fora instituído por meio do Decreto n.º 17.999, de 29 de novembro de 1927, tinha o caráter consultivo e seu escopo era estudar e coordenar as informações sobre as questões de ordem financeira, econômica, bélica, moral, relativas à defesa da pátria. Teve sua denominação alterada no ano de 1934 para Conselho Superior de Segurança Pública Nacional (CSSN).

No ano de 1946, o presidente Dutra, por meio do decreto n.º 9.775-A, de 06 de outubro daquele ano, criou o Serviço Federal de Informação e Contra-Inteligência (SFICI), estrutura que fazia parte do Conselho de Segurança Nacional e que passaria a ter a responsabilidade de tratar das informações em nosso país. Eram também atribuições do SFICI organizar a propaganda e contra-propaganda no que interessasse ao Plano Político Exterior e organizar a defesa do próprio sistema econômico, coordenando medidas para a contra-espionagem e contra-propaganda no que interessasse ao plano econômico (ANTUNES, 2006).

Após o início do regime militar no ano de 1964 e alegando que faltava ao SFICI facilidades e a autoridade indispensável para estabelecer as relações entre os diversos níveis da administração pública, além da sua dificuldade operacional para coordenar a coleta e análise de informações, enquanto órgão subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, o presidente Humberto de Alencar Castello Branco apresentou um projeto de lei que criava o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual fora aprovado em 13 de junho de 1964 (ANTUNES, 2006).

O SNI foi instituído como órgão subordinado diretamente à Presidência da República e, de acordo com a lei que o instituiu, tinha a responsabilidade de superintender e coordenar as atividades de informação e contra-informação no país, em especial, as que fossem de interesse da Segurança Nacional.

O Serviço Nacional de Informações (SNI) atuou até o ano de 1990, quando fora extinto pelo presidente Fernando Collor de Melo, ocasião em que fora criada a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), a qual tinha em sua estrutura o Departamento de Inteligência/DI-SAE, que apesar herdar o espólio do SNI, foi esvaziado de suas funções, ficando ao seu encargo apenas a responsabilidade de implementar medidas de proteção a assuntos sigilosos em nível nacional.

Com a saída do presidente Collor, o vice-presidente, Itamar Franco assumiu a direção do país e deu nova organização à estrutura da Presidência da República, reformulou a SAE, criando dentro de seus quadros a Subsecretaria de Inteligência/SSI, que teve como órgãos subordinados o Departamento de Inteligência e o Centro Federal de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos/CEFARH.

Entre a extinção do SNI e 1995, os principais órgãos responsáveis pelo setor de inteligência civil (DI/SSI) foram caracterizados por uma política de desinteresse e quase abandono por parte dos poderes Executivo e Legislativo. (ANTUNES, 2006).

O Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) foram criados pela Medida Provisória n.º 813 e regulamentados pela Lei n.º 9.883, de 07 de dezembro de 1999. O SISBIN foi criado com a função de integrar as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência no país, o que inclui o processo de obtenção, análise e disseminação “de informações necessárias ao processo decisório do Poder executivo” e a salvaguarda da informação “contra o acesso de pessoas ou órgãos não autorizados”. (ANTUNES, 2006).

Além de criar o SISBIN e a ABIN e dizer quais são as suas atribuições, a lei n.º 9.883/1999 trouxe também o conceito de inteligência e contrainteligência, vejamos:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Brasileiro de Inteligência, que integra as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional.

§ 1º O Sistema Brasileiro de Inteligência tem como fundamentos a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana, devendo ainda cumprir e preservar os direitos e garantias individuais e demais dispositivos da Constituição Federal, os tratados, convenções, acordos e ajustes internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte ou signatário, e a legislação ordinária.

§ 2º Para os efeitos de aplicação desta Lei, entende-se como inteligência a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.

§ 3º Entende-se como contra-inteligência a atividade que objetiva neutralizar a inteligência adversa.

Esta lei significou um grande avanço com a criação deste sistema, porém foi silente quanto as atividades de inteligência a serem exercida pelas polícias estaduais, das Forças Armadas e também da Polícia Federal.

Em dezembro do ano 2000 foi criado o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP), por meio do Decreto Presidencial n.º 3.695, de 21 de dezembro daquele ano, fato este que fomentou posteriormente a criação do Sistema de Inteligência de Segurança Pública de Mato Grosso.

Onze anos após a criação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública no âmbito federal, fora criado Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso (SISP/MT), o que se deu por meio da Lei Ordinária Estadual de n.º 9.678, de 21 de dezembro de 2011.

Com esta lei, vincularam-se ao SISP/MT os Subsistemas de Inteligência da Polícia Judiciária Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, além dos demais Subsistemas que viessem a ser criados no âmbito da Segurança Pública de Mato Grosso e também as Unidades de Inteligência especiais e afins, mediante o estabelecimento de Termo de Cooperação Técnica ou instrumentos congêneres, respeitando-se as prerrogativas e o interesse da Segurança Pública.

Esta lei que instituiu o SISP/MT, em seu Art. 3º conceituou a atividade de inteligência de Segurança Pública (ISP) como sendo:

O exercício permanente e sistemático de ações especializadas para a identificação, acompanhamento e avaliação de ameaças reais ou potenciais na esfera de segurança pública, orientadas, basicamente, para a produção e para a salvaguarda de conhecimentos necessários à decisão, ao planejamento e à execução da política de segurança pública;

A lei deixa claro que a atividade de inteligência tem por objetivo a produção e a salvaguarda de conhecimentos necessários à decisão, ao planejamento e à execução da política de segurança pública, ou seja, tem por finalidade o assessoramento às atividades de segurança pública, seja no processo decisório, como nas políticas públicas.

Antes mesmo de ser criado o SISP/MT em 2011, no ano de 2004 fora criado o Sistema de Inteligência da Polícia Militar de Mato Grosso (SIPoM), por meio do Decreto Estadual n.º 3.128, de 18 de maio de 2004, pelo então Governador do Estado, Blairo Maggi.

O SIPOM tem por escopo operacionalizar a Atividade de Inteligência na Instituição, a produção e salvaguarda de conhecimentos voltados à preservação da ordem pública e assuntos internos, vejamos:

Art. 2º O Sistema de Inteligência da Polícia Militar destina-se a operacionalizar a Atividade de Inteligência na Corporação, na produção e salvaguarda de conhecimentos voltados à preservação da ordem pública e assuntos institucionais.

No dia 11 de julho de 2013, fora aprovado o Regimento Interno do Sistema de Inteligência da Polícia Militar de Mato Grosso (RISIPoM), por meio da Portaria de n.º 206/QCG/DGP, no Boletim Reservado Eletrônico n.º 621, da mesma data. Esse regimento definiu de forma bem objetiva quais são os objetivos do SIPoM, que são:

Art. 2º - O SIPoM tem por objetivo produzir, salvaguardar e difundir conhecimentos, voltados a subsidiar e assessorar os tomadores de decisão nos níveis estratégico, tático e operacional, em assuntos atinentes à competência constitucional da Polícia Militar, bem como, atuar em auxílio a atividade de Polícia Judiciária Militar, no que concerne à investigação de crimes militares.

O presente dispositivo não deixa dúvidas quanto aos objetivos do SIPoM, além de explicitar que a atividade de inteligência na Polícia Militar não tem o condão de investigar crimes comuns, como hão de pensar algumas pessoas que desconhecem os objetivos e finalidades dessa atividade na Polícia Militar de Mato Grosso.

Este regimento, em seu Art. 7º, também traz de forma taxativa as competências do SIPoM:

Art. 7º - Compete ao SIPoM:

I.Subsidiar o planejamento estratégico integrado do SIPoM e a elaboração de planos específicos, para o estabelecimento de metas e obtenção de resultados;

II.Proporcionar diagnósticos e prognósticos sobre assuntos de interesse da Polícia Militar;

III.Produzir e difundir conhecimentos sobre assuntos de interesse da Segurança Pública, que auxiliem o exercício da polícia ostensiva, com o fim de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio;

IV.Produzir e difundir conhecimentos para proteger a Atividade de Inteligência de Segurança Pública e a Instituição Policial Militar, de modo a salvaguardar dados e conhecimentos sigilosos bem como identificar e neutralizar ações adversas de qualquer natureza;

V.Estabelecer fluxo permanente de informações estratégicas, táticas e operacionais, a fim de facilitar os processos de decisão e a coordenação das atividades de polícia ostensiva;

VI.Exercer função de assessoria especializada, nos níveis de planejamento estratégico, tático e operacional;

VII.Auxiliar, operacionalmente, a investigação administrativa e a atividade de polícia judiciária militar.

Conforme se observa, tanto os objetivos, quanto as competências do SIPoM, baseiam-se na atividade de assessoramento, seja no nível estratégico, tático ou operacional, auxiliando os gestores no processo decisório institucional. Daí, a importância de se discutir o tema proposto neste artigo.

Instrumentos de prevenção criminal da atividade de Inteligência de Segurança Pública

O assessoramento realizado pelas agências de Inteligência de Segurança Pública é materializado por meio da produção de conhecimento, a qual se utiliza de uma metodologia própria.

Essa metodologia vem sendo aprimorada ao longo dos anos e é constituída de fases, sendo a primeira a de planejamento, onde se determina o assunto a ser trabalhado, a faixa de tempo a ser considerada, qual será o usuário do conhecimento produzido, a finalidade do conhecimento a ser produzido, o prazo em que deve ser produzido, quais são os aspectos essenciais a conhecer e o grau de sigilo do que será trabalhado.

A segunda fase desta metodologia é a da produção do conhecimento, etapa em que se procura obter dados e conhecimentos sobre o assunto em análise, é composta de ações de coleta e reunião dos dados.

Já a terceira fase é o processamento, que consiste na avaliação, análise e integração e interpretação dos dados obtidos na etapa anterior, nesta fase o analista procura conhecer a valorar os dados e/ou conhecimentos daquilo que ele conseguiu reunir para o seu trabalho, delineando sua trajetória, estudando os fatores de influência e apresenta um significado final para o assunto trabalhado.

A próxima e última fase é a formalização em um documento de inteligência e a difusão do trabalho realizado. A formalização se dará em um documento técnico de inteligência, que dependerá do tipo de conhecimento que fora produzido, o qual poderá ser um informe, uma informação, apreciação ou estimativa.

A Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP, 2009) especifica uma classificação dos tipos de conhecimentos produzidos pelo analista de inteligência, que variarão de acordo com os diferentes estados em que a mente humana pode se situar em relação à verdade, os diferentes graus de complexidade do trabalho intelectual necessário à produção do conhecimento, e a necessidade de elaborar, além de trabalhos relacionados com fatos e situações passadas e presentes, outros, voltados para o futuro. (GUERREIRO JUNIOR, 2018).

De acordo com a DNISP os conhecimentos produzidos pelo analista de inteligência podem ser:

Informe - É o conhecimento resultante de juízo(s)³ formulado(s), que expressa o estado de certeza⁴, opinião⁵ ou dúvida⁶ frente à verdade⁷, sobre fato ou situação do passado e/ou do presente. A sua produção exige o domínio de metodologia própria e tem como objeto apenas fatos e situações passadas ou presentes.

³ É a operação pela qual a mente estabelece uma relação entre ideias.

⁴ Consiste no acatamento integral, pela mente, da imagem por ela mesma formada, como correspondente a determinado fato e/ou situação.

⁵ É um estado no qual a mente se define por um objeto, considerando a possibilidade de um equívoco. Por isso, o valor do estado de opinião se expressa por meio de indicadores de probabilidades.

⁶ É o estado em que a mente encontra, metodicamente, em situação de equilíbrio, razões para aceitar e negar que a imagem, por ela mesma formada, esteja em conformidade com determinado objeto.

⁷ A verdade, como oposto de erro, consiste na perfeita concordância do conteúdo do pensamento (sujeito) com o fato (objeto). Em relação à verdade, a mente humana pode se encontrar em quatro diferentes estados: certeza, opinião, dúvida e ignorância.

Informação - É o conhecimento resultante de raciocínio(s)⁸, que expressa o estado de certeza frente à verdade, sobre fato ou situação passado e/ou presente. A Informação decorre da operação mais apurada da mente, o raciocínio. Portanto, extrapola os limites da simples narração dos fatos ou das situações, contemplando a interpretação dos mesmos. A sua produção requer, ainda, o pleno domínio da metodologia de produção do conhecimento.

Apreciação - É o conhecimento resultante de raciocínio(s), que expressa o estado de opinião frente à verdade, sobre o fato ou situação passada e/ou presente. Apesar de ter essencialmente como objeto fatos ou situações presentes ou passados, a Apreciação admite a realização de projeções. Porém, diferente do conhecimento Estimativa, as projeções da Apreciação resultam tão somente da percepção, pelo profissional de ISP, de desdobramentos dos fatos ou situações, objeto da análise, e não da realização de estudos especiais, necessariamente auxiliados por métodos prospectivos.

Estimativa - É o conhecimento resultante de raciocínio(s) elaborado(s), que expressa o estado de opinião sobre a evolução futura de um fato ou de uma situação. A sua produção requer não só o pleno domínio da metodologia própria da Atividade de Inteligência, mas também o domínio de métodos prospectivos complementares ao processo de produção.

Utilizando-se da metodologia da produção de conhecimento da atividade de Inteligência, o policiamento ostensivo poderá ser melhor assessorado por esta atividade com a produção de conhecimentos que realmente possam ser úteis, e por consequência atingirá melhores resultados na prevenção do crime de homicídio doloso no município de Cuiabá.

METODOLOGIA: CONTEXTO E SITUAÇÃO DA PESQUISA

O presente artigo buscou analisar os dados dos crimes de homicídio dolosos praticados em Cuiabá - MT, no ano de 2017. A análise busca responder ao questionamento de como a Atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) pode contribuir no assessoramento ao policiamento ostensivo na prevenção do crime de homicídio doloso no município de Cuiabá.

A hipótese levantada é de que a atividade de inteligência de segurança pública pode assessorar o policiamento ostensivo na prevenção do crime de homicídio doloso por meio da análise das causas, motivações e demais circunstâncias dos crimes de homicídio doloso já praticados no município de Cuiabá - MT.

⁸ É a operação pela qual a mente, a partir de dois ou mais juízos conhecidos, alcança outro que deles decorre logicamente.

Para descrição deste perfil foram relacionados os seguintes fatores: Idade, sexo, envolvimento com drogas, instrumento utilizado no homicídio, entre outros. Para dimensionarmos o cenário a ser abordado pelo tema, dividimos o trabalho em três frentes metodológicas, sendo a primeira centrada no levantamento dos boletins de ocorrência de natureza homicídio doloso - ano 2017 em Cuiabá, a segunda na coleta de dados por meio de questionário aplicado aos policiais militares integrantes das agências de inteligência de Cuiabá e a terceira com análise dos inquéritos policiais na Polícia Judiciária Civil, com objetivo de encontrar a motivação de tais crimes.

Inicialmente, foi realizado um estudo exploratório para levantar os números de casos de homicídios em Cuiabá-MT. As informações constantes em Boletins de Ocorrência registrados apontaram o número de 142 homicídios. Os dados de boletins de ocorrência registrados com natureza homicídios são controlados e organizados pela Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Estado de Segurança Pública (CEAC), a qual forneceu um relatório sobre todos os casos registrados no recorte temporal estabelecido pela pesquisa. Foi aplicado um questionário a 22 Agentes de Inteligência que atuam na circunscrição do 1º Comando Regional (1º CR) com perguntas objetivas e subjetivas, onde pudemos complementar as informações colhidas através dos boletins de ocorrência, que nos apontaram o perfil sócio econômico das vítimas. Também foi necessário que os autores fossem pessoalmente até a Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) da Polícia Judiciária Civil para buscar dados mais precisos, sobretudo, a motivação dos crimes estudados.

ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Dos dados obtidos em Boletins de Ocorrências policiais.

A primeira fase desta pesquisa consistiu na busca dos dados sobre os crimes de homicídio dolosos ocorridos no município de Cuiabá, no ano de 2017, junto à Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (CEAC), da Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso, a qual nos forneceu o “Boletim de acompanhamento anual

dos crimes de homicídio em Cuiabá - MT”, dados estes que foram extraídos a partir do banco de dados do Sistema de Registro de Ocorrências Policiais (SROP), referentes aos Boletins de Ocorrências Policiais registrados quando as polícias fazem o primeiro atendimento a um chamado, ou seja, quando se tem a notícia do fato criminoso.

Inicialmente, temos que no ano de 2017 foram praticados um total de 142 homicídios dolosos no município de Cuiabá. O Boletim da CEAC, apresentou um quadro comparativo entre os anos de 2016 e 2017, quanto a faixa etária das vítimas de homicídios, bem como os bairros com maior número de registros da forma de violência, bem como o dia da semana, o período do dia, o sexo das vítimas, motivação do crime e o meio empregado na consumação deste tipo de crime:

Tabela 01. Resumo dos Crimes e Homicídio - Cuiabá.

Variáveis	Jan a dez de 2016	Jan a dez de 2017
Bairro	Pedra 90 e 1º de março	Pedra 90 e Nova Esperança
Dia da semana	Segunda-feira	Domingo e Terça-feira
Período do dia	Das 18h01min às 23h59min	Das 18h01min às 23h59min
Sexo da vítima	Masculino	Masculino
Faixa etária da vítima	De 18 a 24 anos	De 18 a 24 anos
Meio empregado	Arma de fogo	Arma de fogo
Motivação	Drogas e a apurar	Drogas, resistência à prisão e a apurar

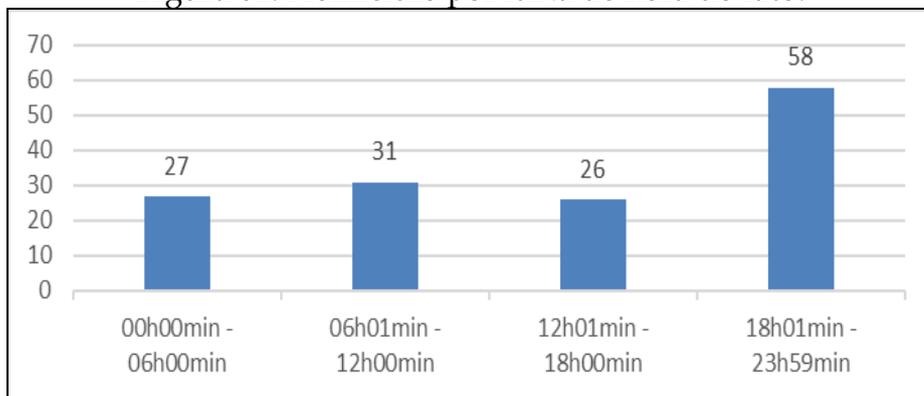
Fonte: Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso.

Conforme demonstrado acima, o bairro Pedra 90 se manteve na liderança em números de homicídios nos anos de 2016 e 2017. O dia da semana em que mais se praticara o crime sofreu alteração de um ano para o outro, deixando de ser a segunda-feira e passando a ser o domingo e a terça-feira. O horário do cometimento do crime, bem como o sexo da vítima, a faixa etária da vítima e o meio empregado também se mantiveram os mesmos. A variável da motivação alterou um pouco, sendo acrescida, em 2017, a resistência à prisão.

A próxima figura demonstra em qual faixa horária ocorreram a maioria dos crimes de homicídio, sendo a mais crítica das 18h01min até às 23h59min, e a segunda faixa horária mais crítica é a das 06h01min até às 12h00min, esses dados são

importantes à medida em que possibilitam uma melhor programação da Polícia Militar na tentativa de prevenir tal delito, reforçando a sua atuação ostensiva nesses horários mais propensos à esta prática criminal.

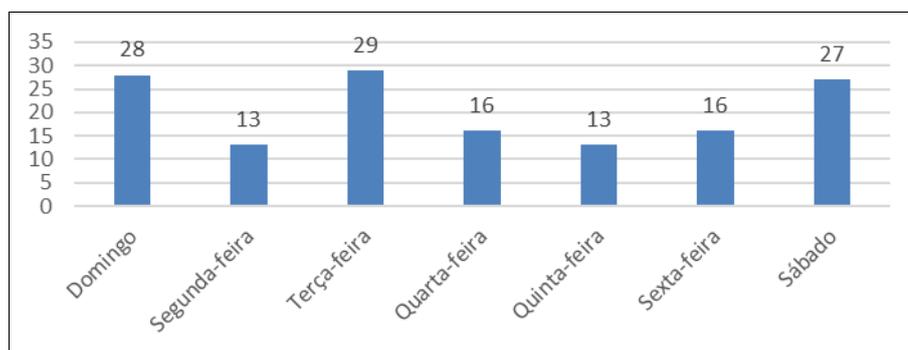
Figura 01. Homicídio por faixa de hora do fato.



Fonte: Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública.

O dia da semana em que mais fora praticado o crime de homicídio no ano de 2017 foi a terça-feira, seguida do domingo e depois do sábado, assim como as faixas horárias mais críticas, também tem-se os dias da semana em que mais ocorrem, dado importante à medida que permite identificar quais os dias mais críticos, possibilitando uma ação mais direcionada da Polícia Militar. Apesar da terça-feira ter se despontado com o maior número de casos, o final de semana chama a atenção também pelo número elevado, tanto no sábado quanto no domingo, o que já alerta para a intensificação do policiamento ostensivo nesses dias com a finalidade de prevenção do homicídio doloso.

Figura 02. Homicídio por dia da semana.

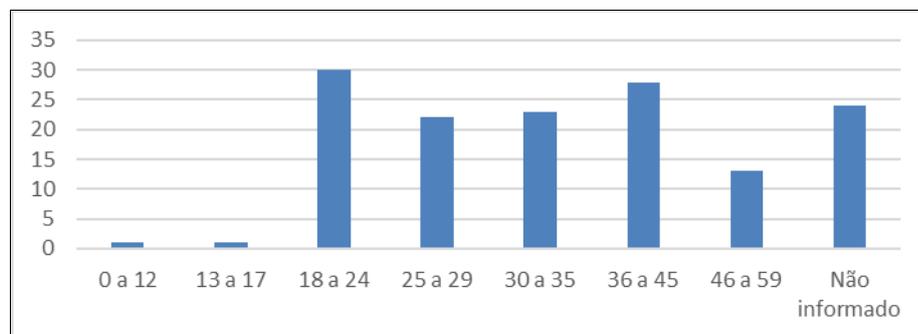


Fonte: Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública.

O gênero masculino foi o mais vitimizado pelo crime de homicídio em 2017, representando 92% do total de vítimas, enquanto as do gênero feminino representou 8% do total. Dessa forma, depreendemos que o público masculino merece maior atenção quando o crime a ser prevenido é o de homicídio doloso.

Jovens entre 18 a 24 anos foram os mais vitimizados em 2017, chegando a 30 casos, e segunda faixa etária mais vitimizada foi a de 36 a 45 anos de idade com 28 vítimas. O público jovem masculino é o grupo mais vulnerável para o crime em análise, e merece, portanto, uma atenção especial por parte das instituições públicas, em especial da Polícia Militar.

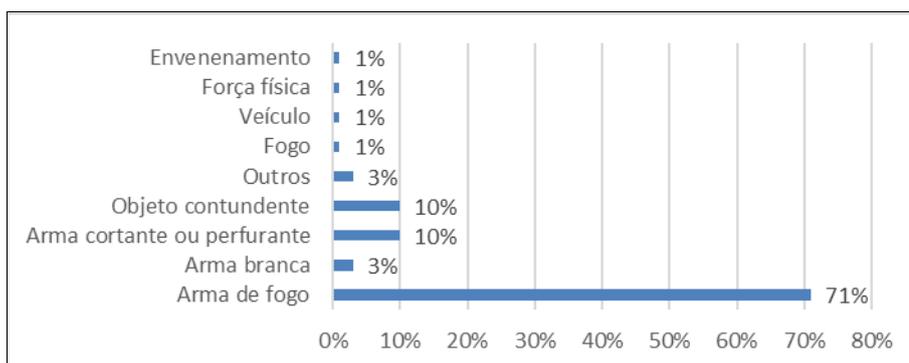
Figura 03. Homicídio por faixa etária da vítima em anos.



Fonte: Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública.

A arma de fogo foi o meio mais utilizado para o cometimento do crime de homicídio em 2017, seguido de armas cortantes ou perfurante e de objetos contundentes. A partir destes dados, podemos concluir que quanto mais armas de fogo em situação irregular forem retiradas de circulação, menor será a probabilidade do cometimento do crime de homicídio, uma vez que a maior parte desses crimes foram praticados com este tipo de instrumento.

Figura 04. Meio empregado para a prática do homicídio.

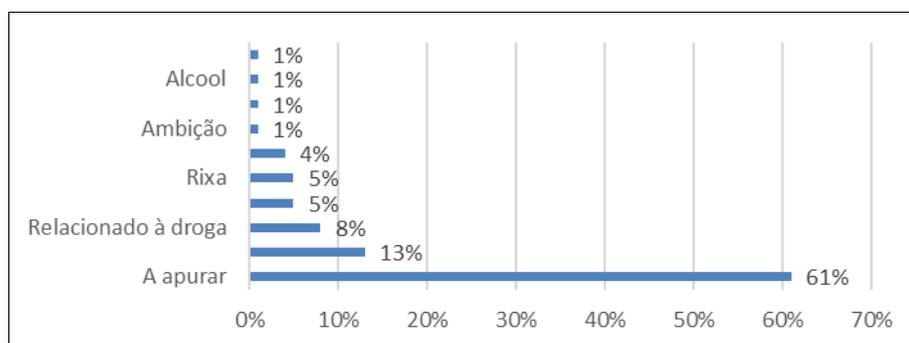


Fonte: Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública.

A motivação para o cometimento do crime de homicídio, talvez seja uma das informações mais importantes para se trabalhar preventivamente nas causas deste crime, no entanto, na maioria dos casos a motivação só pode ser conhecida ao final da investigação. Observaremos, no gráfico a seguir, que, em 61% dos casos, a motivação era desconhecida no momento da elaboração do boletim de ocorrência policial, 13% dos casos se deram por resistência à prisão e 08% dos casos, por situações relacionadas às drogas.

A atuação mais incisiva da Polícia Militar pode estar na mitigação ou quando possível, na neutralização da causa do homicídio. Uma missão um tanto quanto difícil, porém, quando possível, a sua prévia identificação, mais eficaz será a atuação da Polícia Militar na sua prevenção, daí a importância de se conhecer as motivações que levaram ao cometimento de 142 homicídios em Cuiabá no ano de 2017.

Figura 05. Homicídio por motivação.

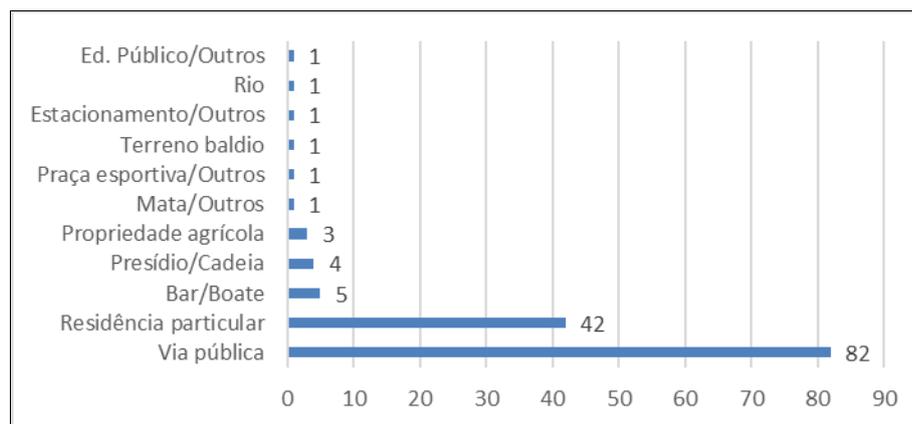


Fonte: Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública.

Outro dado relevante para a análise, em questão, refere-se ao tipo de local onde o crime é cometido. Em 2017, 82 casos ocorreram em via pública, 42 em residências particulares e 05 em bar/boate. Com base nestes dados, pode-se verificar se o local mais propenso para ocorrer este tipo de delito pode sofrer interferência da Polícia Militar no sentido de prevenir o delito.

Como se observa nos dados abaixo demonstrados, a maioria dos crimes ocorreram em vias públicas, local em que a Polícia Militar pode atuar livremente, no entanto, uma quantidade considerável deste crime, 42 casos, ocorreram no interior de residências, locais em que dificilmente a Polícia poderia evita-los, uma vez que a intimidade das residências normalmente só vem a público depois que o homicídio já ocorrera.

Figura 06. Homicídio por tipo de local do fato.



Fonte: Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública.

Os bairros Pedra Noventa, Nova Esperança, Jardim Florianópolis, Altos do Parque, Araés, Novo Paraíso e Pascoal Ramos foram os que mais sediaram o crime de homicídio em Cuiabá no ano 2017, com 8, 7, 6, 5, 5, 5 e 5 casos, respectivamente, esse dado também serve para orientar quais bairros necessitam de uma atuação especial não só da Polícia Militar, mas também de todos os outros órgãos públicos que trabalhem políticas públicas capazes de mitigar as causas do crime de homicídio. O bairro Pedra 90 foi o que teve maior incidência deste crime no ano de 2016 e também no ano de 2017.

A demonstração no mapa da cidade dos locais exatos onde ocorreram os homicídios, por meio de coordenadas geográficas, possibilita a visualização dos “pontos quentes”, ou seja, dos locais onde a incidência do fenômeno criminoso ocorreu com mais intensidade, permitindo assim uma melhor análise para o emprego do policiamento ostensivo, conforme são identificadas as áreas de maior risco.

Figura 06. Mapa de Kernel dos registros de homicídio em Cuiabá de Janeiro a Dezembro de 2017.



Fonte: Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso.

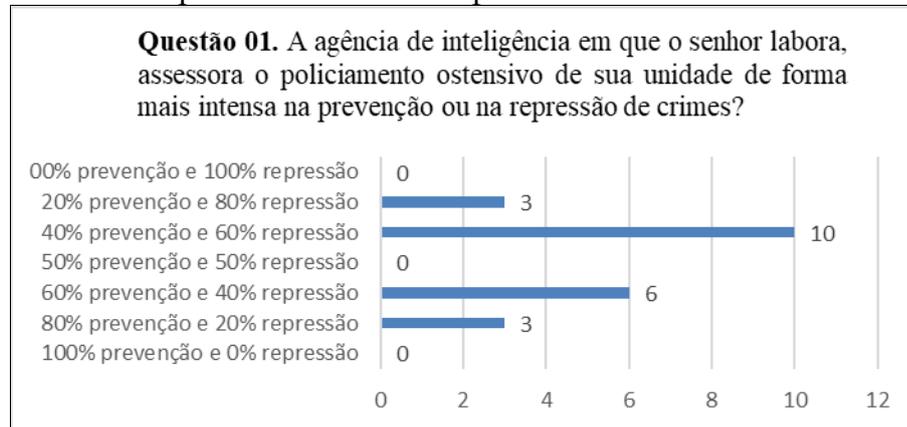
Dos dados obtidos pela pesquisa de campo

Fora aplicado um questionário aos agentes de inteligência que atuam no município de Cuiabá, sendo eles da Agência Regional de Inteligência do Comando Regional I (ARI/CRI) e das Agências Locais de Inteligência (ALI) dos Batalhões de Polícia Militar: 1º, 3º, 9º, 10º, 24º e do Batalhão ROTAM, perfazendo um total de 22 questionários respondidos, o que corresponde a 52% do total de agentes que atuam em Cuiabá, pois, de acordo com a Diretoria da Agência Central de Inteligência da Polícia Militar (DACI), atuam no município de Cuiabá 42 agentes de inteligência, distribuídos nas unidades policiais militares (UPM's) acima mencionadas.

O objetivo do questionário fora saber como os agentes de inteligência tem trabalhado no assessoramento de suas UPM's para prevenção ao crime de homicídio doloso e como eles têm percebido a atuação das agências de inteligência em que atuam frente à prevenção ao crime de homicídio.

Os dados obtidos na pesquisa estão apresentados no formato de gráficos para melhor entendimento.

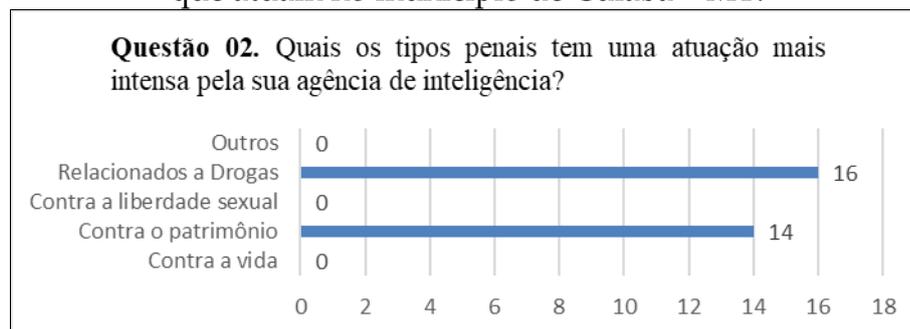
Figura 07. Respostas da 1ª questão do formulário aplicado aos agentes de inteligência que atuam no município de Cuiabá - MT.



Fonte: os autores.

Os dados obtidos com esta questão de n.º 01 certificam que o foco de atuação das agências de inteligência da capital mato-grossense em relação ao crime de homicídio está na repressão e não na prevenção do crime de homicídio, em que pese o segundo item mais escolhido foi o que a atuação mais intensa da agência de inteligência está em 60% na prevenção e 40% na repressão.

Figura 08. Respostas da 2ª questão do formulário aplicado aos agentes de inteligência que atuam no município de Cuiabá - MT.

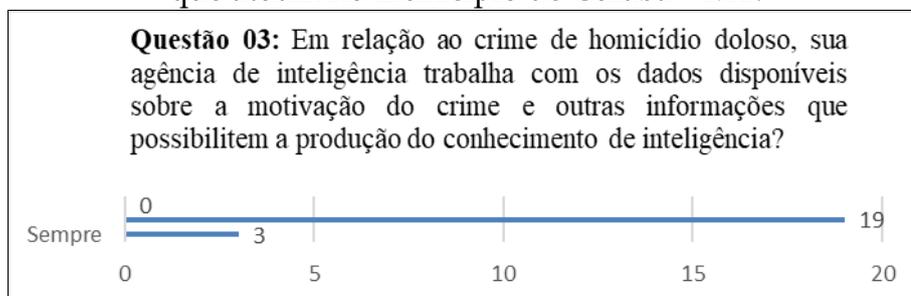


Fonte: os autores.

As respostas obtidas na questão de n.º 02 afirmam que a prevenção aos crimes contra a vida e, dentre eles o homicídio, não são prioridades no assessoramento de que estão incumbidas as agências de inteligência, estando estas

mais propensas a atuarem do combate ao tráfico de drogas e aos crimes contra o patrimônio.

Figura 09. Respostas da 3ª questão do formulário aplicado aos agentes de inteligência que atuam no município de Cuiabá - MT.

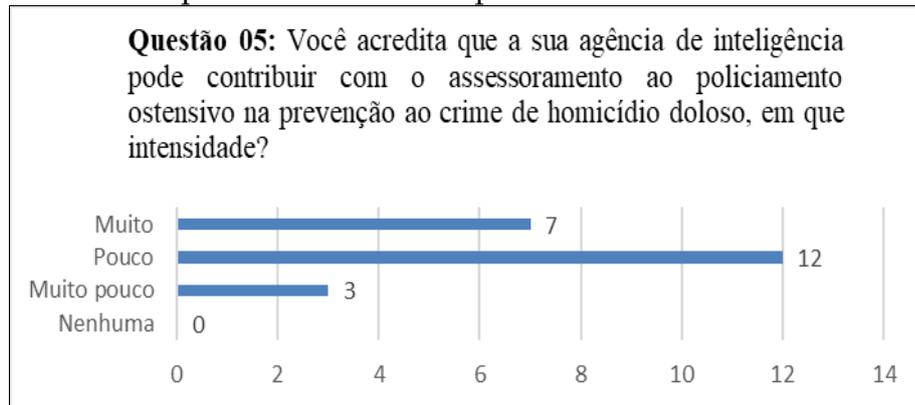


Fonte: os autores.

As respostas da questão de n.º 03 evidenciam que as agências de inteligência, que atuam em Cuiabá - MT, raramente trabalham com os dados disponíveis sobre a motivação do crime e outras informações que possibilitem a produção do conhecimento de inteligência e, dessa forma, será mais difícil fazer frente à prevenção ao crime de homicídio, pois se não há uma preocupação com as causas e/ou motivações que culminam com o homicídio, como assessorar o policiamento ostensivo de forma mais eficaz para tal prevenção?

Na 4ª questão fora perguntado aos entrevistados se a agência de inteligência onde trabalha, em relação ao crime de homicídio doloso, atua permanentemente, por conta própria ou somente por provocação do comandante da UPM, tendo cada item sido respondido 11 vezes, ficando metade das respostas para cada um deles, atestando um equilíbrio entre a atuação permanente, por conta própria da agência e por provocação do comandante da Unidade Policial Militar.

Figura 10. Respostas da 5ª questão do formulário aplicado aos agentes de inteligência que atuam no município de Cuiabá - MT.



Fonte: os autores.

As respostas obtidas na questão de n.º 05 demonstram que os agentes de inteligência entrevistados acreditam que sua agência pode contribuir pouco ou muito pouco com o assessoramento ao policiamento ostensivo na prevenção ao crime de homicídio doloso.

Esse resultado atesta que boa parte dos agentes de inteligência que atuam em Cuiabá não sabem o quanto a atividade de inteligência pode ser útil ao processo de assessoramento de seu usuário, aquele que será o destinatário do conhecimento produzido sobre vários assuntos de interesse da instituição, no caso da presente pesquisa, restringiu-se apenas ao crime de homicídio doloso.

A questão de n.º 06, foi aberta, e teve o seguinte enunciado: Você tem alguma sugestão para melhorar a efetividade de sua agência de inteligência no assessoramento ao policiamento ostensivo na prevenção ao crime de homicídio doloso? Se sim, qual(is)?

Eis a transcrição das respostas obtidas mais relevantes:

O serviço de inteligência pode fazer levantamento dos locais onde a (sic) maior índice de homicídios e auxiliar ao Cmt. do Batalhão a intensificar o policiamento nesses locais;

Sim, pois com um pré-cadastro dos reincidentes no crime, que pertencem à área, bem como no controle de ambientes propícios, contudo, o aumento no investimento tecnológico com o intuito de monitorar alvos com perfil homicídio.

Servindo de produção de conhecimento informando o comando do Batalhão os pontos mais vulneráveis e críticos, levando em consideração a vida pregressa do indivíduo.

Sim. Estruturando a análise da agência para a coleta de dados e mapeamento de zonas quentes e ocorrências que possam ter o desdobramento homicídio.

Sim. Precisamos de maior troca de informações com o policiamento ordinário, para melhor assessoramento da tropa.

Com as respostas obtidas, nesta amostra, dos integrantes das agências de inteligência que atuam em Cuiabá, podemos afirmar que o foco das atividades desenvolvidas está voltado mais para a repressão do que para a prevenção do crime de homicídio; que o foco das ações de inteligência se dão mais para os crimes relacionados às drogas e contra o patrimônio; que às vezes as agências de inteligência trabalham com dados disponíveis sobre a motivação do crime e outras informações que possibilitem a produção do conhecimento de inteligência; que as agências atuam de igual maneira, tanto permanentemente por conta própria, quanto por provocação do comandante da UPM em relação ao crime de homicídio; que a maioria dos agentes entrevistados acreditam que suas agências pouco podem contribuir com o assessoramento ao policiamento ostensivo na prevenção ao crime de homicídio doloso; em relação a melhoria da efetividade das agências de inteligência, os entrevistados de uma forma geral afirmam que há a necessidade da melhora da produção de conhecimento sobre o crime de homicídio, e precisa haver uma maior interação com o policiamento ostensivo.

Dos dados obtidos junto à Delegacia de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) de Cuiabá - MT.

Os dados sobre a motivação do crime de homicídio obtidos junto à CEAC/SESP, retratam que em 61% dos casos este quesito foi considerado “a apurar”, pois quando da elaboração do boletim de ocorrências o mais provável é que não se sabia qual era a motivação do crime ora praticado.

Objetivando otimizar um pouco mais estes dados, estes pesquisadores dirigiram-se até a Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa de Cuiabá - MT para

explorar, junto aos inquéritos policiais, quais eram as motivações dos crimes lá investigados e praticados no ano de 2017, na capital mato-grossense. Ocorre que, dos 142 casos de homicídios ocorridos em Cuiabá nesse período, apenas inquéritos referentes a 45 homicídios estavam disponíveis para consulta, pois, os demais ainda estavam em andamento, não tendo sido possível acessá-los.

Dos 45 homicídios analisados, obteve-se os seguintes dados sobre a motivação do crime praticado.

Tabela 02 - Motivação do crime de homicídio.

Motivação para a prática do crime de homicídio		
Ordem	Motivação	Quantidade
01	Passional	08
02	Resistência à prisão	08
03	Relacionado à drogas	07
04	Vingança	05
05	Álcool	04
06	Não identificada	03
07	Relacionado à Organizações Criminosas (ORCRIM)	03
08	Violência doméstica	02
09	Rixa	02
10	Dívida	01
11	Legítima defesa	01
12	Queima de arquivo	01
TOTAL		45

Fonte: Inquéritos Policiais da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa de Cuiabá - MT.

Desta amostra disponível na DHPP, verifica-se que as motivações mais prevaletentes são a passional e a resistência à prisão com 08 casos cada uma e, depois, as relacionadas à drogas com 07 casos. Em quarto lugar está a motivação de vingança com 05 casos e, na sequência, a motivação relacionada à organização criminosa e a não identificada com 03 casos cada.

Extrai-se destes dados que, em algumas motivações, seria possível a intervenção policial para evitar o homicídio e em outras não. Nos dois primeiros casos como do homicídio passional e por resistência à prisão, o resultado morte está relacionado diretamente ao comportamento da vítima, sendo que no caso passional, normalmente o crime ocorre no interior de residências, o que dificulta em muito a ação da polícia, que só é acionada, na maioria das vezes, quando o crime já ocorreu.

No caso da resistência à prisão, o comportamento da vítima faz com que a polícia tenha que fazer o uso proporcional da força para conter uma injusta agressão.

As motivações em que a polícia teria uma maior influência seriam naquelas relacionadas às drogas e às organizações criminosas, que sofrendo uma intervenção maior por parte das polícias, podem ter mitigadas as oportunidades para o cometimento do crime de homicídio.

As agências de inteligência da Polícia Militar, a partir de uma análise qualitativa dos dados de homicídio, podem atuar de forma a potencializar as atividades ostensivas como: realizar a análise de vínculos entre indivíduos e grupos criminosos que praticam, determinam ou autorizam o cometimento deste tipo de delito; auxiliar na identificação de veículos automotores irregulares, os quais normalmente são utilizados para a prática deste crime; identificação dos pontos de venda de drogas e seus responsáveis (traficantes), além de outras informações que podem contribuir para a prevenção do crime de homicídio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos este trabalho, podemos afirmar que o crime de homicídio ofende o maior bem jurídico protegido pelo direito, mas apesar da importância deste bem jurídico, este crime que é praticado desde as civilizações primitivas ainda continua a ser perpetrado nos dias atuais, em que pese haver um esforço da sociedade e do Estado no sentido de evitá-lo.

Ressalta-se que a atividade de inteligência brasileira, os órgãos de inteligência de segurança pública, em especial o Sistema de Inteligência da Polícia Militar, possuem a atribuição de assessoramento dos gestores para melhorar a eficácia do processo decisório institucional.

Importante ressaltar que a atividade de inteligência da Polícia Militar de Mato Grosso não se destina à investigação de crimes comuns e sim produzir, salvaguardar e difundir conhecimentos voltados a subsidiar e assessorar os tomadores de decisão nos níveis estratégico, tático e operacional, em assuntos atinentes à competência constitucional da Polícia Militar, bem como, atuar em auxílio

a atividade de Polícia Judiciária Militar, no que concerne à investigação de crimes militares.

Ao analisarmos os dados obtidos dos crimes de homicídios praticados no ano de 2017, constatamos que a faixa horária que mais ocorreram os crimes foi das 18h01min às 23h59min. Os dias da semana de maior acontecimento foram às terças-feiras, domingos e sábados, respectivamente. O sexo da vítima predominante foi o masculino com 92% contra 08% do sexo feminino.

A faixa estaria mais vitimizada foi a de 18 a 24 anos, depois a de 36 a 45 anos, tendo como o meio mais empregado para a prática do crime a arma de fogo, atingindo 71% dos casos, seguido de arma cortante ou perfurante com 10% dos casos e 10% com objetos contundentes.

As motivações para a prática do delito mais detectadas foram: resistência à prisão, passional, relacionadas a drogas, vingança, álcool e envolvimento com organizações criminosas.

Os locais onde mais se praticou o crime de homicídio foram as vias públicas, totalizando 82 casos, de um total de 142, representando 58% dos casos, locais esses em que a Polícia tem toda a autonomia para atuar, sem necessitar de autorização, em especial do poder judiciário.

Por fim, foram apresentados os bairros com maior incidência do crime de homicídio em Cuiabá no ano de 2017, dentre eles o Pedra Noventa, Nova Esperança, Jardim Florianópolis, Altos do Parque, Araés e o Novo Paraíso.

O questionário aplicado aos agentes de inteligência que trabalham no município de Cuiabá demonstrou que as agências de inteligências de Cuiabá estão voltadas mais para ações repressivas do que para preventivas no que tange ao crime de homicídio, devendo ocorrer uma mudança no foco de atuação, passando a realizar um pouco mais da análise de inteligência, produzindo conhecimentos específicos para orientar o policiamento ostensivo.

Podemos afirmar que a hipótese formulada no início desta pesquisa de que “a atividade de inteligência de segurança pública pode assessorar o policiamento ostensivo na prevenção do crime de homicídio doloso, por meio da análise das causas, motivações e demais circunstâncias deste crime no município de Cuiabá -

MT, no ano de 2017", foi confirmada. Consideramos que, utilizando-se da produção de conhecimento pela atividade de inteligência e por meio da análise criminal, pode-se auxiliar, em muito, o policiamento ostensivo na prevenção do crime de homicídio, pois as ações passam a ser mais precisas, voltadas a atuação em locais e horários previamente estudados e analisados, incrementando efetivo e operações pontuais, atuando diretamente nas causas com maior potencial para culminar no crime de homicídio.

Caberá à instituição Polícia Militar sensibilizar os comandos sobre a importância da utilização do conhecimento de inteligência para as ações preventivas, bem como estruturar as agências de inteligência para que tenham condições de produzir análises bem elaboradas e, assim, assessorar melhor aos comandantes das unidades policiais militares para que atuem de forma mais precisa na prevenção ao crime de homicídio doloso no município de Cuiabá.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Priscila. **SNI & ABIN: Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Editora FGV. 2006.

_____. **Institucionalização do SISP**. Editora FGV. 2006.

Bíblia Sagrada online. Livro do Gênesis, capítulo 4.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 17 jan. 2019.

CAPEZ. Fernando. **Curso de Direito Penal. Volume 2 - parte especial: art 121 a 212**. 18. ed. Atual. - São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

DE SOUZA, Izac Omar Prado. **Os fatores que influenciaram no cometimento do homicídio na grande Cuiabá em 2006**. Disponível em < <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/144>>. Acesso em: 22 out. 2018.

GUERREIRO JUNIOR, Silvio Prestes. **Estimativa de Inteligência de Segurança Pública**, 2018. 34 p. Monografia (especialização *latu sensu*) – Faculdade de Tecnologia da Curitiba – FATEC PR, Cuiabá, 2018.

ITAGIBA. Ivair Nogueira. **Do homicídio**. Rio de Janeiro: Revista Forense. 1945.

MATO GROSSO. **Decreto Estadual n.º 3.128/2004, que cria o Sistema de Inteligência da Polícia Militar (SIPoM)**, Cuiabá, MT, mai 2004.

_____. **Decreto Estadual n.º 2.033/2013, que dispõe sobre o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso - SISP/MT**, Cuiabá, MT.

ODÁLIA, N. **O que é violência**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. Coleção Primeiro Passos, 85.

POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO. **Portaria n.º 206/DACI-PMMT/2013 que estabelece o Regimento Interno do Sistema de Inteligência da Polícia Militar**, Cuiabá, MT.

SENASP. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP)**. 4. ed. Brasília (DF), 2016.

VITÓRIO, Gilberto Duarte e MARTINS, Edison Antônio de Carli. **Vítimas de homicídio na periferia de Cuiabá - MT.** Disponível em <
<http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/369/pdf>
>. Acesso em: 22 out. 2018.

A IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO DE INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO COMO FORMA DE MELHORAR A SAÚDE FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS MILITARES

*Lindberg Carvalho de Medeiros¹
Wangles dos Santos Lino²*

RESUMO

Este artigo objetivou classificar os policiais militares do serviço ordinário, quanto ao nível de atividade física, compreender as barreiras percebidas para a prática de atividades físicas, demonstrar o senso comum destes sobre a prática de atividade física e verificar se os Comandos Regionais e seus Batalhões possuem setores ativos de Educação Física. Foi realizada uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários, onde verifica-se que grande parte dos Comandos Regionais e seus Batalhões não possuem o setor de Educação Física. Percebe-se que o nível de atividade física não está ideal para o público alvo, profissionais de segurança pública, o que demonstra a importância de investimento em políticas e programas, que visem promover a saúde e qualidade de vida dos seus membros, como a implementação do Curso de Instrutor de Educação Física e conseqüentemente a ativação dos setores de educação física em suas Unidades Policiais Militares.

Palavras-Chaves: Atividade Física - Curso de Instrutor - Policiais Militares - Qualidade de Vida - Saúde Física.

ABSTRACT

This article aimed to classify the military police officers from the ordinary service, regarding the level of physical activity, to understand the perceived barriers to the practice of physical activities, to demonstrate their common sense about the practice of physical activity, and to verify if the Regional Commands and their Battalions have active sectors of Physical Education. A field research was carried out, with the application of questionnaires, in which it was shown that most of the Regional Commands and their Battalions do not have the Physical Education sector. It is noticed that the level of physical activity is not ideal for the target audience, public security professionals, which demonstrates the importance of investing in policies and programs, aimed at promoting the health and quality of life of its members, such as the implementation of the Physical Education Instructor Course and consequently the activation of the physical education sectors in their Military Police Units.

Keywords: Physical Activity - Instructor Course - Military Police - Quality of Life - Physical Health.

¹ Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (CFO/APMCV), Pós - Graduado (Lato Sensu) em Gestão em Segurança Pública pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Pós-graduado no Curso Superior de Polícia com ênfase em Estudo de Comando e Estado Maior - APMCV/PMMT.

² Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (CFO/APMCV), Pós - Graduado (Lato Sensu) em Gestão em Segurança Pública pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Pós-graduado no Curso Superior de Polícia com ênfase em Estudo de Comando e Estado Maior - APMCV/PMMT.

INTRODUÇÃO

O homem primitivo precisava caçar para se alimentar, fugir e se defender para não morrer. Estava sempre ativo, pois vivia em uma busca constante de novos territórios que houvesse alimentos em abundância, com isso se tornava mais resistente. Com o avanço tecnológico e o processo de industrialização, foram criadas máquinas que facilitaram e muito a vida do homem, fazendo com que não mais precisasse realizar tanto esforço físico. Essas transformações tornaram o homem menos ativo fisicamente, trazendo como consequência o aparecimento de doenças crônico-degenerativas.

Será que os policiais militares do Estado de Mato Grosso estão praticando atividade física regular em um nível satisfatório, condizente ao desempenho das atribuições de agentes de segurança pública, quer seja em serviço quer seja em seu horário de folga? Como melhorar a saúde física e qualidade de vida da tropa ordinária da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso?

Para resposta a este problema, estabelecemos como amostra o 14º Batalhão de Polícia Militar, localizado em Primavera do Leste. Neste local, buscamos demonstrar o nível de atividade física praticado, classificando-os em ativos ou inativos. Buscou-se descobrir as barreiras mais evidentes para a não prática ou a prática insuficiente de atividades físicas entre os policiais militares da tropa ordinária. Paralelo a isso, buscamos informações referentes à existência ou não do competente setor de Educação Física nos Comandos Regionais, Batalhões e Companhias Independentes, e, ainda, se estes setores possuem Oficiais com formação Acadêmica em Educação Física. Em posse de tais informações, podemos inferir uma perspectiva sobre o nível da prática da atividade física na UPM e os reflexos que um curso de educação física pode representar para toda a PMMT, referente a qualidade de vida e disposição para o trabalho dos policiais militares.

O método de abordagem utilizado nesta pesquisa foi o hipotético-dedutivo. A pesquisa é de natureza quantitativa, qualitativa e descritiva, utilizando como instrumento a pesquisa de campo com aplicação de questionários, com a finalidade de obter informações e conhecimento acerca do problema pesquisado.

Para a realização desta pesquisa foi utilizado como instrumento de coleta de dados o Questionário Internacional de Atividade Física - IPAQ (*international physical activity questionnaire*) - versão curta, proposto pela Organização Mundial de Saúde. O instrumento contém perguntas relacionadas à frequência (dias por semana) e a duração (tempo por dia) da realização de atividades físicas moderadas, vigorosas e da caminhada. Sendo o nível de atividade física classificado, conforme critérios de tempo e de intensidade, em: inativos, insuficientemente ativos, ativos e muito ativos, de acordo com o protocolo estabelecido por Dumith, em 2010.

Para a avaliação das barreiras percebidas para a prática de atividades físicas, foi utilizado o questionário proposto e validado por Martins e Petroski (2000, p.65). Tal instrumento lista 19 motivos que dificultam ou impedem a prática de atividades físicas, em uma escala de pontuação ordinal com os itens: sempre, quase sempre, às vezes, raramente e nunca, que permite avaliar quantitativamente a percepção de barreiras, assim como a importância de cada barreira, separadamente.

Para avaliarmos o senso comum dos policiais militares da tropa ordinária sobre a prática de atividade física aplicou-se um questionário próprio, com 5 (cinco) perguntas fechadas.

Para aplicação dos três questionários propostos tivemos como público alvo os policiais militares do 14º Batalhão de Polícia Militar, localizado no município de Primavera do Leste. O 14º BPM possui um efetivo pronto para o serviço de 38 (trinta e oito) policiais militares. A população deste estudo foi constituída por 30 (trinta) policiais militares, equivalente a 79% (setenta e nove por cento) do efetivo total do Batalhão. O referido Batalhão foi escolhido por ser uma Unidade Policial de serviço ordinário, que é a atividade mais comum entre os demais Batalhões da PMMT.

Após autorização do Comandante do 14º BPM, o contato com os policiais aconteceu nos dias em que estavam de serviço. A abordagem se deu de forma individual. Antes da aplicação do questionário, os indivíduos foram informados sobre o objetivo da pesquisa e da garantia do anonimato das informações e que os resultados seriam divulgados de forma coletiva. Na sequência, foi realizada a tabulação dos dados, a análise estatística e discussão dos resultados da pesquisa.

As informações referentes à existência ou não do competente setor de Educação Física nos Comandos Regionais, Batalhões e Companhias Independentes, bem como, se estes setores possuem Oficiais com formação Acadêmica em Educação Física, foram coletadas através de e-mails diretamente aos Comandos Regionais.

ATIVIDADE FÍSICA E SEDENTARISMO

A atividade física tem sido objeto de estudos que buscam esclarecer a sua verdadeira necessidade e utilidade na vida das pessoas e que possuem como finalidade encontrar subsídios para que o Governo e especialistas na área possam conscientizar a população sobre a importância da prática de exercícios físicos regularmente, numa visão de manutenção da saúde e não no restabelecimento da saúde, após uma enfermidade (ASSUNÇÃO, 2008).

Represas (2000) enfatiza que o estilo de vida humano sofreu significativas mudanças positivas ocasionadas pelo avanço da ciência e tecnologia, todavia, houve há um fator negativo a ser considerado, qual seja o impacto na saúde física, devido a considerável diminuição da atividade física.

Esse comentário de Represas (2000) nos faz refletir se os avanços científicos e tecnológicos melhoraram ou pioraram a vida do homem, ao passo que, aparentemente, seu estilo de vida melhorou, porém, sua saúde piorou.

Por isso, a atividade física vem sendo discutida com mais afinco a nível mundial nas últimas décadas como forma de melhorar a qualidade de vida da população, diminuindo os níveis de estresse e reduzindo a incidência de diversas doenças degenerativas.

Pitanga (2010) colabora afirmando que há diversas vantagens na prática regular de atividade física para o ser humano, dentre elas a diminuição de doenças crônico-degenerativas, que uma vida mais ativa pode ser relacionada a prevenção e ao combate de doenças.

É na busca incessante da melhora da qualidade de vida que muitos pesquisadores do mundo todo vêm se empenhando e sempre reforçam que a prática da atividade física está relacionada a essa melhoria.

Jesus (2011, p.27) Apud Pitanga (2010) nos traz informações sobre o sedentarismo no Brasil:

As informações sobre a prevalência do sedentarismo no Brasil são inconsistentes. Estudos apontam que varia de 30% a 60% o número de inativos fisicamente. Quanto à inatividade física no tempo livre, há aumento para 50% a 90%, mas esses valores não são exatos em virtude da grande dificuldade em mensurá-lo. O sedentarismo é considerado o maior responsável pela prevalência de doenças crônico-degenerativas, sendo necessária a mudança de hábitos, ou seja, tornar-se mais ativo fisicamente para melhorar e controlar esses e outros fatores.

Apesar dos dados apresentados por Jesus (2011) não serem exatos, no nosso dia-a-dia conseguimos verificar quantos conhecidos nossos podemos considerar que são praticantes de atividades físicas e quantos não praticam nenhum tipo de atividade física, e notamos que o percentual maior é dos que não realizam nenhuma atividade física.

Ainda vamos utilizar Jesus (2011, p. 27) Apud Pitanga (2010) para definir atividade física, exercício físico e aptidão física:

Atividade física é todo movimento corporal, produzido voluntariamente pelos músculos esqueléticos, que resulta em gasto energético acima dos níveis considerados de repouso. **Exercício físico** é uma atividade planejada sistematicamente com o objetivo de manter ou melhorar um ou mais componentes da capacidade física. **Aptidão física** é a habilidade funcional de realizar esforços físicos associados à prática de atividade física, representada por um conjunto de componentes relacionados à saúde e ao desempenho atlético, além de está relacionado à resistência cardiorrespiratória, flexibilidade, força, resistência muscular, esses componentes associados oferecem ao indivíduo proteção contra doenças crônico-degenerativas e pode ser conseguido com a prática de exercícios físicos planejados, com o objetivo de melhorar esses elementos. **(grifo dos autores)**

Jesus (2011, p.28) Apud Lopes (2008), reitera a importância da Atividade Física (AF):

É importante o gerenciamento do estilo de vida da população, quanto à AF, alimentação e riscos ocupacionais da produção que podem contribuir de maneira significativa para a redução do surgimento de diversas disfunções crônico-degenerativas. A AF é importante ainda, na manutenção e perda do peso corporal em virtude das calorías gastas durante os exercícios e do gasto calórico ocorrido pós-exercício.

Agora que mostramos o que é Atividade Física e sua importância, precisamos esclarecer o que é sedentarismo. Folador (2008, p. 579) Apud Barbanti

(2003), define sedentarismo como: “Estado em que o indivíduo se movimenta muito pouco”.

Para colaborar Cruz (2006, p.23) cita os inúmeros benefícios que a atividade física promove à saúde, de acordo com a Organização Mundial de Saúde:

Redução no risco de morte prematura; doença cardiovascular e acidente vascular cerebral, os quais são responsáveis por um terço de todas as mortes; Redução em mais de 50% de desenvolver doença cardíaca, câncer de cólon e diabetes mellitus tipo II; Auxilia na redução/prevenção da osteoporose, reduz em mais de 50% o risco de fratura de quadril em mulheres; Redução do risco de desenvolver dor lombar; Promove bem estar psicológico, reduzindo o estresse, ansiedade e sentimento de depressão e solidão; Auxilia na prevenção ou no controle de comportamentos de risco, especialmente entre crianças e adolescentes, no uso de tabaco, álcool e drogas, dietas não saudáveis e violência; Auxilia no controle de peso, diminuindo o risco de tornar-se obeso; Auxilia para a prevenção e manutenção saudável dos ossos, articulações e músculos e, faz com que os indivíduos com condições crônicas ou incapacitantes melhorem sua força; Pode auxiliar no manejo de condições dolorosas, como dor nas costas ou nos joelhos.

Na Polícia Militar de Mato Grosso já tivemos vários casos de policiais com vícios como álcool e cigarro, acreditamos que seja comum também em outras polícias, pois, como já falamos antes, pouco se dá atenção à segurança e saúde dos agentes da segurança pública.

Burnley citado por Palma (2000, p.98) lembra que:

Entre as teorias que buscam explicar as causas das doenças, a teoria do estilo de vida, congruente com a prevenção, é uma responsabilidade pessoal, cujo foco de intervenção se dará sobre o controle dos fatores de risco individuais, pois os homens não reagem às situações tais quais elas são, mas tais quais eles as percebem.

A partir disso, torna-se relevante à percepção dos policiais militares quanto à importância da manutenção da saúde, para a realização de suas atribuições da vida diária. Cabe, ainda, a esses homens e mulheres um olhar crítico ao que se refere à qualidade de vida e saúde, pois eles representam à segurança do cidadão.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

A segurança pública é um tema que gera discussões em todas as esferas da sociedade brasileira, que vive, atualmente, uma situação de insegurança de níveis

críticos e alarmantes³. Porém, pouco se dá atenção a segurança e a saúde daqueles que labutam na área de segurança pública, como é o caso dos Policiais Militares.

A história recente da democracia no país retrata a pressão com que as instituições do sistema de segurança pública e justiça criminal desempenham suas funções constitucionais. A violência e a criminalidade em crescimento têm influenciado a sociedade na cobrança por respostas adequadas, capazes de reverter o quadro de insegurança vivenciado.

As Instituições da área de segurança pública, são frequentemente convidadas a prestar contas à população sobre o manejo da política de segurança. Tais cobranças indicam que a sociedade deseja que os serviços mais comuns continuem a ser prestados com qualidade, além da realização de um trabalho rápido e eficiente na reversão de problemas mais agudos, como os observados cotidianamente nas páginas de jornal e nos noticiários de televisão. É importante considerar que na equação da segurança pública, que conjuga os problemas e as soluções, os agentes de segurança desempenham a função de fio condutor das ações e soluções para a área. No entanto, a função é desempenhada por pessoas, também integrantes da mesma sociedade, que podem responder aos estímulos dos problemas, das pressões por soluções, muitas vezes, de forma negativa, em especial, por meio de uma série de sofrimentos psíquicos.

Em direção às respostas adequadas à sociedade, as Instituições têm optado por orientar suas ações para a criação, manutenção e aperfeiçoamento de ferramentas de gestão. No entanto, tais medidas não representarão o fortalecimento das Instituições de Segurança Pública se o bem-estar do profissional da área não for considerado como elemento central para a reversão do quadro apresentado.

Nessa perspectiva, um importante passo em direção a uma mudança de cultura institucional é o investimento na qualidade de vida de seus trabalhadores, capaz de proporcionar satisfação e bem-estar no trabalho. Tal investimento é orientado pela concepção de que as organizações e as pessoas representam um único corpo, um todo, o que ficou conhecido por enfoque biopsicossocial. O novo direcionamento contribui para ações que começam com a realização de um

³ Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014 a 2017. Disponível em www.forumseguranca.org.br.

diagnóstico claro do problema, que permite a criação de espaços democráticos de debate sobre o bem-estar do profissional, bem como a criação de serviços e implementação de projetos para a preservação e desenvolvimento das pessoas, conforme afirma França (1997, p.80).

A referência à qualidade de vida, por muito tempo, foi utilizada quase que exclusivamente para indicar o grau de desenvolvimento humano de um povo. O tema era relacionado à eficiência dos governos nacionais em proporcionar condições de vida adequadas aos seus cidadãos.

No entanto, os elementos componentes do índice levavam em conta, principalmente, aqueles dados mais facilmente mensuráveis na vida da população, como a existência de serviços de água e esgoto, analfabetismo, expectativa de vida populacional, mortalidade infantil, etc, deixando de lado perspectivas mais subjetivas, portanto mais difíceis de se comparar.

A Organização Mundial da Saúde (1994), citada por Alves (2009, p.24), definiu a qualidade de vida, como: “A percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nas quais ele vive, e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. Hoje, o tema não é mais monopólio dos governos nacionais, mas está incorporado ao dia a dia do cidadão comum, das comunidades e organizações, o que permite incorporar outras abordagens na discussão e na prática do “exercício” da qualidade de vida.

Dessa forma, podemos dizer que não basta solucionar apenas questões relacionadas aos indicadores socioeconômicos para se afirmar que há qualidade de vida em determinado contexto ou na vida pessoal de alguém. As discussões sobre o tema avançam na direção de considerar sua transitoriedade, na medida em que depende de fatores como as relações interpessoais, valorização profissional, saúde mental, saúde e bem-estar físico, assistência social, longevidade, satisfação no trabalho, relações familiares, produtividade, dignidade, espiritualidade, entre outros.

Algumas áreas do conhecimento têm contribuído sobremaneira com os recentes estudos sobre qualidade de vida no trabalho, por meio do aporte de valores importantes, que privilegiam aspectos ambientais e humanos da produção. Entre elas estão a saúde, ecologia, ergonomia, psicologia, sociologia, economia, administração e

engenharia, entre outras, que representam saberes fundamentais para o que hoje é compreendido como qualidade de vida no trabalho.

Além de o próprio indivíduo poder definir o que é melhor pra si, cabe aos governos, tal qual nas empresas, propiciarem as melhores condições que lhe forem possíveis para que os profissionais de segurança pública possam trabalhar e se desenvolverem.

Todos têm que ganhar com a parceria. O cidadão se torna mais feliz e motivado e o governo e as organizações passam a contar com mais qualidade e eficiência no trabalho de seus profissionais, o que os permite reverter todo o processo em melhores serviços para a sociedade.

Diante desses elementos, um modelo de gestão da organização que conjugue a compatibilidade entre o bem-estar dos seus profissionais, o desempenho de suas funções e a missão da instituição parece apontar para o caminho mais coerente quando o tema é a qualidade de vida.

EDUCAÇÃO FÍSICA NA POLÍCIA MILITAR

A história da educação física na Polícia Militar possui os mesmos traços que a história nas Forças Armadas, pois com base na Constituição Federal, artigo 144, parágrafo 6º, as Polícias Militares são forças auxiliares e reserva do Exército, o que os fazem militares estaduais. Obviamente, a aptidão física tem necessária influência para exercerem sua função e conquistarem seus objetivos.

Um ponto histórico relevante da educação física dentro da Polícia Militar foi o surgimento da Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de São Paulo em 1910⁴. Essa Escola constrói seus primeiros moldes com a chegada da Missão Francesa de Instrução Militar, que tinha como finalidade treinar a Força Pública do Estado de São Paulo. Posteriormente, esse centro de ensino passa a ter como objetivo a habilitação de militares para ministrarem aulas de educação física para a tropa.

⁴ Fundada em maio 1910, por meio do Aviso nº 185, da Secretaria da Justiça e Segurança Pública. Sua origem remonta a 1898, quando vieram a São Paulo três esgrimistas italianos e começaram a lecionar esgrima. Disponível em: <https://www.policiamilitar.sp.gov.br/institucional/historia-da-pm-paulista%20e%20brasileira.-,1910,lecionar%20a%20arte%20de%20esgrimir>.

Assim, a criação da Escola de Educação Física constituiu o primeiro núcleo de ensino da educação física no país, seguindo princípios pedagógicos e científicos.

Com o passar dos anos, Polícias Militares de outros Estados da Federação também criaram seus Cursos de Instrutor de Educação Física, como é o caso das Polícias Militares do Paraná e do Ceará.

As Polícias Militares seguem alguns parâmetros similares as Forças Armadas no que diz respeito ao conceito de educação física como ciência, adotando como referência para elaboração de Manuais de Educação Física, criação dos Testes de Aptidão Física e a inclusão da disciplina de Educação Física Militar nos cursos de formação.

A Polícia Militar de Mato Grosso, através da Portaria nº 011/GCG/2007 de 16 de outubro de 2007, criou seu Manual de Educação Física Policial Militar (2007) que visa:

Oferecer aos policiais militares um guia de consulta que disponha de informações à prática da Educação Física na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, em conformidade com os fundamentos técnicos e doutrinários que norteiam o campo da Educação Física.

O referido Manual de Educação Física Policial Militar (2007) verificou: “os conhecimentos específicos já existentes na Polícia Militar, considerando principalmente a preservação da saúde do policial militar e identificando e desenvolvendo as qualidades físicas necessárias para o cumprimento da atividade policial”.

Esse Manual nos apresenta como as atividades físicas regulares, planejadas e controladas pedagogicamente podem fazer com que o policial militar alcance a condição física necessária ao bom desempenho de suas funções e conseqüentemente a uma melhora em sua qualidade de vida. Esse é o real objetivo do referido manual.

Segundo o Manual de Educação Física Policial Militar (2007), a atividade física na Polícia Militar pretende:

- Proporcionar a manutenção preventiva de saúde do policial militar;
- Desenvolver, manter ou recuperar a condição física total do policial militar;
- Cooperar no desenvolvimento das qualidades morais e profissionais do policial militar;

-Proporcionar uma diminuição dos níveis de estresse adquiridos no dia a dia.

No dia 17 de junho de 2013, a Polícia Militar de Mato Grosso ativou sua Coordenadoria de Educação Física, através da Portaria nº 007/SPOE/PMMT, com sede no Quartel do Comando Geral da PMMT, com o objetivo de planejar, coordenar e estimular a prática de atividade física no âmbito da PMMT.

A partir da ativação desta Coordenadoria de Educação Física no Comando Geral da PMMT, todos os Comandos Regionais e seus respectivos Batalhões deveriam ativar seus respectivos setores de Educação Física, como de fato aconteceu naquele momento. Após esta pesquisa, podemos afirmar que hoje a realidade é outra, como mostraremos durante as discussões.

Ainda no ano de 2013, a Secretaria de Segurança Pública através de convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, adquiriu seis academias de musculação e ginástica, com o objetivo de promover a valorização do profissional de segurança pública, reduzir o stress ocupacional e melhorar a qualidade de vida dos profissionais das quatro forças (PM, CBM, PJC E POLITEC).

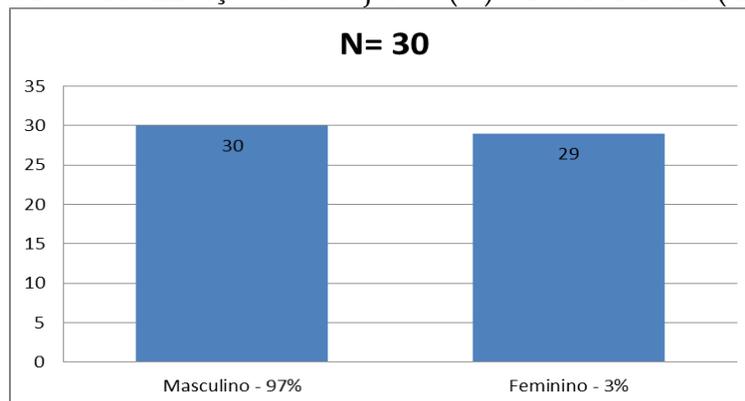
Todas as seis academias foram instaladas em Cuiabá e Várzea Grande, esta política buscou trazer fatores importantes para melhora, motivação e autoestima dos policiais militares desses municípios. É possível inferir, através das diversas bibliografias apresentadas, que a prática da atividade física é um fator positivo na saúde dos policiais militares, o que pode causar diminuição significativa dos índices de absenteísmo e adoecimento no trabalho.

Infelizmente esta ação, aquisição de seis academias, não foi ampliada, ficando somente a atender os servidores de Cuiabá e Várzea Grande. Outras ações, de igual impacto como esta, não aconteceram mais, Ações que pudessem continuar a fomentar e estimular a prática de atividade física, aumento da motivação e melhoria da qualidade de vida dos servidores da segurança pública.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra da pesquisa foi composta por 30 indivíduos, de ambos os sexos, que trabalham no Policiamento Ostensivo do 14º Batalhão de Polícia Militar da PMMT, com idade entre 22 a 46 anos.

Figura 1. Classificação dos Sujeitos (%) e Idade Média (anos)



Fonte: os autores

A figura 1 demonstra que 97% (noventa e sete por cento) dos indivíduos que participaram da pesquisa são do sexo masculino com idade média de 30 anos e 3% (três por cento) são do sexo feminino com idade média de 29 anos, onde N indica o total da amostra de indivíduos.

Apesar de a maioria expressiva ser do sexo masculino, isso não inviabiliza a pesquisa tendo em vista que a atividade desempenhada é a mesma em ambos os sexos e sua média de idade ficou muito próxima.

Tabela 1. Nível de Atividade Física dos Sujeitos (N=30)

Atividade	Sujeitos (%)	Frequência (dias)	Duração (min)
Caminhada	80	3,3	57,3
Atividade física moderada	90	3,56	64,44
Atividade física vigorosa	90	3,19	65,56

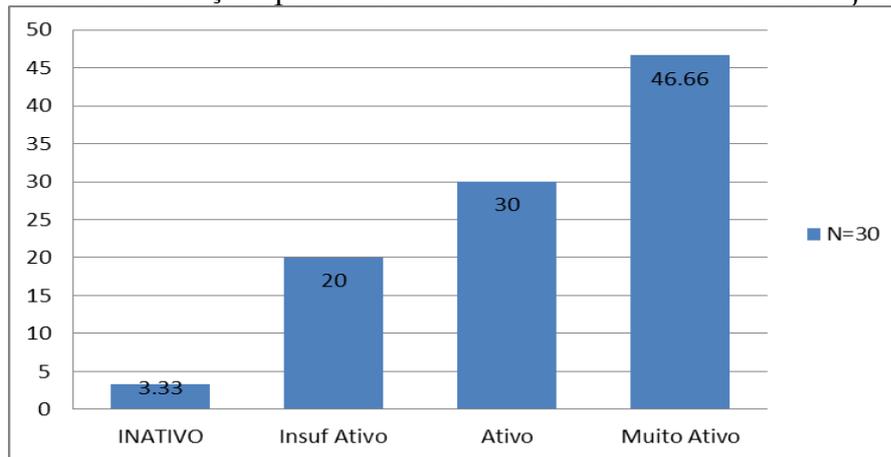
Fonte: os autores

De acordo com os dados da tabela 1, verificou-se que, 80% dos entrevistados caminham 3,3 dias por semana com duração média de 57,3 minutos; 90% fazem atividades físicas moderadas com frequência de 3,56 dias na semana e duração média

de 64,44 minutos; e 90% fazem atividades físicas vigorosas 3,19 dias por semana com duração média de 65,56 minutos.

Essas informações nos ajudam a classificar nossos entrevistados utilizando o Protocolo de Dumith, em Muito Ativo, Ativo, Insuficientemente Ativo e Inativo, conforme a figura 2 abaixo.

Figura 2. Classificação quanto ao nível de atividade física dos sujeitos (%)



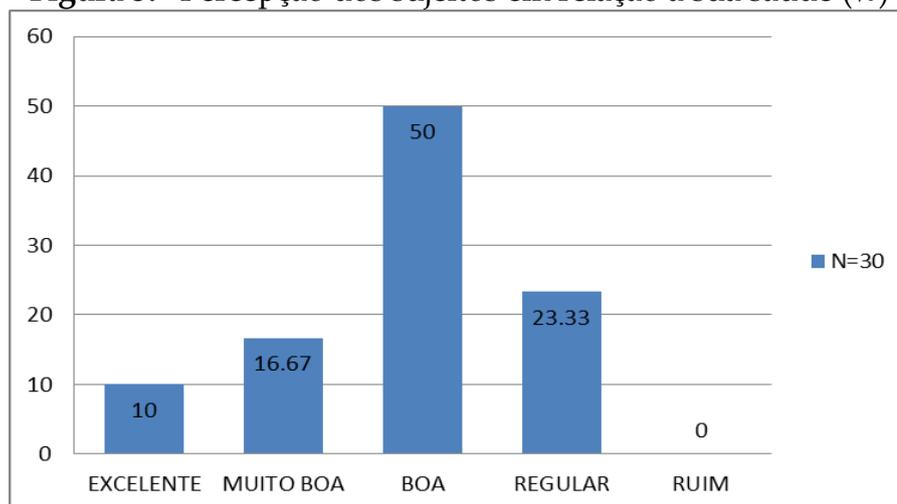
Fonte: os autores.

Utilizando o protocolo de Dumith, a figura 2 mostra os resultados da classificação quanto ao nível de atividade física, conforme critérios de tempo e de intensidade, verificado no total da amostra. Encontrou-se, então, um percentual de indivíduos classificados como inativos de 3.33%, insuficientemente ativos 20%, ativos 30%, muito ativos 46.66%. De acordo com esses resultados e após aglomerar o percentual do grupo inativo com o grupo insuficientemente ativo e aglomerar o grupo ativo com o grupo muito ativo, verifica-se que, entre os indivíduos pesquisados, 23.33% se encontram com um baixo nível de atividade física, e 76.66% podem ser considerados como ativos.

Em uma primeira análise, podemos dizer que o nível de atividade física entre os entrevistados está satisfatório, pois quase 77% do público entrevistado pratica atividade física com uma frequência regular e com intensidade satisfatória para um público comum. Porém, quando analisamos novamente os resultados e lembramos que nosso público não é um público comum, nossos entrevistados são agentes de segurança pública, cuja atividade-fim necessita ter uma boa condição física para um

desempenho satisfatório, percebemos que os resultados não são os ideais, pois é desejável ter uma tropa com 100% do efetivo ativo para que se tenha um bom desempenho de suas funções, quando levamos em consideração somente a atividade fim das nossas funções, desconsiderando as atividades-meio ou administrativas.

Figura 3. Percepção dos sujeitos em relação a sua saúde (%)



Fonte: os autores.

A figura 3 apresentou como os Militares Estaduais entrevistados se sentem em relação à saúde. Da amostra pesquisada, 0% informou que se sente com uma saúde ruim; 23.33% que se sente com saúde regular; 50% que se sente com saúde boa; 16.67% que se sente com saúde muito boa; 10% que se sente com saúde excelente, ou seja, 76,67% consideram que estão com uma saúde de boa a excelente.

Percebemos aqui que o percentual que julgou que sua saúde está regular e não boa é o mesmo percentual apontado como insuficientemente ativos, 23,33%, ou seja, já podemos perceber aqui uma relação, embora apenas embasada na sensação dos entrevistados, entre atividade física regular com a saúde do indivíduo.

Tabela 2. Barreiras que dificultam a prática de atividade física (N=30)

	SUJEITOS (Número real)	%
Jornada de Trabalho extensa	28	93.30
Compromissos Familiares	22	73.33
Falta de equipamento disponível	19	63.33
Ambiente Insuficientemente Seguro	17	56.67

A IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO DE INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO COMO FORMA DE MELHORAR A SAÚDE FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS MILITARES

Falta de Energia	16	53.33
Tarefas Domésticas (para com sua casa)	15	50.00
Dores Leves ou Mal-estar	14	46.67
Falta de Companhia	13	43.33
Falta de Recursos Financeiros	12	40.00
Nota: cada sujeito pôde optar por mais de uma barreira acima mencionada.		

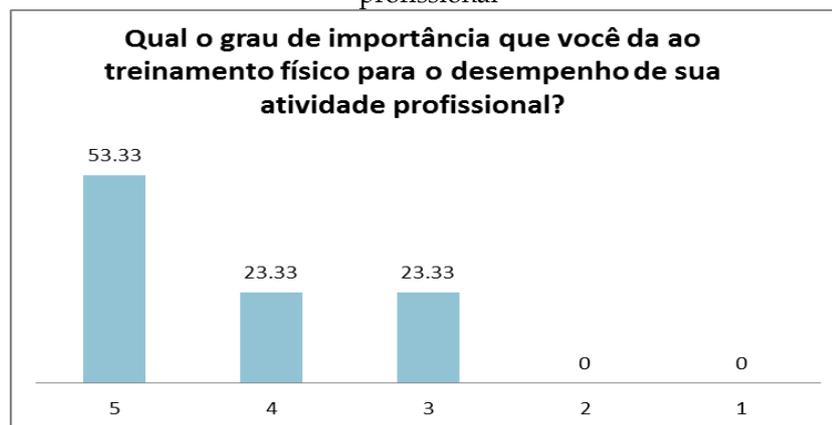
Fonte: os autores.

A tabela 2 mostra os resultados dos fatores que dificultam a prática de atividade física. Dentre os 19 (dezenove) fatores constante no questionário aplicado aos entrevistados, elencamos os 9 (nove) fatores que mais foram assinalados pelos entrevistados como sendo fatores que **SEMPRE, QUASE SEMPRE OU AS VEZES** dificultam a prática de atividade física, e aglomerando os três itens, encontrou-se, então, com um percentual de 93.3% Jornada de trabalho extensa, com 73.33% Compromissos familiares, com 63.33% Falta de equipamento disponível, com 56.67% Ambiente insuficientemente seguro, com 53.33% Falta de energia, com 50% Tarefas domésticas, com 46.67% Dores leves ou mal-estar, com 43.33% Falta de companhia e com 40% Falta de recursos financeiros.

Quando analisamos as causas de impedimento ou barreiras para a prática de atividade física mais destacada pelos entrevistados, encontramos em primeiro lugar a jornada de trabalho extensa, apesar de ser a prevista em lei os entrevistados a consideram extensa, e ainda alguns buscam um complemento aos ganhos com um segundo emprego nos horários de folga, isso também interfere diretamente no tempo que deveria ser destinado ao lazer, fazendo com que essa seja a barreira mais apontada, pelos entrevistados, para a prática de atividade física.

É importante destacar também que uma jornada de trabalho extensa pode influenciar os policiais a perceberem como barreira para a prática de atividades físicas, motivos como a falta de energia, a ocorrência de dores e mal estar, o mau humor, em função da exigência física e psicológica da atividade policial, apresentada como altamente estressante.

Figura 4. Grau de importância da relação entre treinamento físico e desempenho da atividade profissional

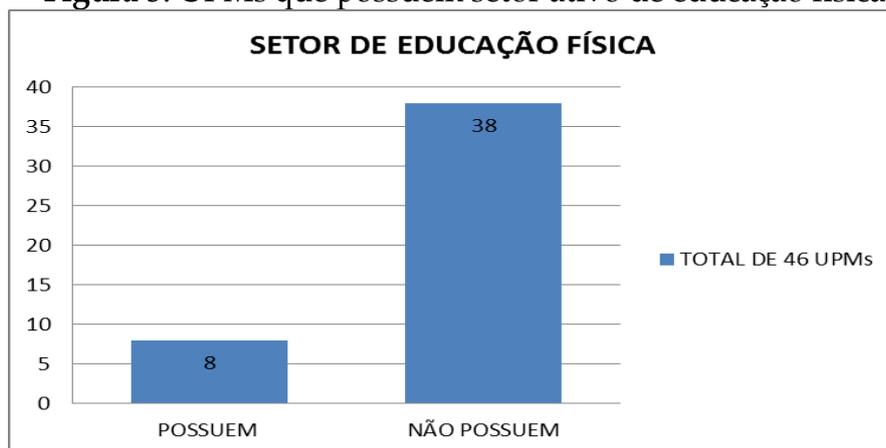


Fonte: os autores.

Foi perguntado aos pesquisados: “Qual o grau de importância que você dá ao treinamento físico para o desempenho de sua atividade profissional”, onde deveriam classificar a nota de importância de 1 a 5. A figura 4 nos revela que 53.33% dos pesquisados atribuem um grau de importância 5, 23.33% atribuem um grau de importância 4 e outros 23.33% atribuem um grau de importância 3. Isso demonstra que os pesquisados são conscientes da importância da atividade física para o bom desempenho das suas atividades de segurança pública.

Porém, 93.33% disseram que em sua Unidade Policial Militar (UPM) não existe treinamento físico eficiente que te proporcione o condicionamento necessário para o desempenho de suas funções. O mesmo percentual afirma que em sua UPM não existe profissional de Educação Física disponível para orientá-lo acerca do treinamento mais adequado para o desempenho de sua atividade profissional. Esse percentual também se repete quando os pesquisados são perguntados se a Instituição Polícia Militar deveria disponibilizar um profissional Educador Físico em cada UPM para realizar o planejamento e acompanhamento do treinamento físico da tropa, onde 93.33% afirmam que sim. E 100% dos pesquisados acreditam que a prática de atividade física melhora a qualidade de vida do praticante.

Figura 5. UPMs que possuem setor ativo de educação física



Fonte: os autores.

Para corroborar esta pesquisa, buscamos dados sobre a existência de setor de Educação Física nos Comandos Regionais da PMMT, e suas UPMs até o nível de Companhia Independente. O contato com os Comandos Regionais foi através de e-mails e o retorno com as respostas foi da mesma forma. Atualmente, existem 15 (quinze) Comandos Regionais e 1 (um) Comando Especializado na PMMT. Obtivemos dados em 11 Comandos Regionais. Em um total de 46 (quarenta e seis) UPMs pesquisadas, dos 11 (onze) Comandos Regionais pesquisados, somente 8 (oito) possuem setor de Educação Física. O resultado apresentado na figura 5 corrobora com o relatado pelos policiais militares pesquisados.

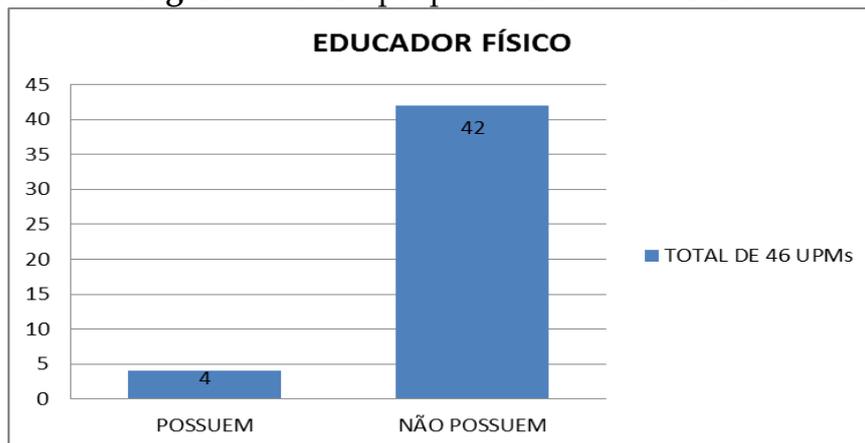
Percebemos aqui uma falha na organização estrutural da PMMT, onde em muitas das unidades policiais não estão ativos os setores responsáveis pela Educação Física da tropa, seja por falta de políticas direcionadas a esse fim ou por falta de efetivo. Sabemos que, para conseguirmos atingir uma condição física satisfatória para o bom desempenho da função policial militar, necessitamos de um nível de atividade física regular com uma boa intensidade e, sem esses setores em pleno funcionamento, não conseguiremos atingir essa condição, posto que alguns policiais militares informam diversas dificuldades em manter um ritmo de atividade física individualmente e fora dos quartéis, sendo necessário o estabelecimento de um programa voltado para a prática institucional.

Vejamos o que Fernandes (2015, p. 40) Apud Oliveira (2006) colabora com nosso entendimento:

A atividade profissional desempenhada pelo policial militar é reconhecidamente uma atividade de estresse elevado, sendo necessário, para o desempenho adequado de suas funções, uma atenção especial voltada para a saúde física e mental.

Endossando mais uma vez a importância da saúde física dos policiais militares para o bom desempenho das atividades profissionais de segurança pública.

Figura 6. UPMs que possuem educador físico.



Fonte: os autores.

A figura 6 nos revela que somente 4 (quatro) UPMs, de um total de 46 (quarenta e seis) pesquisadas, possuem em seus quadros, oficiais com formação acadêmica em Educação Física. Fato este muito preocupante e isso nos revela uma baixa preocupação com este aspecto tão importante ao desempenho das atribuições de segurança pública, pois é através da prática de atividade física regular que alcançamos uma melhora em nossa saúde física e mental e ainda uma qualidade de vida satisfatória e condição física adequada ao bom desempenho das funções de segurança pública. E sem esse profissional habilitado para desenvolver esse planejamento, bem como motivar a tropa, esse objetivo ficará cada vez mais distante de ser alcançado.

Existe um estresse gerado pela função PM que se mantém ativo e que afeta o comportamento, a atitude e as reações emocionais de uma forma maléfica, por isso, sugere-se que seja feita uma intervenção no sentido de promover a diminuição da ansiedade e o relaxamento corporal, conforme afirma Minayo (2006).

Essa intervenção sugerida por Minayo (2006) pode ser feita através da prática regular de atividade física, pois, como vimos anteriormente, alguns dos benefícios dessa prática regular é justamente a diminuição da ansiedade, o relaxamento corporal e a diminuição do estresse.

Desta forma, Cassou (2008, p.354) afirma que:

A prática regular de atividades físicas na população é determinada por inúmeros fatores demográficos, sociais, físicos, ambientais, econômicos e psicológicos, que podem ser estimuladores ou, quando inibidores, constituem-se como barreiras.

Os resultados revelaram, também, que os compromissos familiares possuem uma importância grande no sentido de ser uma barreira para a prática de atividades físicas, seguida de falta de equipamento disponível, ambiente insuficientemente seguro, falta de energia, tarefas domésticas, dores leves ou mal-estar, falta de companhia e falta de recursos financeiros.

É possível que a barreira “Compromissos familiares” pode também ser influenciada pela “Jornada de trabalho extensa”, já que o fato de o indivíduo ter pouco tempo livre – devido ao trabalho – pode levá-lo a optar por ficar em casa, na companhia de sua família, o que acaba dificultando que pratique atividades físicas, o que seria mitigado com uma prática institucional.

O mais preocupante foram os resultados apresentados nas figuras 5 e 6, onde fica evidente a falta de uma política institucional de atenção à saúde e à qualidade de vida desses trabalhadores, pois em sua grande maioria as UPMs não possuem setores responsáveis pela prática de atividade física, controle do condicionamento físico, e muito menos possuem Oficiais com formação acadêmica em Educação Física.

O educador físico nas UPMs é peça fundamental para motivar os policiais militares a praticar atividade física. Onde de forma planejada e sistematizada, pode desenvolver programas de treinamento individualizados, que auxiliam a melhorar o condicionamento físico, a perda de peso, aumento da resistência, melhorar o humor, diminuir o estresse, ou seja, uma melhora na qualidade de vida e saúde física da tropa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que o nível de atividade física não está o ideal para nosso público alvo, profissionais de segurança pública, tendo em vista a peculiaridade do serviço policial e ser, reconhecidamente, uma atividade de estresse elevado, necessitando que esses profissionais tenham uma boa saúde física e mental.

Concluimos, também, que as barreiras para a prática de atividades físicas percebidas como maior evidencia são as de cunho pessoal, que são influenciadas, entre outros motivos, pela falta de tempo, em função da jornada de trabalho extensa e dos compromissos familiares. No entanto, podem ser também influenciadas pela falta de uma política de promoção da prática de atividades físicas, esportivas e de lazer na Polícia Militar de Mato Grosso, bem evidenciada com a falta de oficiais com formação acadêmica em Educação Física e a falta de ativação e estruturação dos setores de educação física das UPMs.

Portanto, ações que visem intervir na remoção desses empecilhos não devem focalizar apenas os indivíduos. Mais que isso, devem constituir uma política institucional de atenção à saúde e à qualidade de vida desses trabalhadores, no sentido de promover a prática de atividades físicas, o que pode auxiliar na diminuição dos desgastes físicos e psicológicos, na prevenção de doenças crônicas e melhorando, também, o desempenho nas atividades policiamento.

A proposta é elevar o nível de Atividade Física de cada pessoa. Assim, a meta é estimular os indivíduos sedentários a serem um pouco ativos; indivíduos pouco ativos a se tornarem regularmente ativos; indivíduos regularmente ativos a passarem a ser muito ativos e os indivíduos muito ativos a continuarem a ser muito ativos.

Portanto, diante do exposto, recomenda-se à instituição, Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, investir para o desenvolvimento de políticas e programas, que visem promover à saúde e qualidade de vida dos seus membros. Ou seja, aplicar medidas preventivas desde a contratação dos servidores até a aposentadoria, tendo também como objetivo a redução de encargos aos cofres públicos do Estado, por motivos de doença, readaptação ao serviço e, também, o desvio de função. E, com a

devida urgência, recomenda-se a implementação do Curso de Instrutor de Educação Física Militar, no âmbito da PMMT, bem como a ativação e estruturação dos setores de educação física em todas suas UPMs.

REFERENCIAIS

ALVES, Esther Pateise Yamashita. **Caracterização da abordagem ao hipertenso tabagista por profissionais de saúde na zona rural do município de Gália.** Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"- UNESP, 2009, 92f. Dissertação- Mestrado em Enfermagem. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96409/alves_epy_me_botfm.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 16 nov. 2018.

ASSUNÇÃO, Marcos do Carmo. **O reflexo da falta de atividade física no Policiamento Ostensivo.** 2008. Monografia apresentada no Curso de Bacharel em Segurança Pública, Academia de Policia Militar Costa Verde. Várzea Grande, 2008.

CASSOU, A. C. N. **Barreiras para a atividade física em idosos: uma análise por grupos focais.** Revista da Educação Física/UEM. Maringá: v. 19, n. 3, p. 353-360, 3.trim. 2008. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3675>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

CRUZ, Alexandre Armando M. da. **Caracterização do Perfil de Atividade Física e sua Relação com os Indicadores de Saúde em Indivíduos de Etnia Japonesa Residentes na Região Metropolitana de Porto Alegre.** Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006, 123f. Tese (Curso de Doutorado em Medicina e Ciência da Saúde 2006). Disponível em: <<http://core.ac.uk/download/pdf/48137167.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2018.

DUMITH, S. C. **Atividade física e sedentarismo: diferenciação e proposta de nomenclatura.** Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, Londrina: v. 15, n. 4, p. 253-254, 2010. Disponível em: <<http://rbafs.org.br/RBAFS/article/download/734/741/>>. Acesso em 16 nov. 2018.

FERNADES, Ana Carolina Vale. **Aptidão motora dos policiais militares do curso da escola de formação e aperfeiçoamento de sargentos (EsFas) da Brigada Militar de Santa Maria - RS.** Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 1, p. 36-52, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/311505928_Aptidao_motora_dos_policiais_militares_do_curso_da_Escola_de_Formacao_e_Aperfeicoamento_de_Sargentos_ESFAS_da_Brigada_Militar_de_Santa_Maria_-_RS>. Acesso em 17 nov. 2018.

FOLADOR, Daniel Nogueira. **Incidência de óbitos provocada por doenças do sistema circulatório e a prática do exercício físico no estado do espírito santo.** Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício, São Paulo, v.2, n.11, p.578-585. Set/Out. 2008. Disponível em:

<<http://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/download/121/125>>.
Acesso em 18 nov. 2018.

FRANÇA, A. C. L. **Qualidade de vida no trabalho: conceitos, abordagens, inovações e desafios nas empresas brasileiras.** Revista Brasileira de Medicina Psicossomática, Rio de Janeiro, v. 1, n. abr./ju 1997, p. 79-83, 1997.

JESUS, Cátia Cristina Brito. **Nível de atividade física dos policiais militares da 53ª CIPM em Mata de São João - Bahia.** Revista do Curso de Educação Física - UNIJORGE, v.1, n.1, p. 25-36, Jul-Dez 2011. Disponível em: <http://revistas.unijorge.edu.br/corpomovimentosaude/pdf/artigo2011_2_artigo25_36.pdf>. Acesso em 16 nov. 2018.

MARTINS, M.; PETROSKI, E. L. **Mensuração da percepção de barreiras para a prática de atividade física: uma proposta de instrumento.** Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano, Florianópolis: v. 2, n. 1, p.58-65, 2000. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CEwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.periodicos.ufsc.br%2Findex.php%2Frbcdh%2Farticle%2Fdownload%2F3958%2F16881&ei=w-0rUMmJO4S88ASMyYHYCw&usg=AFQjCNG3FFhNB-AHX-A1s5jYFXfYePlwsQ>>. Acesso em 16 nov. 2018.

MATO GROSSO. Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. **Manual de Educação Física Policial Militar: Uma proposta de Vida Saudável.** Cuiabá, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de S. (coord.). Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Estudo Comparativo sobre Riscos Profissionais, Segurança e Saúde Ocupacional dos Policiais Cíveis e Militares do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ-ENSP-CLAVES, 2006, Relatório de Pesquisa. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/senasp/pesquisas_aplicadas/anpocs/proj_aprov/est_com_p_sob_maria.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2018.

MONTEIRO, L. C. et al. **Fatores Sócio-Econômicos e Ocupacionais e a Prática de Atividade Física Regular: Estudo a Partir de Policiais Militares em Bauru, São Paulo.** Motriz: v. 4, n. 2, Dez.1998. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/04n2/4n2_ART3.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2018.

PALMA, Alexandre. **Atividade Física, processo Saúde-Doença e Condições Sócio-Econômicas: uma revisão de literatura.** Revista Paulista de Educação Física, São Paulo: v.14, n.1, p. 97-106, jan./jun.2000. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/v14%20n1%20artigo8.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

PITANGA, Francisco José Gondin. **Epidemiologia da Atividade Física, Exercício Físico e Saúde.** 2 ed. São Paulo: Phorte, 2010.

PITANGA, Francisco José Gondim. **Epidemiologia, Atividade Física e Saúde**. Rev. Bras. Ciên. e Mov. Brasília, v. 10, n. 3, pag. 49-54, julho 2002. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/463/489>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

REPRESAS, José P. **As 7 Biorotas para a Saúde, o Bem-Estar e a Longevidade**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR JUNTO AO "PROJETO LUZ" NA CIDADE DE NOVA MUTUM - MT: VIABILIZAÇÃO DE UMA REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE

Sérgio Alves Padilha Ribeiro¹

RESUMO

Este artigo propõe descrever a criação do "Projeto Luz" na cidade de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, que decorreu da integração entre diversas instituições daquele município, tais como Ministério Público, Poder Judiciário, Polícia Militar, Polícia Judiciária Civil, Conselho Tutelar e o Município de Nova Mutum, através das Secretarias Municipais, visando a aplicação da Lei n.º 13.431/2017. A metodologia de pesquisa utilizada foi a descritiva, com uma abordagem qualitativa. Como instrumentos de coleta de dados, foram realizadas entrevistas com os autores do "projeto luz" e análise de documentos. Ao final, propomos a criação de uma normativa referente à atuação da Polícia Militar em casos de violência e exploração sexual da criança e adolescente, que, ao contrário das demais instituições que compõem a rede de proteção, não possui normatização específica para atuação nesses crimes.

Palavra-chave: procedimento operacional padrão - abuso sexual infantil - projeto luz - Polícia Militar - Ministério Público.

ABSTRACT

This article proposes to describe the creation of a project named "Projeto Luz", in the city of Nova Mutum, State of Mato Grosso, which resulted from the integration between several institutions from that municipality, such as Public Prosecutor, Judiciary Branch, Military Police, Civil Judicial Police, Youth tutions that makeTutelery council and the city of Nova Mutum, through its municipal secretariats, in order to apply the Law N. 13.431/2017. the research methodology udes was the descriptive one, with a qualitative approach. The interviews were used with the authors of the "Light Project" as an instrument for data collection, in addition to the analysis of the related documents. Subsequently propose the creation of a regulation, regarding the performance of the military police in cases of violence and sexual exploitation of children and adolescents, which, unlike the other institutuins that make up the protection network, does not have specific standards and regulations to act to on those crimes.

Keyword: standard operating procedure - child sexual abuse - light Project - Military Police - Public Prosecutor.

¹ Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (CFO/APMCV), Especialista em Gestão em Segurança Pública (UNEMAT/APMCV) e em Estudo de Comando e Estado Maior (APMCV).

INTRODUÇÃO

A violência sexual é uma realidade que, a cada dia, se torna mais constante na sociedade, sendo que, apenas em 2016, 17,5 mil casos foram relatados ao Disque 100. A maior parte destas denúncias se refere aos crimes de abuso sexual (72%) e exploração sexual (20%)².

Assim, apesar da patente gravidade destes delitos e da conhecida reiteração criminosa que os caracterizam, verifica-se no cotidiano que a rede de proteção à criança e ao adolescente não consegue exercer as funções protetivas e repressivas com a excelência e efetividade necessárias cabíveis - sendo que tal constatação se aplica a todo o contexto brasileiro, de grandes centros a pequenos municípios.

Com efeito, há muita boa vontade, algumas valorosas ações isoladas e pouco resultado efetivo e de grande impacto. O que restou percebido pelos criadores do projeto que será analisado é que não há um procedimento padronizado a ser seguido pelos diversos atores daquela rede e, muitas vezes, esbarra-se na burocracia e no flagrante volume de trabalho das instituições envolvidas para alcançar a efetividade na proteção da criança e do adolescente.

Buscando solucionar esta demanda e, considerando que o município de Nova Mutum adotou como lema "Nova Mutum protege suas crianças contra o abuso sexual", bandeira levantada por todos os demais órgãos e entidades que compõem as polícias e a prestação jurisdicional estatal - os Promotores de Justiça atuantes na comarca de Nova Mutum/MT perceberam a urgência de atar, oficial e definitivamente, os laços entre as instituições, criando um procedimento a ser seguido sempre que surgir uma notícia acerca da possibilidade de que uma criança ou adolescente tenha sido vítima de violência sexual - seja de que espécie for.

Para tanto, buscou-se soluções criativas para o orçamento, tempo e recursos humanos limitados de cada instituição - sempre respeitando suas atribuições - e estabeleceu-se o diálogo construtivo entre os componentes da rede de proteção. Diante desse cenário, a contribuição da polícia militar foi essencial para o sucesso do projeto e o alcance do objetivo buscado ao se adotar a integração entre as instituições.

² Governo do Brasil. Dia Nacional de combate a Abuso Sexual de Crianças e Jovens. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/05/dia-nacional-contra-abuso-sexual-de-criancas-e-jovens-e-celebrado-nesta-quinta-18>>. Acessado no dia 14 de Fev de 2019.

A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A evolução do direito infanto-juvenil, atualmente, chegou a um patamar nunca antes visto na história da humanidade. Com efeito, de objeto de relações jurídicas - sobre o qual o pai exercia o direito de proprietário, a quem era conferido o poder de decidir, inclusive, sobre a vida e morte dos seus descendentes - as crianças passaram a ostentar a condição de sujeitos de direito, beneficiários e destinatários imediatos da doutrina da proteção integral.

Nesse diapasão, importante ressaltar que a ordem jurídica brasileira elegeu a dignidade da pessoa humana como um dos princípios fundamentais da República, entendendo cada indivíduo como detentor de um conjunto de direitos e valores essenciais à sua realização plena como pessoa. Trata-se de verdadeira "cláusula geral de tutela e promoção da pessoa humana"³ - o que significa afirmar que todo ser humano se encontra sob seu manto, incluindo-se, obviamente, as crianças e adolescentes.

Todavia, nem sempre foi assim. No Brasil-Colônia, por exemplo, a ordem jurídica então vigente ostentava uma clara opção de garantir aos pais o direito de castigar os seus filhos - não considerando os menores como indivíduos em desenvolvimento, pois estes integravam, como já dito, o contexto da propriedade parental.

Durante a fase imperial iniciou uma preocupação com os infratores e, desde então, as alterações legislativas buscaram tratar do tema conforme as demandas sociais que surgiam - ora recrudescendo as sanções, ora assegurando-se alguns direitos aos menores.

Outra preocupação era o crescente aumento dos casos de abandono e exposição de crianças "indesejadas" - evoluindo-se o pensamento dominante para a necessidade de que o Estado protegesse os menores, mesmo que suprimindo algumas garantias suas.

Dando-se um salto histórico - necessário ante a exiguidade deste trabalho - verifica-se que no final dos anos 60 e início da década de 70, iniciaram-se os debates

³ TEPEDINO. Gustavo. *Temas de Direito Civil*, p. 48, 1ª ed., Ed. Renovar.

acerca de uma legislação menorista - que resultou no novo Código de Menores ⁴, que não continha nenhuma inovação merecedora de destaque.

Todavia, a Constituição de 1988 trouxe claros avanços ao nosso ordenamento jurídico, criando novos paradigmas - inclusive na área infanto-juvenil, ao considerar as crianças e jovens verdadeiros sujeitos de direito, titulares de direitos fundamentais.

Para regulamentar esse novo sistema, foi promulgada a Lei n.º 8069/90. Nasceu o Estatuto da Criança e do Adolescente, contendo um universo de direitos fundamentais indispensáveis à formação integral dos infantes. Trata-se de um microsistema que cuida de todo o arcabouço necessário para se efetivar o ditame constitucional de ampla tutela da criança e do adolescente - conhecida como Proteção Integral.

Implantar o sistema de garantias é o grande desafio dos operadores da área da infância e juventude. Inicialmente, faz-se necessário romper com o sistema anterior, não apenas no aspecto formal, mas principalmente no plano prático - quebrando antigos modelos e mudando mentalidades para alcançar o pleno exercício dos direitos dessa importante parcela da população.

A PROTEÇÃO DA DIGNIDADE SEXUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Constituição da República (1988) prevê no art. 227, que é:

[...] dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente, disciplina que a criança e o adolescente “têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e

⁴ Lei 6.697/79 de 10 de Outubro de 1979 institui o Código de Menores - Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html>> .

harmonioso, em condições dignas de existência”⁵, bem como que a “criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”.

Não há dúvida, pois, que o direito à vida não se confunde com sobrevivência, tratando-se, na verdade, do direito de viver com dignidade e respeito - o que inclui, obviamente, a proteção à integridade sexual da criança e do adolescente.

Contudo, a realidade brasileira demonstra, estatisticamente, que os infantes estão cada vez mais expostos a abusos e explorações sexuais e, portanto, merecem ser tutelados especificamente nessa área, de modo a assegurar que possam efetivamente usufruir de uma vida plenamente digna.

Com efeito, segundo o Atlas da Violência de 2018⁶, estudo produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 50,9% dos casos registrados de estupro em 2016 foram cometidos contra crianças, 17% contra adolescentes e 32,1% contra adultos. Nos estupros contra crianças, conhecidos e amigos da família são responsáveis por 30% dos crimes. Pais e padrastos representam 12% cada do total de ocorrências.

De acordo com o levantamento realizado pelo ISP/RJ, dos 4.705 casos de estupros registrados ao longo de 2016, 1.852 foram contra crianças, sendo certo que, em 26% desses casos, estas tinham menos de 05 anos de idade. O estudo também revela que nos estupros praticados contra crianças de 0 a 12 anos de idade incompletos, 41% foram cometidos por pais, padrastos e amigos da família, sendo que em 18,76% dos casos os autores dos crimes foram os próprios pais.⁷

Diante de tal quadro - constatado mundialmente - a ONU, em sua Resolução 40/34, disciplina em seu art. 4, que “as vítimas devem ser tratadas com compaixão e respeito pela sua dignidade, com acesso à Justiça e pronta reparação do dano sofrido”. Ademais, o art. 16 da mesma norma determina que os “profissionais dos

⁵ Lei n.º 8069 de 13 junho de 1990, estabelece o Estatuto da Criança e Adolescente.

⁶ Atlas da Violência 2018. Pág. 64 <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acessado dia 07 de novembro de 2018.

⁷ GloboNews <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/cerca-de-40-dos-estupros-registrados-no-rj-sao-contras-criancas-aponta-isp.ghtml>> Acessado em 10 Fevereiro de 2019.

serviços policiais, judiciais, médicos, sociais, e outros, devem ser capacitados para as necessidades da vítima, garantindo auxílio rápido e adequado”.

Exatamente visando esse fim surgiu a Lei n.º 13.431/2017, a qual garante que a criança e o adolescente tem o direito de receber tratamento digno e abrangente (art. 5º) e que as políticas implementadas nos sistemas de justiça, segurança pública, assistência social, educação e saúde deverão adotar ações articuladas, coordenadas e efetivas voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral às vítimas de violência (art. 14, p. 6), observando-se, dentre outras, as seguintes diretrizes:

Abrangência e integralidade, devendo comportar avaliação e atenção de todas as necessidades da vítima decorrentes da ofensa sofrida; capacitação interdisciplinar continuada, preferencialmente conjunta, dos profissionais; estabelecimento de mecanismos de informação, referência, contra referência e monitoramento; planejamento coordenado do atendimento e do acompanhamento respeitadas as especificidades da vítima ou testemunha e de suas famílias; celeridade do atendimento, que deve ser realizado imediatamente - ou tão logo quanto possível - após a revelação da violência; priorização do atendimento em razão da idade ou de eventual prejuízo ao desenvolvimento psicossocial, garantida a intervenção preventiva.

O PROJETO LUZ NO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM

Considerando, pois, a constatação de que a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma realidade cruel e incômoda - com a qual, muitas vezes, os órgãos e instituições da rede de proteção não conseguem lidar, seja por inexperiência, falta de preparo ou preconceitos instalados, os Promotores de Justiça da Comarca de Nova Mutum/MT, Ana Carolina Rodrigues Alves Fernandes e Henrique de Carvalho Pugliesi, criadores do Projeto Luz, iniciaram diligências buscando melhorar a atuação da rede de proteção municipal nessa área.

Com efeito, esta cidade foi edificada em fundamentos sólidos, nos quais as instituições são compostas por pessoas comprometidas e dedicadas ao seu mister, dentre as quais inclui-se a Polícia Militar. Além disso, Nova Mutum é uma cidade próspera e ordeira, cujos projetos estão destinados ao sucesso desde seu nascedouro, ante o comprometimento de seus líderes e cidadãos.

Apesar de tantas qualidades, ainda sim a rede de proteção municipal cometia falhas que comprometiam os processos judiciais, cíveis e criminais, e, principalmente

revitimizavam aqueles que deveriam ser protegidos. Sobre o conceito de revitimização, importante fazer o seguinte esclarecimento:

A situação de violência sexual sofrida é classificada por estudiosos como uma vitimização primária. A revitimização ou vitimização secundária se refere ao processo de ampliação do sofrimento vivido pela vítima, em decorrência de procedimentos conduzidos de modo inadequado, principalmente por instituições oficiais, como, por exemplo, a Polícia Militar, o Ministério Público e o Poder Judiciário durante o atendimento do caso. Apesar da situação, a vitimização secundária pode se mostrar mais prejudicial que a própria ocorrência da violência (Ministério Público, 2016 apud Luz et. al, s/ data, p. 17).

E, naquela realidade, havia tanta boa vontade quanto alguns, porém podendo-se citar como exemplo: profissionais despreparados; condução da vítima para a delegacia pela polícia; ausência do conselho tutelar nas diligências desde a sua origem; desamparo psicológico e familiar; ausência de exame pericial; e, a mais recorrente, oitiva da vítima inúmeras vezes, fazendo com que esta revivesse o trauma até o momento em que começava a negar o ocorrido, apenas para não repeti-lo mais uma vez.

Objetivando corrigir tais falhas, os Promotores de Justiça começaram a se reunir com cada participante da rede e, ao perceberem que o maior erro era a falta de integração entre seus membros, aqueles buscaram promover reuniões coletivas, para debates que alcançassem uma solução comum, criando-se um verdadeiro procedimento-padrão para a atuação nos casos de violência sexual, onde o servidor público não temesse tomar decisões e medidas para a proteção do infante, pois saberia todo o procedimento a ser seguido, bem como que estaria amparado em sua atuação funcional.

Assim nascia o Projeto Luz, contando com a efetiva participação da Polícia Militar, Polícia Civil, Conselho Tutelar, Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social e Assessoria Pedagógica Estadual - capitaneados pelo Ministério Público - esse projeto buscou a criação de um procedimento próprio para o atendimento dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, priorizando-se a tutela da vítima e a celeridade/eficiência na solução das demandas cíveis e criminais decorrentes.

Curiosamente, ao tempo em que o Projeto Luz era construído, foi editada a

Lei n.º 13.431/2017 (que entraria em vigor no dia 05/04/2018), cuja ementa é a seguinte: Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069/1990 de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Assim, caminhando a frente das inovações legislativas, a rede de proteção de Nova Mutum/MT avançou na tutela integral das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, atuando na vanguarda da defesa de seus direitos e servindo como paradigma para os demais municípios do Brasil.

Atuação integrada - como ocorre em Nova Mutum/MT, foi a verdadeira intenção da Lei 11.431/2017, como se verifica do artigo transcrito, Art. 14. As políticas implementadas nos sistemas de justiça, de segurança pública, de assistência social, saúde e educação: “deverão adotar ações articuladas, coordenadas e efetivas voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral às vítimas de violência”.

Sobre tal integração, em entrevista⁸ os Promotores de Justiça de Nova Mutum, Ana Carolina Rodrigues Alves Fernandes e Henrique de Carvalho Pugliesi, assim defendem:

É importante ser registrado em fortes tintas, ademais, que o projeto em testilha, embora tenha sido idealizado e organizado pelas Promotorias de Justiça, é - sem qualquer espaço dúvida - um projeto de toda a rede municipal de proteção de Nova Mutum, pois sem envolvimento de todos os órgãos e instituições que a formam, e principalmente sem as pessoas que ocupavam esses cargos e instituições, neste período, em Nova Mutum, não seria possível atingir os resultados colhidos. Em outros termos: o Projeto Luz é fruto do grau de desenvolvimento dos órgãos e instituições de Nova Mutum, mas somente se transformou em um projeto de referência e paradigmático devido às fantásticas pessoas que compunham os citados órgãos e instituições no período de implantação do projeto.

A partir de experiência pessoal, tendo atuado como policial militar em quatro municípios diferentes, inclusive na capital, foi possível concluir que semelhante integração entre as instituições, como a vista em Nova Mutum, é feito raro ou, quiçá, único. E, como participante efetivo do Projeto Luz, ratifico o pensamento dos Promotores de Justiça e também atribuo o êxito da empreitada ao esforço comum de todos os atores envolvidos na criação e desenvolvimento desse novo modo de atuação da rede de proteção à criança e ao adolescente.

⁸ Todas as entrevistas foram concedidas em áudio e transcritas textualmente.

A INTEGRAÇÃO COM A POLÍCIA MILITAR

Historicamente, as instituições públicas em geral, dentre as quais enquadra-se a Polícia Militar, acostumaram-se a desenvolver suas atividades de forma isolada, sem aceitar a "interferência" de outros órgãos ou profissionais alheios aos seus quadros - encarando qualquer espécie de controle como uma possível e iminente diminuição de suas atribuições e importância no contexto republicano.

Na seara dos crimes sexuais não era muito diferente. Basta analisar a previsão normativa ⁹ de várias instituições para a atuação de tais casos - as quais, todavia, não foram aptas para alcançar a tão sonhada proteção integral da criança e do adolescente.

É o que se verifica na realidade da grande parte dos municípios brasileiros. Se a criança abusada sexualmente contava sobre seu sofrimento para sua professora, esta, muitas vezes, guardava para si o relato, com medo de se envolver. Caso a profissional encaminhasse a notícia, em regra, o Conselho Tutelar seria acionado - o qual, em muitos casos, exerceria um juízo de valor sobre o fato e também, por vezes, se omitiria em seu mister.

Outra situação recorrente é aquela em que a vítima do crime sexual se dirigia a uma unidade de saúde buscando um socorro imediato para seu sofrimento físico e, após ser atendida por um profissional desatento, voltava para a casa com a medicação em uma mão, enquanto a outra segurava a do seu abusador - sem que o seu triste caso tivesse sido encaminhado para os órgãos assistenciais ou de segurança pública.

Agora, a pior situação ainda ocorre, hodiernamente, justamente com os integrantes das polícias, Ministério Público e Poder Judiciário. Ambientados a lidar com a criminalidade e com vítimas adultas, os profissionais dessas áreas costumam concentrar o foco no criminoso e na apuração do fato e passam a desviar o olhar de atenção à vítima - que, no abuso sexual é naturalmente fragilizada, seja pela tenra idade ou inexperiência de vida, seja pela decepção com o abusador, que é

⁹ A exemplo da Portaria SUS N° 485, DE 1° de Abril de 2014 - aplicável aos serviços de saúde.

normalmente pessoa próxima e que deveria protegê-la. Assim, ao invés de tutelada, a criança é, na maioria dos casos, revitimizada.

Tal constatação aplica-se plenamente à Polícia Militar de Mato Grosso que, ao contrário das demais instituições que compõem a rede de proteção, não possui normatização específica para atuação em crimes de abuso e exploração sexual infantil.

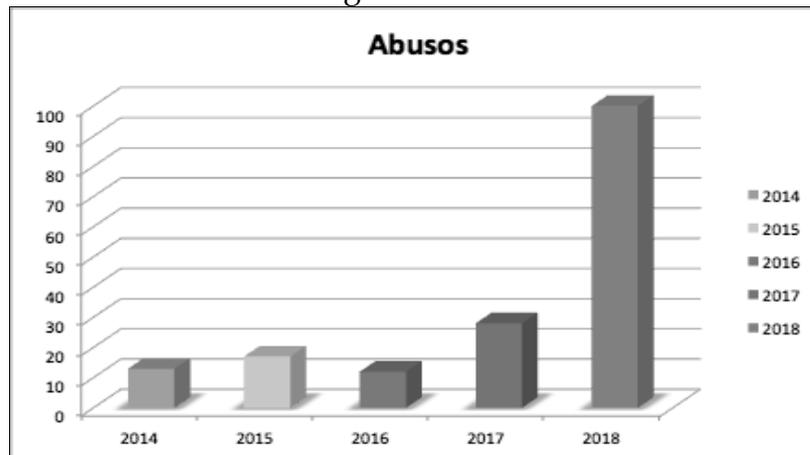
Realmente. Quando se analisa o Procedimento Operacional Padrão da Polícia Militar, denota-se a previsão de atuação dos militares na repressão a diversas espécies de crimes e, até, sobre a forma que a PM deverá exercer o seu trabalho com algumas vítimas específicas - como no caso de violência contra a mulher. Contudo, é digna de atenção a total omissão de preocupação na capacitação dos integrantes da PM/MT quando o chamado desta for para atuação junto a crimes sexuais e a vítima a ser protegida for uma criança ou adolescente abusado sexualmente.

Ressalte-se que, ao realizar a pesquisa para subsidiar o presente, percebeu-se que os integrantes das polícias possuem uma certa dificuldade, inclusive, no preenchimento do Boletim de Ocorrência para os casos em análise - muitas vezes optando, ao cadastrar o fato criminoso no Sistema SROP, em enquadrá-lo como "outros".

Assim, ao pesquisar os dados dos Boletins de Ocorrência registrados pelos policiais ¹⁰ de Nova Mutum/MT, conseguiu-se acessar apenas aqueles referentes ao período de 2014 a 2018 e, no gráfico abaixo, inserem-se apenas os BO's nos quais constou, no sistema, a descrição fática como estupro e a idade da vítima - a saber, menor de 18 anos.

¹⁰ Integrantes da PM/MT e da Polícia Judiciária Civil

Figura 1. Boletins de Ocorrência registrados em Nova Mutum entre 2014 e 2018.



Fonte: Polícia Militar de Nova Mutum.

Conclui-se, portanto, que houve um crescente registro ¹¹ de B.O's pelas polícias após a implementação do Projeto Luz - e isso só foi possível após a integração com este alcançada. E como isso se deu no âmbito da Polícia Militar?

Tal realidade só foi perfectibilizada em virtude de que, conhecedores da deficiência até então existente e, agindo de forma humilde e comprometida, os integrantes do Comando do 14º CR e do 26º Batalhão da PM, ambos situados em Nova Mutum, ao serem chamados a integrar o Projeto Luz, se dispuseram a ouvir os anseios dos demais integrantes da rede de proteção e incumbiram-se da tarefa de elaborar um ROTEIRO DE PROCEDIMENTO PADRÃO da Polícia Militar em Nova Mutum para atuação específica em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes - o qual foi aprovado pelos demais e aderido ao referido Projeto.

Em resumo, o procedimento criado pela PM em Nova Mutum para integração aos demais criados junto ao projeto, tendo sido enviado ao Comando da PMMT para deliberação sobre a criação de um POP, é o seguinte

1) Sempre acionar o Conselho Tutelar, logo que tiver conhecimento da ocorrência, envidando esforços para ambas instituições chegarem juntas ao local dos fatos. Convencionou-se que o órgão nato de proteção do infante - qual seja, o Conselho Tutelar - deve, invariavelmente, acompanhar presencialmente as ocorrências envolvendo crianças e adolescentes, em especial quando forem vítimas de violência sexual. Para tanto, ao receber o chamado de ocorrência desta

¹¹ A divergência com os dados do gráfico anterior se deve ao fato de que o primeiro inclui o registro de casos através de outros órgãos, além das polícias, tais como Conselho Tutelar e escolas, além dos próprios cidadãos.

similaridade, o policial de plantão que se dirigir ao local dos fatos deve certificar-se que o Conselho Tutelar foi acionado, a fim de que ambos cheguem simultaneamente na localidade indicada;

2) Nunca conduzir a criança ou adolescente na viatura. Considerando que o Conselho Tutelar deve comparecer ao local dos fatos, ainda na flagrância da ocorrência, este deve responsabilizar-se pela condução da vítima, para os procedimentos de praxe;

3) Evitar a condução, pela PM, da criança ou adolescente para delegacia e, em hipótese alguma, conduzi-la junto com o abusador. Pode parecer uma medida óbvia, mas como a intenção primordial do projeto é a tutela integral do infante-vítima, rechaçando-se qualquer espécie de revitimização, a sua condução na viatura de polícia deve ser evitada - sendo absolutamente proibida que tenha qualquer contato com o abusador após o acionamento da instituição policial;

4) Sempre informar a ocorrência de tal crime, imediatamente, aos oficiais designados como elos com o grupo de apoio do *whatsapp* do Projeto Luz - em regra serão os comandantes ou subcomandantes do CR e batalhão. Como o grupo de apoio do *whatsapp* é peça-chave do projeto, firmou-se a regra de que aquele seria composto pelos representantes de cada órgão e instituição e toda e qualquer comunicação referente a casos de violência sexual deverá ser comunicada naquele grupo, através dos seus componentes - que no caso da polícia militar, são os comandantes e/ou subcomandantes do CR e BPM;

5) Conduzir o autor imediatamente para a Delegacia, mediante Boletim de Ocorrência;

6) O histórico do Boletim de Ocorrência irá consignar apenas o relato sobre a denúncia, descrevendo o fato em si. Os integrantes da guarnição devem evitar questionar a vítima sobre o fato. Todavia, poderão ouvi-la, caso esta o relate espontaneamente - devendo tal relato constar do BO;

7) Sempre constar no Boletim de Ocorrência que a vítima ficou sob os cuidados do Conselho Tutelar e que a criança ou adolescente não foi questionada/inquirida pelos policiais militares. Quanto ao Boletim de Ocorrência, trata-se de peça essencial e indispensável da atuação policial, devendo sempre ser

preenchido conforme as orientações ora explicitadas - ressaltando-se que a vítima não pode ser inquirida pelos militares, devendo estes apenas ouvirem-na em seu relato espontâneo, se houver;

8) Sempre considerar a situação de risco pessoal e social a que a vítima está exposta e os traumas psicológicos sofridos.

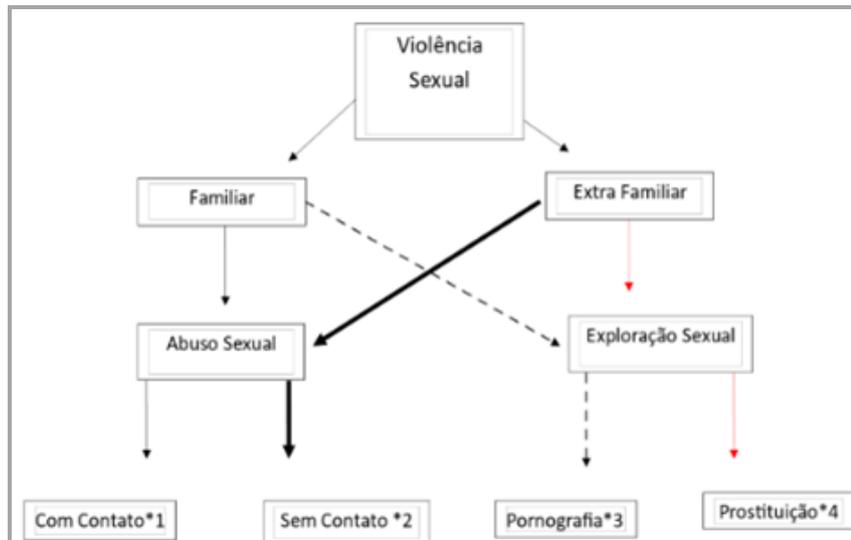
Por fim, o último tópico contém a grande inovação na atuação da polícia militar em casos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil: o olhar diferenciado para a vítima. O policial deve entender a situação de vulnerabilidade a que a criança foi exposta, pois foi atingida em áreas de extrema sensibilidade, quais sejam, a sua inviolabilidade sexual; a confiança que possuía em relação ao abusador, que exercia uma posição na qual deveria ser um protetor de sua inocência e a publicização de sua dor - a qual, após o acionamento da ocorrência, passará a ser objeto de um inquérito ou processo judicial. O policial não pode, nunca, esquecer de todo esse contexto ao chegar no local da ocorrência.

Após a criação do procedimento próprio - sendo que tal passo foi desempenhado por todos os demais integrantes do Projeto Luz - estas orientações foram divulgadas em um workshop de sensibilização e integraram uma apostila que foi utilizada como material de capacitação em tal evento - o qual alcançou todos os policiais militares de Nova Mutum e Santa Rita do Trivelato, bem como todos os demais integrantes dos órgãos e instituições da rede de proteção daquela cidade. Ressalte-se que foram sensibilizados 1.415 profissionais, capacitados em um curso de 8 (oito) horas, que teve uma duração de 22 dias, e que fora ministrado por profissionais das áreas da Educação, Saúde, PM, Polícia Civil e Ministério Público.

É interessante informar que as turmas eram mistas - sendo compostas por profissionais de diversas áreas, pois o objetivo era a total capacitação do integrante da rede de proteção, o qual, a partir do evento, teria conhecimento do *modus operandi* de todas as demais instituições ao se depararem com casos de abuso sexual.

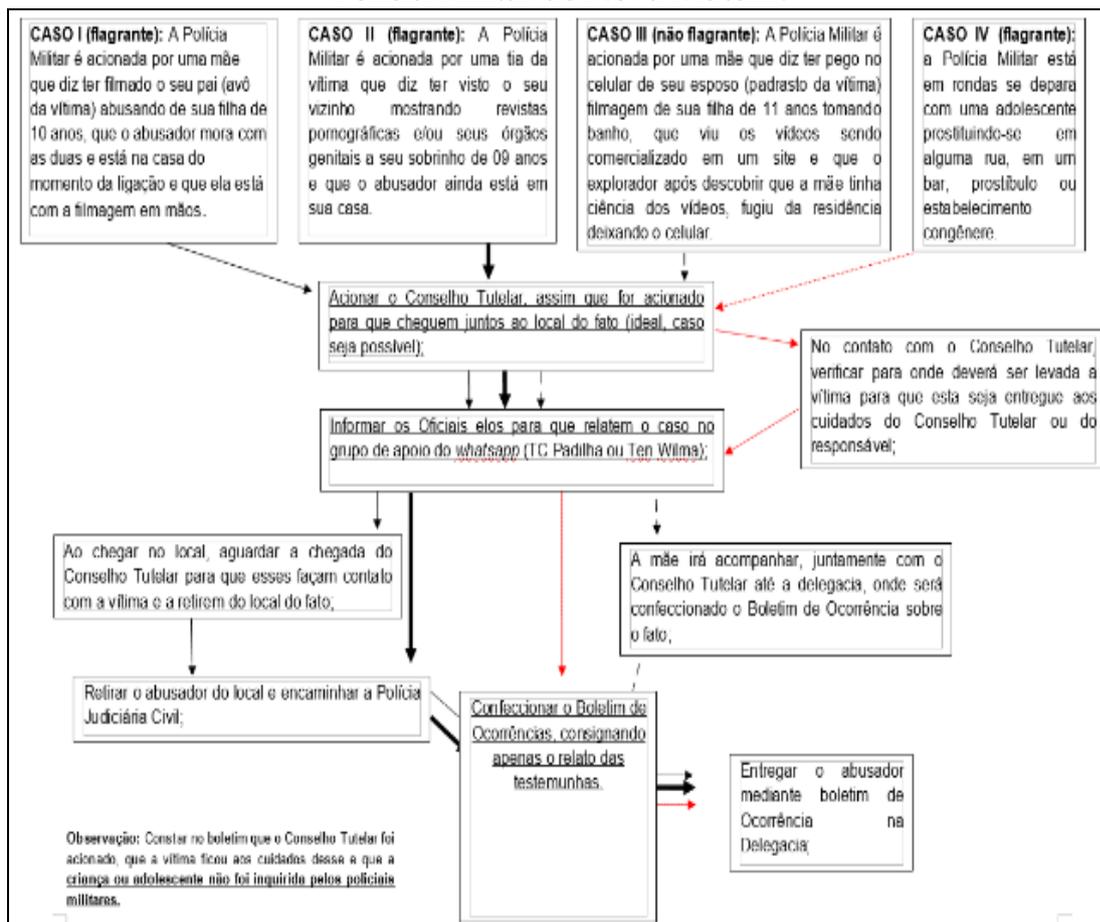
Entende-se importante, neste momento, apresentar, através do fluxograma a seguir, a aula ministrada pela Polícia Militar no workshop mencionado:

Figura 2. Fluxograma da Polícia Militar de Nova Mutum referente à Violência Sexual.



Fonte: Polícia Militar de Nova Mutum

Figura 3. Fluxograma referente a casos de abuso sexual apresentado no workshop da Polícia Militar de Nova Mutum.



Fonte: Polícia Militar de Nova Mutum

Conforme se verifica acima, durante a sensibilização dos profissionais da rede de proteção, os oficiais do 26º BPM, que ministraram a palestra, apresentaram a padronização que será esmiuçada no tópico seguinte. Além disso, aplicaram as regras criadas dentro do projeto para a polícia militar, explicitando-as em quatro exemplos fictícios, a saber: abuso sexual intrafamiliar com e sem contato e exploração sexual, nas modalidades pornografia e prostituição. Esclareceram, por fim, que o padrão adotado é um modelo único, com pequenas variações admitidas conforme a análise do caso concreto.

METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS

O tão falado sucesso do Projeto Luz pode ser medido, inclusive, estatisticamente dos dados coletados através do SIMP¹². Com efeito, no período de 1º de janeiro de 2018 a 8 de fevereiro de 2019 foram atendidos 132 casos de suspeita de abuso ou exploração sexual, os quais deram origem a 108 Inquéritos Policiais, 4 Termos Circunstanciados e 120 medidas de proteção aos direitos das vítimas

Durante o período, foram ofertadas 58 denúncias, promovido o arquivamento de 19 inquéritos e proferidas 9 sentenças, sendo 7 favoráveis e 1 desfavorável, contra a qual foi interposto recurso de apelação.

Ainda na seara criminal, naquele intervalo de tempo foram ofertadas 19 representações pela prisão preventiva do abusador, das quais 13 restaram deferidas.

Ademais, em atendimento ao que preceitua o art. 4º, §1º¹³ e art. 11¹⁴, ambos da Lei n.º 13.431/2017, o Ministério Público ingressou com 112 Medidas Cautelares de Produção de Prova Antecipada, das quais o Poder Judiciário já realizou 63 audiências de depoimento especial.

Analisando-se os números acima, friamente, pode parecer que tais dados não sejam relevantes ou significativos. Ledo engano.

¹² SIMP – Todos os dados Estatísticos foram coletados pelo Sistema Integrado do Ministério Público. Sistema de Acesso restrito ao Ministério Público.

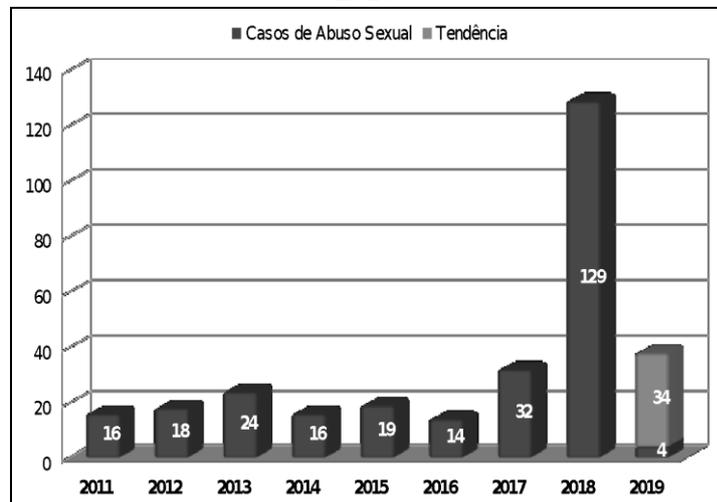
¹³ “Art. 4º (...) § 1º Para os efeitos desta Lei, a criança e o adolescente serão ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada e depoimento especial.”

¹⁴ “Art. 11. O depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado.”

Após a implementação do Projeto Luz em Nova Mutum, houve um salto tão significativo na quantidade de denúncias e comunicações de suspeitas de abuso e exploração sexual que não há como negar a eficácia do procedimento e a necessidade de sua implementação em todas as cidades mato-grossenses.

Apenas para exemplificar, isolamos os dados acerca do surgimento de casos de violência sexual, em Nova Mutum, relativos ao período de 2011 a 2018¹⁵ - frisando-se que o Projeto Luz foi implementado em 17 de janeiro de 2018 - conforme quadro a seguir:

Figura 4. Casos de abuso sexual em Nova Mutum relativos ao período de 2011 a 2018.



Fonte: Ministério Público de Nova Mutum

Quando se confronta tais dados e, em especial, em análise de cada caso, conclui-se que os crimes de violência sexual ali retratados não ocorreram apenas no ano de 2018. Pelo contrário, a grande parte dos fatos criminosos ocorreram em anos anteriores.

O que mudou? A rede de proteção de Nova Mutum entende que tanto os seus integrantes tornaram-se mais aptos e seguros para lidar com os crimes que eram-lhe levados ao conhecimento, quanto às vítimas sentiram-se mais seguras em relatá-los para os profissionais de sua confiança, pois tomaram conhecimento que

¹⁵ Os dados referentes ao ano de 2019 tem como marco interruptivo o dia 8 de fevereiro do corrente e prestam-se apenas para demonstrar que, em se mantendo o padrão de notícias que já surgiram, a tendência é que o número de casos supere os levados à lume no ano de 2017. Todavia, não se acredita que os casos que surgirem ultrapassem tal projeção, pois o elevado número verificado em 2018 referia-se, na maior parte, a crimes que ocorreram em anos anteriores e que apenas foram relatados em decorrência da criação do Projeto Luz.

estes haviam se capacitado e preparado para, mais do que nunca, acolhê-las e ampará-las.

Tal cenário, mais uma vez ressalta-se, só se concretizou em virtude da integração, de fato, dos órgãos e instituições públicas de Nova Mutum, que através do comprometimento de seus integrantes, alcançaram o bem comum visado. E a Polícia Militar exerceu papel relevante nesse cenário, como ver-se-á no próximo tópico.

E, se não bastassem os números ora discutidos, os profissionais da rede de proteção à criança e ao adolescente de Nova Mutum são unânimes em ressaltar a satisfação decorrente da integração alcançada com a PM e com a evolução da atuação fática de seus policiais. Apenas para exemplificar, seguem alguns trechos de depoimentos coletados para essa pesquisa:

Inicialmente, em entrevista¹⁶ com o Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado, Procurador de Justiça titular da Procuradoria de Justiça da Infância e Juventude de Mato Grosso, este assim relatou:

Gostaria de parabenizar a todos os colegas de Nova Mutum em especial a colega Ana Carolina ao colega Henrique e a colega Daniela, pela iniciativa brilhante do Projeto Luz, projeto que visa proteger e resguardar direito de crianças e adolescentes, que continuam sendo vítimas de violência e abuso, e esse projeto só teve sucesso e alcançou o que realmente está acontecendo em Nova Mutum porque a colega Ana Carolina conseguiu sensibilizar a todas as instituições, que temos que trabalhar em conjunto e nesse contexto eu quero destacar a importância da Polícia Militar e toda a corporação que não mediu esforços para treinar toda sua equipe, treinar todos seus policiais, participar de aulas de palestras, discutindo e sensibilizando a corporação da importância da Polícia Militar no Projeto Luz, da Polícia Civil, do Conselho Tutelar, do Conselho de direitos, da Prefeitura Municipal e suas secretarias envolvidas, secretaria de educação, secretaria de saúde, Cras, Creas, enfim toda uma rede e o projeto tem se transformado em algo institucional, que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso apresentou no Conselho Nacional e tem apresentado a diversos outros colegas como em Cáceres como em Sorriso e por aí a fora , quero novamente dizer que o projeto só conseguirá resultado eficaz se a Polícia Militar a Polícia Civil o Conselho Tutelar, as secretarias de saúde de assistência social, a prefeitura, o poder judiciário, a defensoria, todos, estivermos juntos. Em Nova Mutum a Polícia Militar desde o início foi um parceiro importantíssimo para alcançar, quando falo em alcançar significa plural, significa todos, o sucesso em defesa dos direitos daqueles que mais amamos que são nossas crianças e adolescente.

¹⁶ Todas as entrevistas foram concedidas em áudio e transcritas textualmente.

Como se vê, o Procurador de Justiça - conhecido defensor da causa da infância e juventude - foi firme em apontar a integração das instituições como o segredo do sucesso do referido projeto.

Já a Promotora de Justiça co-criadora do Projeto Luz, Dra. Ana Carolina Rodrigues Alves Fernandes, defendeu o seguinte ponto:

O Projeto Luz foi uma iniciativa que realmente nasceu da observação da realidade de várias comarcas onde Eu, Ana Carolina, e o Dr. Henrique Pugliese trabalhamos, em que percebemos que, independentemente da cidade, do nível de escolaridade dos integrantes, do crescimento econômico da cidade, independentemente de qualquer uma dessas circunstâncias, a rede de proteção à criança e ao adolescente era desarticulada, ou seja, os profissionais tinham interesse em desenvolver um bom trabalho e dar uma melhor assistência a criança, mas cada um falava uma língua, agia de uma forma independente demais e a criança ficava muitas vezes ali, jogada de um lado a outro, sem ter um atendimento único e voltado mesmo a proteção integral dessa criança e adolescente. Então, o projeto luz tinha o objetivo principal, tendo enfoque nas vítimas de abuso sexual e integrar essa rede, de modo que ela preste um atendimento de qualidade para essa vítima. Então, após as reuniões e debates e a formação desse procedimentos, nós alcançamos esses resultados que hoje são públicos e, de uma maior excelência no atendimento dessa vítima. E a Polícia Militar foi muito importante. A Polícia Militar é uma parceira com o Ministério Público em Nova Mutum, em várias de nossas missões e em várias de nossas atribuições e não foi diferente no projeto luz. Eles aderiram desde o início, criando mesmo juntamente conosco esse procedimento padrão para atuação dos policiais militares, capacitando todos os profissionais no workshop e efetivamente atuando, agora de uma forma diferenciada, com esse olhar especial para as crianças e adolescentes. Então nós acreditamos que a adoção desse procedimento em todo Estado só vai beneficiar realmente a população e também creditamos o sucesso do projeto ao empenho da Polícia Militar, assim como de todos os demais parceiros aqui de Nova Mutum.

Essa concisa fala da Promotora de Justiça revela que a desarticulação da rede de proteção sempre foi um empecilho para a proteção integral das crianças e adolescentes.

Por fim, segue a importante contribuição do Ten. Cel. Cláudio Fernando Carneiro - Comandante do 14º Comando Regional da PMMT:

Falar sobre o Projeto Luz, pensar em integração é pensar na defesa dos direitos das crianças e adolescente, pensar em estender a mão aqueles que muitas vezes sofrem calados, então foi um prazer participar desse projeto, falo como comandante do 14 Comando Regional sediado em Nova Mutum, projeto este, que capacitou muitos dos nossos policiais militares, desenvolveu muitas de nossas capacidades no intuito de que pudéssemos lá na ponta exercer com qualidade e com eficiência um trabalho, para saber como abrigar aqueles que mais necessitam nas horas mais difíceis, saber lidar com uma criança que acabou de sofrer algo dessa natureza é essencial na atividade policial militar, pois os danos podem ser bem maiores, então gostaria aqui de agradecer os promotores Dra. Ana Carolina, Dr. Henrique e

Dr. Daniela, que nos oportunizaram juntamente com outras instituições a oportunidade de fazer parte dessa rede, a oportunidade de fazer a diferença no município de Nova Mutum, projeto este que acredito nos 21 anos de experiência como policial militar, deveria ser expandido para todos municípios do estado de Mato Grosso e porque não para o nosso País, porque visa realmente capacitar os policiais, capacitar toda a rede, integrar o mais importante às vezes até o profissional está capacitado, mas, a integração a unicidade do conhecimento a unicidade a padronização de como se deve agir e a fala integrada das instituições pode levar a essas crianças a esses adolescente mais proteção, foi o que aconteceu em Nova Mutum, nós observamos que muitas das vezes esses casos existiam em nosso município e ficavam às escuras, logo após as instituições serem capacitadas treinadas bem como a sociedade de uma forma geral esses números aumentaram bastante, mas aumentaram não porque passaram a ocorrer mais, mas porque vieram a tona, então o conhecimento não só das instituições mas das pessoas de uma forma comum encorajou, empoderou essas pessoas da vida comum bem como das instituições para que pudessem tomar uma atitude em relação a esse fato que é algo muito triste que acontece em nossa sociedade e muitas vezes é aceito por vários motivos, aceito as vezes de forma constrangedora, as vezes as pessoas não sabem a quem denunciar, não sabem a quem procurar, não sabem qual atitude tomar e esse projeto realmente foi uma luz para todos nós que participamos das instituições de segurança para toda a sociedade então eu parablenizo o Ministério Público e é um prazer como policial militar participar e poder fazer algo diferente, algo que nos motiva muito e fazer a diferença, proteger as nossas crianças e adolescentes, então eu agradeço muito ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso por nos oportunizar essa chance essa oportunidade de estarmos juntos nessa rede capacitados, treinados e falando uma língua só em proteção à criança e adolescente.

Com efeito, conforme apontado pelo Comandante Regional, a Polícia Militar em Nova Mutum abraçou o referido projeto desde o seu nascedouro e foi essencial para a implementação efetiva de uma rede de proteção articulada e eficiente naquela cidade.

CONCLUSÃO

A conclusão a que chega este subscritor, que atualmente ocupa a função de Comandante do 26º BPM/MT, é de que a padronização da atuação da Polícia Militar em crimes de violência sexual infanto-juvenil é uma necessidade imperativa e deve ser adotada imediatamente pela corporação, integrando o POP e aplicando-a em todo o Estado de Mato Grosso.

Tal assertiva baseia-se, inicialmente, nas estatísticas já apresentadas, que demonstram que a capacitação e integração de toda a rede de proteção - que atualmente é um imperativo legal e, espera-se, será efetivada - demandará uma

atuação mais recorrente da Polícia Militar em crimes de violência sexual infanto-juvenil.

Assim, a padronização da atuação da Polícia Militar somente beneficiará a instituição, pois garantirá uma prestação de serviços mais eficiente e humanizada.

Denota-se, pois, ser fundamental que todas as instituições estatais, incluindo-se a polícia militar, adotem uma atuação diferenciada e sensibilizada em casos tais, em especial ao se considerar que a vítima é um ser humano em formação e vulnerável por si só - não se admitindo que os integrantes da rede de proteção, que deveriam garantir os direitos das crianças e adolescentes, atuem sem considerar as características especiais do(a) ofendido(a) desse tipo de delito.

Deste modo, a presente pesquisa é importante para fundamentar que a atuação dos policiais militares deve se pautar de forma diferenciada, conforme o crime e a vítima de cada caso concreto.

Por fim, acredita-se que o trabalho se justifica porque o resultado poderá fomentar a inclusão no POP da Polícia Militar das medidas já adotadas com êxito na cidade de Nova Mutum/MT, garantindo-se o atendimento humanizado das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Assim - adotando-se o teor da Notificação Recomendatória SIMP nº 001919-030/2018, encaminhada pelo Ministério Público de Nova Mutum/MT para a Polícia Militar deste município, em documento endereçado para este subscritor - este trabalho serve para sugerir a adição ao POP da PM/MT do seguinte procedimento nos atendimentos de crianças e adolescentes, em especial envolvendo crimes de abuso e exploração sexual:

- a) A Polícia Militar deverá sempre acionar o Conselho Tutelar;
- b) A Polícia Militar deverá evitar conduzir a criança ou adolescente na viatura;
- c) A Polícia Militar deverá evitar conduzir a criança ou adolescente para Delegacia e, em hipótese alguma, conduzi-la junto com o abusador;
- d) A Polícia Militar deverá sempre informar aos Oficiais elos de ligação com o grupo de apoio do *whatsapp* as ocorrências atendidas;

e) A Polícia Militar deverá conduzir o autor para a Delegacia, mediante a lavratura de Boletim de Ocorrência;

f) A Polícia Militar, deverá, no histórico do Boletim de Ocorrência consignar apenas o relato sobre a denúncia, descrevendo o fato em si, e evitar questionar a vítima sobre o fato, podendo ouvi-la caso haja relato espontâneo;

g) A Polícia Militar deverá sempre constar no Boletim de Ocorrências que a vítima ficou sob os cuidados do Conselho Tutelar e que a criança ou adolescente não foi ouvida pelos policiais militares;

h) A Polícia Militar deverá sempre considerar a situação de risco pessoal e social a que a vítima está exposta.

Acredita-se que a adoção deste procedimento como um padrão na atuação da Polícia Militar em todo o Estado de Mato Grosso atenderá os preceitos constitucionais e normativos que dirigem a instituição e concretizará o Princípio da Proteção Integral das nossas crianças e adolescentes - que poderão enxergar o policial militar como um verdadeiro reflexo do lema que caracteriza a Gloriosa: um legítimo Servo e Protetor do cidadão mato-grossense, seja adulto ou de tenra idade, mas ciente de que a PM sempre será seu primeiro e último refúgio.

REFERÊNCIAS

Governo do Brasil. **Dia Nacional de combate a Abuso Sexual de Crianças e Jovens**. <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/05/dia-nacional-contra-abuso-sexual-de-criancas-e-jovens-e-celebrado-nesta-quinta-18>>. Acessado no dia 14 de Fevereiro de 2019

TEPEDINO. Gustavo. **Temas de Direito Civil**, p. 48, 1ª ed., Ed. Renovar.

Lei 6.697/79 de 10 de Outubro de 1979, Institui o **Código de Menores** - Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html>> .

Lei n.º 8069 de 13 Junho de 1990, Estabelece o **Estatuto da Criança e Adolescente**

Atlas da Violência 2018. Pág. 64 <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf> . Acessado dia 07 de Novembro de 2018.

Ministério Público. **Violência Sexual contra Criança e Adolescentes: Reflexão e Abordagem**. Pag. 17 <http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2016/06/06/16_30_52_234_Viol%C3%Aancia_Sexual_contra_Crian%C3%A7as_e_Adolescentes_MPGO_TJGO.pdf> - Acessado em 14 Fevereiro de 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Organização do texto por Álvaro Lazzarini. 5. ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

Lei 13.431/2017. **Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069/1990**. 2017. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.html>. Acesso em 07/11/2018.

A EFETIVIDADE DAS AÇÕES VOLTADAS À QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE ACORDO COM A POLÍTICA DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO.

*Temístocles Alves de Araújo Junior¹
Vânia Garcia Rosa²*

RESUMO

Este artigo buscou analisar, no contexto atual, a efetividade das ações de políticas de saúde e segurança no trabalho promovidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), em especial, pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT). Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, onde são analisados dados colhidos, em entrevistas, com a Gerência de Aplicação, Desenvolvimento, Saúde e Segurança (GADSS/SESP) e Coordenadoria de Assistência Social (CAS/PMMT), setores para os quais são remetidas as demandas que tratam de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), bem como dados obtidos pela aplicação de questionários aos policiais que usufruíram das atividades promovidas pelo Ciclo de Assistência Social, Saúde e Bem-Estar da PMMT. A efetividade dessas ações foi analisada positivamente de forma geral. A pesquisa apontou que o processo de gestão por QVT se encontra em andamento, todavia foram verificados fatores que o dificultam, sendo ainda vulnerável e estando aquém das necessidades reais do público atendido.

Palavras-chaves: qualidade de vida no trabalho (QVT) - Segurança Pública - Polícia Militar.

ABSTRACT

This article sought to analyze, in the current context, the effectiveness of health and safety policies at work promoted by the State Secretariat of Public Security (SESP), in particular, by the Military Police of the State of Mato Grosso (PMMT). It is a qualitative and quantitative research, where data collected in interviews with the Application, Development, Health and Safety Management (GADSS / SESP) and the Social Assistance Coordination (CAS / PMMT) were analyzed, sectors for which the demands dealing with Quality of Life at Work (QVT) were sent, as well as data obtained through the application of questionnaires to police officers who took advantage of the activities promoted by the PMMT Social Assistance, Health and Welfare Cycle. The effectiveness of these actions was analyzed positively in general. The research pointed out that the QVT management process is ongoing, however factors that hinder it were verified, being still vulnerable and falling short of the real needs of the public served.

Keywords: quality of life at work (QVT) - Public Security - Military Police.

¹ Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (CFO/APMCV), Especialista em Gestão em Segurança Pública (UNEMAT/APMCV), Administração Pública (UFMT) e em Estudo de Comando e Estado Maior (APMCV).

² Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (CFO/APMCV), Psicanalista pela Sociedade Miesperanza, Especialista em Gestão em Segurança Pública (UNEMAT/APMCV) e em Estudo de Comando e Estado Maior (APMCV).

INTRODUÇÃO

Na atualidade temos um montante exacerbado de demandas que os indivíduos carecem atender, e isso é fator preponderante que compõe a receita para a diminuição da qualidade de vida. A gama de informações e afazeres subliminares advindo delas, combinado com a sensação de impotência em dar solução a cada uma dessas, facilmente traz ao ser humano uma desordem funcional. A potencialidade social do ser torna-se reduzida, uma vez que as pendências são absorventes e por vezes hipoteticamente insolúveis. A sensação advinda deste contexto pode ser bastante danosa, vindo a afetar os prismas sociais da pessoa.

O Estado de Mato Grosso, atento às possíveis percas e acolhendo a visão coerente do necessário tratamento de seu funcionalismo, preocupou-se com essa causa e, através de uma legislação pertinente e ações políticas, busca trabalhar nessa questão, afim de aprimorar sua prestação de serviços. Neste artigo, buscamos apresentar uma análise contemporânea sobre a legítima efetividade que as ações voltadas à Política de Saúde e Segurança no Trabalho vêm trazendo para a Qualidade de Vida no Trabalho dos Policiais Militares do Estado. A Lei Complementar nº 502, de 07 de agosto de 2013, estabelece a obrigatoriedade da prática de Políticas de Saúde e Segurança no Trabalho no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. Neste sentido, a Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso, através da Gerência de Aplicação, Desenvolvimento, Saúde e Segurança (GADSS/SESP), vem realizando nos últimos anos as ações voltadas aos servidores, como veremos ao decorrer do artigo.

O tema abordado revela uma pesquisa de ampla valia, uma vez que permitiu identificar as ações relacionadas com a Saúde e Segurança no Trabalho realizadas pela Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso e seu alcance atual. Dada a proposta do estudo e os resultados acenados, seguiremos com as possibilidades viáveis aos administradores do Estado, tanto por parte da Secretaria, como da Corporação Policial Militar, afim de promover ajustes necessários, correções e até mesmo a ampliação de ações voltadas à busca por Qualidade de Vida no Trabalho.

Inicialmente, amparamos, com base em referencial bibliográfico, aspectos positivos do investimento na “Qualidade de Vida e Qualidade de Vida no Trabalho”, trazendo, assim, a conceituação de que não se tratam de causas supérfluas, mas sim de requisito essencial para o alcance de maior e melhor produtividade humana, sendo o fator humano considerado parte primordial de um bom planejamento estratégico.

Entender e abordar o tema estresse dentro da Corporação Policial Militar, os específicos fatores estressores desses profissionais e os potenciais danos trazidos por ele fez parte deste estudo, uma vez que são esses fatores preponderantes no esgotamento da Qualidade de Vida, para tanto, dedicamos pautas a isso no decorrer do artigo.

Afim da consecução do objetivo de diagnosticar a efetividade das ações, trouxemos dados analíticos e numéricos sobre a aplicação das ações no âmbito da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso - PMMT, sendo assim, procedemos entrevistas com a coordenadora da Gestão de Pessoas e com o gerente da Gerência Aplicação, Desenvolvimento, Saúde e Segurança. Os entrevistados são atualmente os responsáveis pela efetivação de trabalhos voltados ao diagnóstico e a promoção de ações que tragam como resultado a melhoria do ambiente de trabalho. Por seguinte, entrevistamos o coordenador da Coordenadoria de Assistência Social (CAS) da PMMT, o qual cumula as funções da assistência social com a demanda de Promoção de Qualidade de Vida na PMMT. Por derradeiro, aplicamos questionários, realizando análises quali-quantitativas com de policiais militares participantes de eventos alusivos à Promoção de Qualidade de Vida ofertados pela Secretaria de Segurança Pública.

Com base nas informações e dados alcançados, conseguimos obter a matéria necessária para podermos analisar a efetividade ou não das ações de promoção de Qualidade de Vida na PMMT e como essas ações são percebidas pelo público atendido. Formamos, assim, um diagnóstico atual sobre o contexto pesquisado. Acreditamos que, a par de tais informações, as ações de QVT possam ser aprimoradas e expandidas atendendo efetivamente o público policial militar, agregando, desta forma, maior valor ao capital-humano institucional, com sequente

aumento de capital-social e melhoria na prestação dos serviços à sociedade matogrossense.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E O RECURSO HUMANO

Realçando o entendimento alusivo ao arcabouço administrativo de uma empresa ou instituição, consideramos que o processo de gestão estratégica deve ponderar seu objeto de forma não isolada e sim como um sistema tendo, portanto, “um conjunto de partes interagentes e interdependentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuando uma função.” (OLIVEIRA, 2006, p.53).

Cientes de tal conceito, podemos compreender o empenho da administração pública do Estado ao se atentar através de um arcabouço legislativo no desígnio de alcançar premissas que absorvem a rotina da gestão face aos devaneios administrativos, uma vez que, as decorrências pouco estimadas com relação ao setor de pessoal geram discretos prejuízos. Contudo, em período delongado, são esses subestimados fatores que ressaltam negativamente diante de quesitos, tais como, boa prestação de serviço, qualidade do ambiente de trabalho, números de produtividade, aumento de boas estatísticas, bem como, a qualidade desta produção, capacidade de *know-how*³, fluidez em direção à ampliação e melhoria do que foi planejado, alcance de objetivos e metas e, ainda, geração de sequência num possível processo de controle de qualidade e, sucessivamente, na efetividade da prestação de serviços e produtos, ampliando a confiabilidade, legitimidade, reconhecimento e valor da empresa.

Ao perceber, observar e tratar como demanda a necessidade de se cercar de atitudes planejadas, uma empresa adquire a chamada “postura estratégica” estabelecendo uma escolha consciente de uma programada e ajuizada alternativa de caminho e ação para cumprir sua missão.

³ *Know-how* é um termo em inglês que significa literalmente "saber como". Know-how é o conjunto de conhecimentos práticos (fórmulas secretas, informações, tecnologias, técnicas, procedimentos, etc.) adquiridos por uma empresa ou um profissional, que traz para si vantagens competitivas. Dado obtido em www.significados.com.br.

Para Oliveira (2006), um planejamento estratégico oportuniza identificar e conhecer profundamente os pontos fracos, afim de eliminá-los, conhece-se, também, os pontos fortes para melhor utilizá-los, ressalta as oportunidades podendo melhor usufruí-las e identifica as possíveis ameaças com objetivo de evitá-las.

Resumidamente, consideramos o conceito de Planejamento Estratégico como o “processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida pela empresa, visando ao otimizado grau de interação com o ambiente e atuando de forma inovadora e diferenciada.” (OLIVEIRA, 2006, p.47)

O planejamento é um importante instrumento de administração, sendo ele estratégico, ou seja, pormenorizadamente elaborado e considerando uma base de dados importantes à empresa, será certamente essencial, principalmente, em tempos de crise e/ou indefinidos, quando se tem a necessidade da parcimônia e de produzir mais com menos, trata-se de uma ocasião primordial para as empresas programarem um futuro que alcance seu potencial necessário e desejado, sob pena de subsistir, perecer ou imergir (OLIVEIRA, 2006).

As empresas, incluindo as instituições estatais, vêm sofrendo grande pressão do contexto externo. Tal como cita Dutra (2006, p.15), as “alterações em padrões de valorização sociocultural, a velocidade das transformações tecnológicas e do ambiente e as alterações nas condições de vida”, tornam imperativo uma revisão na forma de gerenciar pessoas, em prol do “conjunto de expectativa das pessoas em sua relação com as organizações e com seu trabalho” (DUTRA, 2006, p.15), dentre as mudanças elencamos:

Mudanças sociais: Pessoas cada vez mais conscientes de si mesmas e, por consequência, mais mobilizadas pela autonomia e liberdade em suas escolhas de carreira e de desenvolvimento profissional; Pessoas mais atentas a si mesmas em termos de sua integridade física, psíquica e social, que cultivam a cidadania organizacional e exercem maior pressão por transparência na relação das empresas com elas e por processos de comunicação mais eficiente; Pessoas com expectativa de vida maior, ampliando seu tempo de vida profissional ativa, como decorrência disso, há maior exigências de condições concretas para o contínuo desenvolvimento; Pessoas que demandam oportunidades e desafios profissionais e pessoais e contínua atualização e ganho de competência como condição para a manutenção da competitividade profissional (DUTRA, 2006, p.16).

Claramente, observamos que as ações de planejamento e políticas devem focar também na gestão de pessoas uma vez que a matéria prima humana é elemento essencial na produção e deve ser tratada como um recurso a ser administrado, através de “um conjunto de políticas e práticas que permitem a conciliação de expectativas entre a organização e as pessoas para que ambas possam realizá-las ao longo do tempo” (DUTRA, 2006, p.17).

Urge tratar de forma sistêmica a gestão de pessoas. Não é mais razoável um processo simplesmente cartorário para tal fim, esse processo foi superado há tempos por empresas que objetivam a manutenção de seu mercado. Para tanto, torna-se obrigatório para isso, enxergar o papel das políticas públicas nesse sentido, bem como as ações, o desempenho, o direcionamento e trato do capital humano uma vez que esse é essencial. Tratar as expectativas e necessidades também pessoais do empregado origina maior efetividade ao serviço prestado ou produto, contudo, sem se abster da visão funcionalista, levando em conta as alternativas que considerem e favoreçam, dentre outras, “práticas de gestão que privilegiam a conciliação de expectativas das pessoas e da empresa” (DUTRA, 2006, p.20).

Estudos mostram que indivíduos de nações desenvolvidas, buscam estabelecer relações baseadas nelas próprias, pois os vínculos fora dessa concepção seriam frágeis, voláteis, movediços, portanto, remetem-se a si mesmos preocupando-se em cuidar de suas integridades física, mental, social, espiritual e desenvolvem mais críticas de suas relações com o ambiente (DUTRA, 2006).

QUALIDADE DE VIDA E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Falar em qualidade de vida pressupõe a adoção de uma filosofia individual. Precisamos saber quais são nossos objetivos, em que valores eles são fundados e também saber por quais princípios éticos guiamos nossa experiência.

Poucos são capazes de formular tais inquietações e procurar respostas concretas. Mas, certamente, todos vivem essa perplexidade. Ao falar em qualidade de vida, temos de entrar no campo da teoria das motivações humanas. O conhecimento científico no campo psicossocial possui dimensões amplas. O quadro

didático, da hierarquização das necessidades humanas de Maslow, conforme referenciado em Hesketh e Maria (1980), é extremamente útil, validado e enriquecido por inúmeras contribuições da ciência moderna. Sobrevivência, expressão social, reconhecimento, prestígio e autorrealização são motivadores que induzem o homem a ser e poder ser. Primordialmente, há a valorização da dignidade e ser tratado com tal concepção. Será que o trabalho, as condições do trabalho e a organização do trabalho permitem que o homem se realize plenamente?

Na visão de Vasconcelos (2001), no século XX, muitos pesquisadores contribuíram para o estudo sobre satisfação do indivíduo no trabalho. Entre eles destaca-se Helton Mayo, cujas pesquisas são altamente relevantes para o estudo do comportamento humano, da motivação dos indivíduos para a obtenção das metas organizacionais e da qualidade de vida do trabalhador, principalmente, a partir das pesquisas e estudos realizados na Western Electric Company (Hawthorne, Chicago), no início dos anos 20, que culminaram com a Escola de Relações Humanas.

Segundo Vieira (1996), como investigação científica, a qualidade de vida no trabalho surgiu na década de 1950, na Inglaterra, pretendendo analisar a relação indivíduo-trabalho-organização. Criando um conceito sócio-técnico que considera o contexto de que, na década de 60, tomaram impulso iniciativas de cientistas sociais, líderes sindicais, empresários e governantes, na busca de melhores formas de organizar o trabalho a fim de minimizar os efeitos negativos do emprego na saúde e bem-estar geral dos trabalhadores.

A expressão qualidade de vida no trabalho só veio a aparecer publicamente no início da década de 70, através do professor Louis Davis (UCLA, Los Angeles).

Analisando-se os diversos estudos de QVT, nota-se que não há unanimidade quando os diversos autores formulam seus conceitos sobre o tema, contudo a QVT, segundo Limongi-França et al (2002), também está relacionada com os objetivos do movimento sindical após a grande crise dos anos 1930, que se concentraram na segurança e na salubridade do trabalho, no tratamento dispensado ao trabalhador e no aumento de salários. É, também, associada ao enfoque da psicologia surgido na década de 1950, em que se considera a existência de uma correlação positiva entre estado de ânimo e produtividade e se afirma que é possível

elevá-los mediante a melhoria das relações humanas. Faz parte dos novos conceitos da década de 1960 como igualdade de oportunidades e os inúmeros esquemas de enriquecimento do trabalho.

Vieira (1996) aponta quatro estágios para o entendimento do movimento pela qualidade de vida no trabalho, resultado das conquistas sociais, do avanço das teorias administrativas e do estágio de desenvolvimento econômico das sociedades, abrangendo as condições de subsistência, incentivos salariais, reconhecimento social, a liderança democrática, o treinamento, a participação e a moral do grupo, como dimensões da qualidade de vida no trabalho e, por último, mas não menos importante, a autorrealização.

Mesmo diante do fato que a QVT já era estudada em diversos países, no Brasil, somente a partir dos anos 1980 começaram alguns estudos, com grande influência dos modelos estrangeiros.

Segundo Limongi-França et al (2002), Walton, um dos pesquisadores pioneiros da sistematização dos critérios e conceitos de QVT, define-a como algo além dos objetivos da legislação trabalhista, surgido no começo do século XX com a regulamentação do trabalho de menores, da jornada de trabalho e descanso semanal e das indenizações por acidente de trabalho.

De acordo com Rosa e Pilatti (2006) as iniciativas de QVT tem dois objetivos: de um lado, aumentar a produtividade e o desempenho, de outro, melhorar a QVT e a satisfação com o trabalho.

Chiavenato (1999) entende que a QVT tem sido utilizada como indicador das experiências humanas no local de trabalho e do grau de satisfação das pessoas que desempenham o trabalho. De modo a atingir níveis elevados de produtividade e qualidade, as organizações precisam de pessoas motivadas. A competitividade organizacional e, obviamente, a qualidade e produtividade passam, obrigatoriamente, pela QVT.

Vasconcelos (2001) nos chama atenção para o fato de que a QVT é uma evolução da Qualidade Total, não sendo possível falar em Qualidade Total se não se abranger qualidade de vida das pessoas no trabalho. Para tal autor o esforço que tem que se desenvolver é o de conscientização e preparação para uma postura de

qualidade em todos os sentidos, sendo necessária a coerência em todos os enfoques. Assim, QVT significa condições adequadas unidas ao desafio de respeitar e ser respeitado no campo profissional, ficando como muito imediatista o trabalho focado em serviço social e saúde, fazendo-se necessário colocar o tema num contexto mais intelectual, não só concreto e imediato. O excesso de pragmatismo leva ao reducionismo. A QVT deve estar num contexto mais amplo do que qualidade e gestão. A gestão de pessoas deve, portanto, incluir esta preocupação.

O desenvolvimento de programas de QVT proporciona inúmeros benefícios, podendo ser citados: a redução do absenteísmo, redução da rotatividade, atitude favorável ao trabalho, redução/eliminação da fadiga, promoção da saúde e segurança, integração social, desenvolvimento das capacidades humanas e aumento da produtividade.

Analisando se o trabalhador não tiver condições de trabalho adequadas, se estiver sofrendo processos de desmotivação, se estiver com sua saúde comprometida, as possibilidades de erros se tornam muito grandes, não sendo assim possível separar a condição humana do processo, como se um não pudesse interferir no outro.

Os diversos estudos sobre o assunto demonstram que a verificação de índices de QVT pode trazer informações de fatores que interferem diretamente na satisfação e motivação pessoal e coletiva, com reflexos na excelência da estrutura e do serviço.

Exemplos de grandes e renomadas empresas que investem em qualidade de vida no trabalho de seu pessoal foram divulgados como fontes inovadoras que trazem bem-estar aos seus funcionários, ensejando, conseqüentemente, em maior rentabilidade. Dentre as políticas das empresas, temos, conforme publicado na pesquisa em Exame (2019), a empresa Kraft que traz, desde 2007, ações como a flexibilidade de horários de entrada e saída; a sexta-flex, com liberdade para não trabalhar no período vespertino, cumprindo o banco de horas oportunamente e o dia de aniversário livre. A pesquisa exemplifica, ainda, a HP que possui há mais de 15 anos horário flexível de trabalho e trabalho remoto. Na mesma pesquisa, o Google - maior site de busca do mundo - explana que possui horário flexível de trabalho, baseado na cultura de privilegiar a liberdade e responsabilidade das pessoas que trabalham ali, a empresa foca nas metas e não nos processos. A flexibilização de

horários foi verificada, ainda, em empresas como Multiplus (gestora do programa de fidelidade da TAM), Serasa Experian e Vagas Tecnologia (responsável pela contratação de funcionários de empresas como OI, Itaú e Avon).

Os benefícios gerados pelo trato da Qualidade de Vida no Trabalho têm uma pequena amostra científica também registrada na própria PMMT, com base na pesquisa de Oliveira (2017), após a aplicação de um projeto pioneiro nominado “Saúde em QAP”. O projeto ofertava aos policiais voluntários participantes, acompanhamento individual e personalizado, oferecendo gratuitamente serviços integrados de profissionais da área nutricional, físico-postural, sendo avaliado e mensurando também fatores antropométricos, biológicos, genéticos bem como aspectos psicológicos e socioeconômicos. A pesquisa conglomerou aspectos clínicos e análise de dados de onde se extraíram relatos como:

Entrevistado 1: “Cuidam de cavalos, cachorros, viaturas, férias... A rotina é sempre quebrada, mas pensar na qualidade de vida do PM para que ele possa prestar um serviço melhor...esse é o primeiro.” Entrevistado 2: “Sentindo bastante a melhora, mais animada, mais disposição para tudo, a vida melhorou bastante, inclusive no emprego.” Entrevistado 3: “Melhorei, mais feliz, mais disposto, mais animado para o trabalho e para a família e mais disposição para cuidar da saúde.” Entrevistado 4: “Tenho mais disposição para as abordagens e nos demais serviços e mais paciência em geral.” Entrevistado 5: “Consigo lidar melhor com os picos de estresse.” Entrevistado 6: “A saúde física melhorou muito e meu psicológico melhorou bastante.” Entrevistado 7: “Qualidade de vida e saúde para toda minha família.” Entrevistado 8: “Hoje durmo melhor, faço exercício sem cansaço que tinha antes, meu humor melhorou, (...) me sinto de bem com a vida e melhorei meu bem estar.

ESTRESSE POLICIAL MILITAR NA PMMT: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Originária do latim, a palavra estresse é utilizada na língua inglesa como “stress” que significa pressionar, tensionar, insistir.⁴

⁴ ESTRESSE, Significado de. Disponível em <http://www.significados.com.br/estresse/>, acessado em 22Jan2019.

Em 1926, o médico húngaro endocrinologista e pesquisador Hans Selye realizou os primeiros estudos sobre o estresse, submetendo cobaias a estímulos estressores e observou os sintomas em 3 fases sucessivas: alarme, resistência e esgotamento. Após a fase de esgotamento, constatou-se o surgimento de doenças como úlcera, hipertensão arterial, artrites e lesões no músculo cardíaco (CORREA, 2018).

Temos como ponto fatídico para amparo da problemática deste artigo, o fato de que, nos tempos atuais, o estresse se tornou queixa comum e que tem afetado pessoas que seguem na lide ainda que esgotadas ou desmotivadas para o bom desempenho de seus trabalhos. Desconsiderar tal fato passa a ser uma forma de se iludir, paliativa e pouco efetiva a longo prazo para tratar assunto contundente e que se espalha silenciosamente, assim como as decorrências e doenças que vêm debilitando os trabalhadores envolvidos na nova forma societária, que é, ainda, inapta à demanda para trato do ser de forma integral e satisfatória.

Fatores estressores em geral são cumulativos e diversos, tais como dificuldades financeiras, transporte urbano sobrecarregado, inseguranças em geral para com os serviços de saúde, educação e segurança, desajustes conjugais, cenário político incerto, dentre outros. Como vemos em Correa (2018), os chamados gatilhos que percutem são iminentes em todos os ambientes e circunstâncias, trazendo consigo consequências custosas à sociedade, principalmente às famílias, e empregadores, considerando o pressuposto de que um indivíduo doente certamente não contribuirá com o potencial tal como se tivesse em sua condição de saúde plena.

O estresse no trabalho ou estresse ocupacional, muda sobremaneira o modo de vida do ser humano em todos os sentidos, podendo não só agravar como potencializar diversos desfechos negativos, em amplo aspecto, tal como social, fisiológico e psicológico. As demandas sociais crescentes levam a sociedade a trabalhos cada vez mais competitivos e que exigem resultados amplos, com um remonte de inúmeras informações em velocidade recorde, e ainda ao estímulo incessante para o consumo. Conforme Correa (2018), isso vem aumentando o estresse, provocando transtornos psicológicos e doenças fisiológica gravíssimas. Essas modificações se relacionam com fatores fisiológicos, psicológicos,

comportamentais e cognitivos que a pessoa vai acumulando e que ao longo do tempo, sem perceber, se encontra num quadro doentio.

Em estudo alusivo aos fatores estressores da lide policial militar, segundo Bugalho e Bugalho Neto (2017), na prática vivenciada, as origens estressoras do trabalho são consequências, também, da estrutura física do ambiente (iluminação, ruídos, temperatura, etc.) e aqueles que estão relacionados à atividade a ser executada e os relacionamentos que dela advém, como papel funcional conflitante, problemas no grupo, características da organização, relacionamento familiar, problemas econômicos e distância do local de trabalho. Há, também, outros seis indicadores de análise para serem considerados como fonte de estresse, segundo Bugalho e Bugalho Neto (2017, p.68), que são “fatores intrínsecos ao trabalho, o papel do indivíduo na organização, os relacionamentos interpessoais, as perspectivas futuras e satisfação do indivíduo com a carreira, o clima e a estrutura organizacionais e a interface casa-trabalho.”

Os mesmos autores, com base na aplicação de instrumentos de avaliação e inventário emitidos a 147 Policiais Militares de Mato Grosso por profissionais de psicologia, apresentam em seu artigo os seguintes resultados:

- 40% dos policiais militares apresentam sintomas de estresse, estando acima da média geral da população brasileira;

- Características individuais como nível de responsabilidade na carreira e idade são fatores influentes no nível de estresse. Sendo diagnosticado que dentre os oficiais o índice de estresse é maior do que dentre as praças. E ainda, na faixa etária entre 31 e 40 anos, ocorrem os picos de estresse na carreira.

- Destaque para uma variável apresentada: o fator gênero foi preponderante para o aumento do nível de estresse das mulheres na amostra pesquisada, sendo que 73% das mulheres policiais apresentam-se estressadas, e, dentre os homens policiais, esse número é de 37%. A pesquisa acena que as mulheres são mais afetadas aos fatores estressores organizacionais na PMMT do que os homens.

A pesquisa segue trazendo dados referentes aos maiores fatores geradores de estresse, sendo as 10 (dez) primeiras colocações:

1º lugar (ambos com 82%): morte de parceiro e sobrecarga de trabalho; 2º lugar (ambos com 80%): escalas extras fora do horário de trabalho e ver crianças mortas ou espancadas; 3º lugar (ambos com 78%): ver colega desmoralizado ou maltratado por Instituições correcionais e sensação de interferência política externa em seu ambiente de trabalho; 4º lugar (76%): mudança de escala, empatado com ser designado para tarefas desagradáveis e com ver colega morto no cumprimento do dever; 5º lugar (74%): receber salário insuficiente; 6º lugar (73%): receber salário insuficiente, empatado com falta de equipamento para o trabalho e empatado com ter que cumprir lei consideradas injustas; 7º lugar (72%): ter equipamento de trabalho de má qualidade, empatado com trabalhar junto com colega que não desempenha bem sua função policial, e empatado ainda com dificuldade e falta de assistência médica, 8º lugar (ambos com 71%): situações que requeira o “uso da força” e ser punido administrativamente; 9º lugar (70%) empatam nessa colocação: não receber apoio do superior, atender crime em andamento, confronto com multidões agressivas e conhecer notícias sobre a PM interpretadas erroneamente; 10º lugar (70%) empatam nessa colocação: ser insultado pessoalmente pelo público, sensação de interferência política interna em seu ambiente de trabalho, ser designado para missões para as quais não está preparado, receber treinamento insuficiente ou inadequado e sentir falta de apoio de colegas e superiores no serviço.

LEGISLAÇÃO MATO-GROSSENSE PERTINENTE AO TEMA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

A Lei Complementar nº 502, de 07 de agosto de 2013, que dispõe sobre Políticas de Saúde e Segurança no Trabalho no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, versa no seu art. 1º, parágrafo 2º que “os órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual têm a responsabilidade de realizar a promoção, proteção, prevenção, vigilância em saúde e segurança no trabalho e o acompanhamento dos servidores na recuperação de sua saúde”.

Através do Decreto nº 1.919, de 29 de agosto de 2013, foi instituída a Política de Saúde e Segurança no Trabalho para os Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

O referido Decreto traz em seu artigo 2º os objetivos da Política de Saúde e Segurança no Trabalho, através do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho, dentre os objetivos estão, melhorar as condições de Saúde e Segurança no Trabalho e prevenir acidentes em serviço, doenças profissionais e do trabalho.

Em seus artigos 3º e 4º estão as competências sobre a Política de Saúde e Segurança no Trabalho, sendo que no art. 3º expressa que compete à Secretaria de Estado de Administração, realizar estudos, normatizar, propor diretrizes, planejar, monitorar e avaliar as ações em matéria de saúde e segurança no trabalho dos servidores ativos do Poder Executivo Estadual.

O artigo 5º dispõe que tal política será instituída em três eixos, sendo eles promoção, prevenção, proteção e vigilância em saúde com ações para intervir no processo de adoecimento do servidor, acompanhamento dos servidores na recuperação de sua saúde, dentre outras medidas.

Através do Decreto nº 1.920, de 29 de agosto de 2013, foi criado o Conselho de Saúde e Segurança no Trabalho para Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, denominado CONSASET, o qual está vinculado ao Secretário de Estado de Administração, atualmente denominado Secretário de Estado de Gestão.

Dentre as competências do CONSASET está a de acompanhar e avaliar o impacto dos programas e intervenções realizadas no Estado de Mato Grosso.

Colaborando com a Política de Saúde e Segurança no Trabalho foi instituído através do Decreto nº 393, de 15 de janeiro de 2016, o Manual de Saúde e Segurança no Trabalho para os Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. Tal manual apresenta estratégias, instruções e procedimentos que auxiliam o cumprimento da legislação, pois, devem se transformar em itens normativos em meios de gerenciamento, como versa na própria publicação.

O mesmo manual ainda cita que é responsabilidade do Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Gestão, adotar estratégias e práticas administrativas para o monitoramento e intervenções pertinentes de maneira que existam continuamente condições salubres de trabalho objetivando reduzir ou eliminar o impacto dos riscos sobre a saúde.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO/PMMT E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Na busca por informações e dados fidedignos, bem como ensejando a compreensão e apreciação das ações geradas face a todos os aspectos legais acima citados, realizamos uma pesquisa no âmbito da Secretaria de Segurança Pública e também no âmbito da PMMT, na aspiração de observar em qual parte do processo de gestão pela Qualidade de Vida no Trabalho o Estado se encontra e quais seus limitadores, suas metas e resultados.

Para a realização dessa parte da pesquisa, foi utilizado o método hipotético-dedutivo. Realizou-se, também, uma abordagem qualitativa e quantitativa na apresentação dos resultados.

Fizemos, primeiramente, entrevistas na Secretária de Segurança Pública, com Keila Nunes Costa - Coordenadora da Gestão de Pessoas e com Éder Willian Salvaterra - Gerente da Gerência de Aplicação, Desenvolvimento, Saúde e Segurança (GADSS). Os entrevistados são, atualmente, os responsáveis pela efetivação de trabalhos voltados ao diagnóstico e a promoção de ações que tragam como resultado a melhoria do ambiente de trabalho como um todo, tanto no que se refere aos pragmáticos aspectos de segurança, quanto aos aspectos mais tênues e não menos relevantes, como bem-estar das pessoas. Seguimos em entrevista com o coordenador da Coordenadoria de Assistência Social da Polícia Militar - Major PM Diego Fabiano Souza Tocantins, policial militar responsável pela efetivação das ações de Saúde e Segurança do Trabalho na Corporação.

Num segundo momento, utilizamos instrumentos de coleta de dados, consistindo na extração de informações através de questionários aplicados a policiais

militares do segundo Comando Regional da PMMT (região metropolitana de Cuiabá), sendo o público alvo constituído por 10 Praças de ambos os sexos, que trabalham nos quartéis da cidade de Várzea Grande.

ENTREVISTA 1

As questões abordadas, no dia 28 de janeiro de 2019, em entrevista realizada junto à Secretaria de Segurança Pública, com Keila Nunes Costa – Coordenadora da Gestão de Pessoas e com Éder Willian Salvaterra – Gerente da GADSS, com suas respectivas respostas e análises, foram as seguintes:

Quais as principais ações realizadas pela Gerência de Aplicação, Desenvolvimento, Saúde e Segurança da SESP - MT em 2018, na região metropolitana de Cuiabá, em conformidade com o Decreto nº 1.919, de 29 de Agosto de 2013?

Os entrevistados Costa (2019) e Salvaterra (2019) responderam terem algumas ações específicas que são programadas para gerenciamento de estresse, treino de controle de estresse, treinamento para líderes trabalhados junto à PMMT, principalmente nos Batalhões Especializados e que fazem avaliações psicológicas para o processo seletivo de treinamento, bem como o mapeamento e descrição do perfil de competência.

Costa (2019) e Salvaterra (2019) explanaram que a ação mais relevante em 2018 foi a “formatação” das Comissões Locais de Segurança no Trabalho - CLSTs -, por serem essas “um braço da Gestão de Pessoas, do Comitê”, para o alcance e cumprimento do exarado no decreto.

Em análise da questão, evidencia-se a organização atual da Secretária através do Comitê, que se expandiu via formação de Comissões, demonstrando organização para continuidade dos trabalhos através das mesmas. Essa informação enfatiza que, além das ações já executadas, há o preparo e planejamento para a execução de ações futuras pela Secretaria.

As ações realizadas em 2018 foram suficientes à demanda existente na região metropolitana?

Costa e Salvaterra (2019, p. 30), enfaticamente, disseram que não, explanando que as deficiências ainda são quanto à escassez de “profissionais com os perfis específicos na Saúde e Segurança, dentro do Comitê”. Esclareceram, ainda, que no interior não há comitês, o que gera a insuficiência na aplicação dos trabalhos a partir das demandas que se têm, clamam sobre a precisão de encontrar uma forma melhor de estender essas ações à todo território estadual.

Ao ajuizarmos sobre a questão verificamos que ocorre a exposição de uma carência quanto aos profissionais competentes para a recepção do público de forma eficiente e legítima. Queixam ser esse um dos fatores que impedem a ampliação dos trabalhos e ações no atendimento do efetivo de todo o Estado de Mato Grosso.

Qual o nível de aceitação/participação dos servidores quanto às ações realizadas em 2018?

Costa (2019, p. 31) entende que “a aceitação é um pouco difícil”. Durante a entrevista relata que algumas ações são mais fáceis, pois há interesse dos servidores, mas principalmente quando se fala de doença, ou de saúde, ou em relação às doenças psicossomáticas, na abordagem da prevenção, os servidores são mais resistentes. A entrevista aponta que quando os servidores são escalados apenas nos horários de folga do serviço, o resultado é a baixa aceitação do tratamento e das demais ações da Gerência e esclarece, ainda, que os profissionais nem sempre são encaminhados para receberem o necessário auxílio ou tratamento no momento correto.

Costa (2019, p. 31) acredita que é preciso institucionalizar essas ações, ela diz:

(...) porque fica muito do esforço de quem está na gestão, não é uma ação que o servidor sabe que ele pode ir que ele vai encontrar. Por exemplo: muda o comando, muda o gestor da Diretoria de Saúde, a gente já não tem o mesmo apoio com o pessoal do Comitê. É bem complicado.

A resposta comprova também a aceitabilidade instável do público-cliente, os quais denotam pouca conscientização dos benefícios de QVT e ainda um certo pudor em se exporem como despojados de tal cuidado.

Ainda em apreciação dos relatos trazidos, verificamos que a valoração das ações depende muito da sensibilidade dos gestores, portanto, aquele gestor que entende de maneira mais humanizada, que valoriza a prevenção, procura assistência. O gestor que não pensa assim subestima a relevância da função.

Tais relatos comprovam a prejudicial personificação das ações geradas pelo serviço públicos, a forma pessoal como são tratados os projetos e programas refletem negativamente também na orientação da gestão de pessoas, que fica à mercê do particular empenho e valoração dos gestores para com essa ou aquela demanda, desconsiderando que se trata de lei à ser cumprida e ainda que já existem políticas consistentes referente à esse assunto.

Quais foram as dificuldades encontradas para realizar as ações em 2018 principalmente?

Primordialmente a entrevistada Costa (2019) cita a baixa quantidade de membros do comitê, bem como seus perfis, citam exemplos de perfis essenciais como o médico do trabalho, engenheiro de segurança no trabalho e técnicos de segurança no trabalho. Salvaterra (2019, p. 31) relata que “é difícil exigir isso também do nosso Quadro, porque eles não foram efetivados para isso especificamente, então essa é uma das maiores dificuldades que a gente tem”.

Outra dificuldade apontada, segundo Costa (2019) é com relação à disponibilidade dos membros do Comitê, ou seja, é grande a incidência de responsáveis pelas ações da Secretaria de Segurança e dos seus órgãos, que faltam às reuniões e deveriam participar mais do planejamento. Os entrevistados entendem que isso se dá também porque os profissionais possuem outras atribuições cumulativas. Costa (2019, p. 31) ainda reclama dizendo “a gente tem muita dificuldade nisso, em colocar o comitê para desenvolver as ações, de fazer com que os servidores participem, de fazer que a gestão entenda que é importante, que vai resultar no desempenho do profissional na área fim.” Os entrevistados Costa (2019) e Salvaterra (2019) manifestam, ainda, a dificuldade de despertar nos servidores a compreensão de que a Secretaria e os seus órgãos constituem um corpo único, devendo ter objetivos comuns em relação às ações aqui citadas.

Ponderando sobre a resposta, mais uma vez temos a sinalização das dificuldades e necessidades de priorização do emprego de profissionais capacitados e competentes no processo de execução das ações do comitê na busca de QVT, considerada a necessidade de emprego específico do efetivo ali investido. A resposta dada aponta, também, para a pouca conscientização dos atores envolvidos na gestão,

tanto quanto a necessidade de inclusão e efetivação das ações, tanto quanto à necessária integração dos profissionais comissionados e ou englobados de forma geral na causa.

Os órgãos da SESP-MT realizaram em 2018 trabalhos seguindo as diretrizes dessa Secretaria ou existiram dificuldades de integrá-los nas ações?

Costa (2019) respondeu terem dificuldades em fazer essa integração, uma vez que a estrutura da Coordenadoria da Secretaria não está inserida no Regimento Interno, por isso não podem demandar ordinariamente diretrizes para os órgãos subordinados da Secretaria. Assim atuam como executores do Processo de Gestão de Pessoas, e que alguns programas. Disseram sentir dificuldades por não terem gestão sobre as ações que as psicólogas, as assistentes sociais fazem dentro da Polícia Militar e argumentam não serem legalmente competentes para isso. Costa (2019, p. 32) relata que:

(...) embora se entenda que a SESP tenha que dar essa diretriz, a gente precisa discutir isso internamente, estrategicamente (...) o que nós vamos fazer, então fica que cada um faz um pouquinho do que o decreto fala, pingadinho e acaba que você não atinge os servidores, porque o universo de servidores nosso é enorme, a PM é a maior dentro da SESP, e também tem uma equipe pequena de profissionais na área de Saúde e Segurança dentro da SESP, então é bem complicado (...) muito difícil (...).

O entrevistado Costa (2019) enaltece que, mesmo com as dificuldades, conseguiram em 2018 constituir as Comissões Locais de Segurança do Trabalho – CLST's, fazer o treinamento básico, que é uma capacitação em torno de 20 à 24 horas, em alguns municípios. Conseguiram levar as comissões locais para o interior do estado: Rondonópolis, Barra do Garças, Tangará da Serra, Cáceres, Sinop. Conseguiram capacitar as Comissões locais na região metropolitana. Alcançaram as metas da Diretriz, que expõe documentalmente a obrigatoriedade de haver essa capacitação das Comissões locais e esclarece que, na região metropolitana, foi instituído por cada Força, sendo assim, tem-se hoje uma Comissão local da PM, Comissão local do Bombeiro Militar, da POLITEC e da Polícia Judiciária Civil.

Relata a necessidade de fortalecer as CLSTs, para então conseguirem que as ações sejam expandidas, alcançando mais servidores e sendo realmente institucionalizadas, independente de Gestão. Defende que, ao se precisar de uma

demanda médica trabalhista, de avaliação psicológica, de participação na semana de prevenção, possam ter com clareza um setor competente, precisa-se “fortalecer a CLST para que a Política desenvolva melhor” diz Costa (2019, p. 32).

A resposta expõe a dificuldade gerada em razão de atributos e competências legais desconcentrados e, novamente, entona sobre a falta de coesão quanto à origem e gerência das ações. No entanto, consideram positivamente a criação de várias CLST's e conclamam à necessidade de fortalecer tais Comissões buscando institucionaliza-las para o efetivo desenvolvimento da mesma.

Em considerações finais da entrevista foi questionado sobre a forma de se dar a integração das ações, se há algum planejamento de fomento das pequenas ações afim de que tenham continuidade e expansão, considerando que, por vezes, são ações desconhecidas pela própria Coordenadoria da Secretaria, contudo, que ocorrem nas Instituições trazendo resultados positivos e eficazes.

Em resposta os entrevistados Costa (2019) e Salvaterra (2019) disseram que foi montado junto a CLST, algo como um roteiro proporcionando a visão do que cada gestor competente está atualmente promovendo. Costa (2019, p. 33) diz “tanto é que eles fizeram um planejamento das ações 2019”. Costa (2019) e Salvaterra (2019) ressaltam que aguardam a definição da nova estrutura da Secretaria ser definida pelo atual Governo, uma vez que irá mudar toda a estrutura, para que então possam retomar o planejamento. Relatam, também, que foram previstas pelo menos três ações até junho de 2019. Contudo, conclamam a necessidade de pensar na Política de Saúde e Segurança. Costa (2019, p. 33) diz “da mesma maneira que se pensa na Secretaria Adjunta de Ação Integrada – SAIOP, que se pensa nas RISPs”, por exemplo.

A entrevistada Costa (2019, p. 33) argumenta que tem que haver uma Política que independente da Gestão de Pessoas, seja estrategicamente formada para o fim de promoção de Saúde e Segurança no Trabalho e que independentemente

(...) de estar lá no interior, funcione, que todo mundo consiga ter acesso, (...)deveria ter alguma coisa dentro da estrutura que ajudasse nessa integração, porque nós temos disposição, e até de certa maneira informal, fica para Gestão de Pessoas estar fazendo essa interlocução, mas legitimidade para isso, a gente não tem, para falar: “Ei! O que vai fazer?” (...) a SESP tem que pensar nessa questão até entender que isso aí, vai atingir o desempenho do Policial, que não adianta um policial estar

doente (...) ele não vai conseguir trabalhar direito, a SESP tem que pensar nesse sentido, de ser uma coisa maior dentro da SESP (...) que pudesse estruturar mesmo.

O entrevistado Salvaterra (2019) discorre que tanto as Comissões locais quanto os Comitês devem se unir e tentar sensibilizar os gestores que possuem os cargos maiores dentro da Segurança Pública, afim de que consigam executar as ações que foram descritas.

Citam que pediram aos municípios a descrição de até cinco ações para inserirem no Planejamento 2019, contudo, lembram que passamos por um momento de mudança de gestão de Governo do Estado e que as Secretarias passarão por mudanças e a SESP é uma dessas, considerando que vai abarcar a SEJUDH, ou seja, citam que terá que acontecer essa mudança no comitê e nas Comissões locais, principalmente no interior. Salvaterra (2019, p. 33) ainda argumenta que conversar com os nossos gestores é essencial, sensibilizá-los para que continuem as ações, considerando que a

(...) política já está escrita, agora de que maneira a gente consegue desenvolvê-la, é outra história, (...) tem toda uma questão de contenção de gastos nas diversas formas e em todos os setores das Secretarias, então (...) tem que ficar atento à isso também, seria uma maneira até de adaptação à nossa realidade.

Observamos o aceno positivo para a recepção das ações geradas pela Secretaria, afim de que alcancem o objetivo maior de promoção de QVT aos servidores públicos da Secretaria de Segurança Pública, contudo, percebemos a pendência trazida por parte dos entrevistados sobre a eminente necessidade de integrar, não só a gestão e execução das ações, como, principalmente, as competências legais para que haja legitimidade e força de aplicação dos processos advindos por parte dos responsáveis por essa lide.

ENTREVISTA 2

As questões abordadas, no dia 20 de fevereiro de 2019, em entrevista realizada junto à Coordenadoria de Assistência Social da Polícia Militar de Mato

Grosso, com o Major PM Diego Fabiano Souza Tocantins, com suas respectivas respostas e análises, foram as seguintes:

Quais as principais ações realizadas pela Coordenadoria de Assistência Social da Polícia Militar de Mato Grosso, no ano de 2018, na região metropolitana de Cuiabá?

O entrevistado Tocantins (2019) responde que apoiam com a assistência social, com auxílio funeral, apoio para fazer velório, apoio de direitos, indenizações, apoio junto às famílias do processo da pensão pós-morte, nos direitos de indenização e outros direitos. Auxiliam em questões funcionais à policiais acidentados fora de serviço, nos casos de dependência química, fazem estudos sociais motivados pelos Comandantes do Policial, afim de resguardar algum direito ou necessidade de familiar, de saúde ou de transferência. Disse ter realizado em 2018 um estudo social específico para a questão de moradia e serviço de capelania militar na Polícia para apoio aos necessitados. Disse Tocantins (2019, p. 34):

Nós temos muitos casos de transtornos psicológicos na tropa, policiais com depressão, policiais com estresse elevado, com outros transtornos de ordem mental, e a nossa equipe também faz um acompanhamento, encaminha para um psicólogo, começa uma terapia de grupo (...) psiquiatra, seja via SUS (...) ou via privada.

As ações realizadas em 2018 foram suficientes à demanda existente na região metropolitana?

O entrevistado Tocantins (2019) relata que houve uma demanda considerável e que, apesar da estrutura e efetivo, conseguiram dar uma resposta à altura do que os policiais precisavam, mesmo sem ter fundo financeiro para dar o apoio. Disse que possuem uma rede de parceiros para apoio institucional do próprio Comando da Polícia Militar, dos Comandos Regionais, Especializados, da própria Diretoria de Saúde. O entrevistado lamenta:

Agora, é bem verdade que existe uma demanda reprimida, que são os casos que estão dentro dos Batalhões e das Unidades e que por algum motivo não chegam até nós (...) já temos um projeto, de fazer um trabalho dentro das Unidades com o objetivo de fazer um diagnóstico e identificar essa demanda reprimida, ou seja, policiais que estão com problemas, estão em situação vulnerável e que precisam de uma intervenção direta nossa. É um projeto que está em fase de implementação (TOCANTINS, 2019, p.34).

Quais as dificuldades principais encontradas para realizar as ações da Coordenadoria no ano de 2018?

O entrevistado Tocantins (2019) discorre que a maior dificuldade seria a necessidade de um fundo financeiro para a Assistência Social para que pudessem comprar equipamentos para iniciarem mais trabalhos com qualidade e estruturar o setor, ampliar a logística e o efetivo, podendo expandir o atendimento para toda a tropa da Polícia Militar, não só Capital e região metropolitana, mas sim alcançar todos os polos regionais.

Quem estabelece os critérios e determina o planejamento e a execução das ações da Coordenadoria?

Tocantins (2019) responde que possuem um planejamento anual elaborado junto com a equipe e encaminhado para verificação e homologação do Comandante Geral Adjunto, que é o competente legal, conforme a Lei de Organização Básica da PMMT, contudo, fisicamente estão dentro da Diretoria de Saúde, que auxilia com o atendimento das demandas médicas, psicológicas e com a rede de serviço que a própria Diretoria de Saúde oferece.

QUESTIONÁRIOS

Visando conhecer a opinião dos policiais militares que é o público alvo dos serviços prestados pela Polícia Militar nas áreas de enfoque QVT abordadas neste estudo, ou seja, das ações relacionadas às Políticas de Saúde e Segurança no Trabalho, realizou-se a aplicação de 10 questionários. O critério para escolha da amostra foi a participação dos policiais no evento denominado “Ciclo de Assistência Social, Saúde e Bem-Estar da PMMT (CASSBEM)”, ocorrido no ano de 2018. O CASSBEM teve as seguintes atividades: palestras diversas, atendimento ambulatorial com encaminhamento para tratamento médico se necessário; avaliação do nível de estresse dos policiais participantes, dentre outros serviços. As perguntas do questionário foram as seguintes:

Participou em 2018 da atividade voltada para a melhoria da sua qualidade de vida, denominada “Ciclo de Assistência Social, Saúde e Bem-Estar da PMMT” (CASSBEM)?

100% dos pesquisados confirmaram participação no evento.

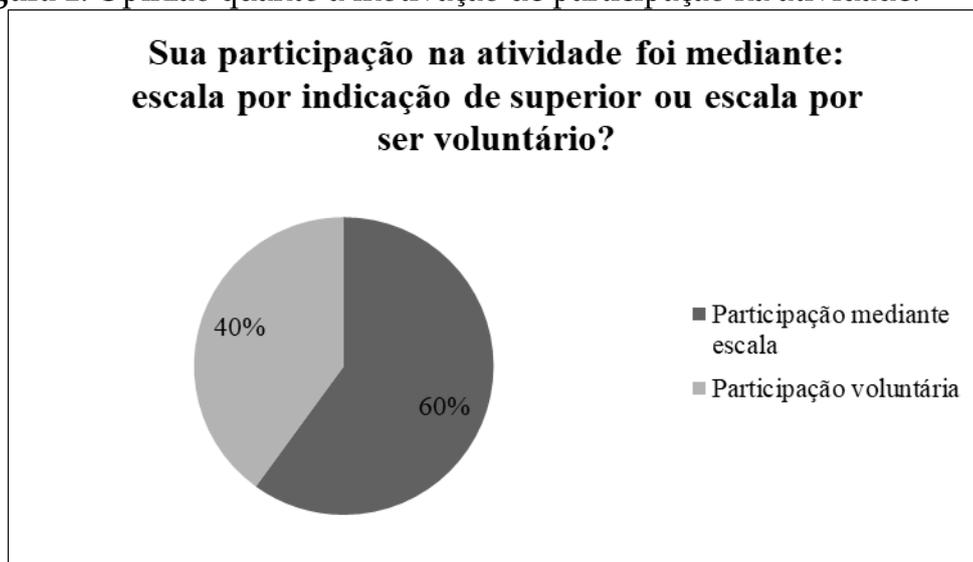
A atividade foi útil e aplicável para a melhoria da sua vida cotidiana?

100% dos pesquisados responderam que “Sim”.

Além do “CASSBEM” participou de outra atividade realizada pela Coordenadoria de Assistência Social ou pela Diretoria de Saúde no ano de 2018?

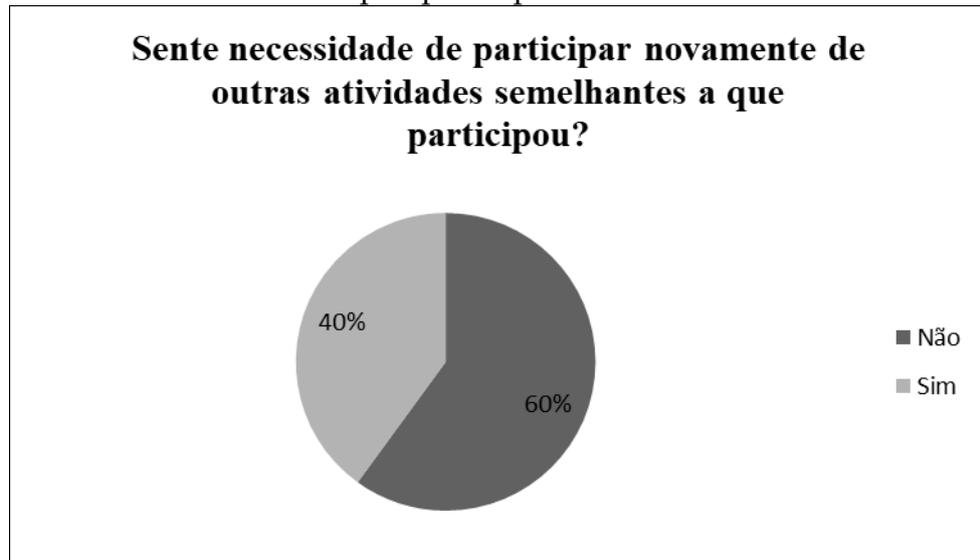
100% dos pesquisados responderam que não participaram de outra atividade.

Figura 1. Opinião quanto à motivação de participação na atividade.



Fonte: os autores.

Figura 2. Opinião quanto ao desejo de participação em outras atividades semelhantes da qual participou.



Fonte: os autores.

A fim de justificar as respostas positivas ao acima perguntado, 25% da amostra não justificou e os demais 75% disseram ser importante participar das instruções; ou que é sempre bom adquirir conhecimentos; ou ainda que ajuda a melhorar vida própria e de terceiros.

A fim de justificar as respostas negativas ao acima perguntado, os pesquisados disseram que foram escalados nos dias de folga, tendo compromissos prejudicados; responderam, também, que não eram voluntário; outros ainda disseram que algumas atividades do CASSBEM foram boas e outras não foram; uma parte dos pesquisados ainda argumenta que não sente necessidade de participar.

Deduz-se dessas últimas respostas que, apesar de que a maioria dos pesquisados não desejam participar novamente de atividades como o CASSBEM por terem sido escalados para a participação em horário de folga, todos os pesquisados reconhecem a importância da atividade.

Para se extrair a informação desejada através da aplicação dos questionários deve-se levar em consideração que os componentes da amostra participaram apenas do CASSBEM, assim não foram assistidos por outras ações oferecidas pela Polícia Militar.

Analisando-se as respostas obtidas pela aplicação dos questionários, vislumbra-se, principalmente, que todos os componentes da amostra conceituaram a

participação no “Ciclo de Assistência Social, Saúde e Bem-Estar da PMMT” como útil e aplicável para a melhoria da vida cotidiana deles. Apesar disso, ficou claro que, mais da metade da amostra, não desejaria participar novamente atividade semelhante na Corporação. Destaca-se que os mesmos policiais que não gostariam de participar novamente de outro evento semelhante, são os mesmos que participaram do evento mediante escala de superior hierárquico, ou seja, não eram voluntários por algum motivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa expositiva, iniciada com base da necessidade de verificação da efetividade das ações de Qualidade de Vida no Trabalho em conformidade com a Política de Saúde e Segurança no âmbito da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, teve seu objetivo alcançado.

O artigo trouxe base conceitual bibliográfica sobre Qualidade de Vida (QV), Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), contextualizando sobre as perdas funcionais e os benefícios trazidos às Instituições, quando ocorre a aplicação de ações que favoreçam o bem-estar e valorização de seus empregados. Esse patamar é alcançado quando são considerados com estímulo fatores de ambiente e aspectos ocupacionais em geral.

A administração Pública do Estado de Mato Grosso, compreendendo essa briosa causa, alicerçou a demanda em Legislação pertinente e vem planejando a gestão do recurso humano das Instituições, respeitando suas especificidades, demonstrando estar o gestor atento ao custo-benefício desse tipo de administração. Para tanto, promulgou-se a Lei Complementar nº 502, de 07 de agosto de 2013, que dispõe sobre Políticas de Saúde e Segurança no Trabalho no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, bem como o Decreto nº 1.919, de 29 de agosto de 2013, onde foi instituída a Política de Saúde e Segurança no Trabalho para os Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso e, também, o Decreto nº 1.920, de 29 de agosto de 2013, criando o Conselho de Saúde e Segurança no Trabalho para Servidores da

Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, denominado CONSASET. Cientes disso, fomos a busca dos setores e ações que advieram e trabalham em favor do cumprimento da legislação citada.

Portanto, entrevistamos Keila Nunes Costa- Coordenadora da Gestão de Pessoas e Éder Willian Salvaterra – Gerente de Aplicação, Desenvolvimento, Saúde e Segurança (GADSS), bem como o Coordenador de Assistência Social da Polícia Militar de Mato Grosso, o Major PM Diego Fabiano Souza Tocantins. A pesquisa seguiu visando conhecer breve opinião dos policiais militares que foi público das ações relacionadas às Políticas de Saúde e Segurança no Trabalho com enfoque para QVT, realizou-se, portanto, a aplicação de 10 questionários. O critério para escolha da amostra foi a participação dos policiais no evento denominado “Ciclo de Assistência Social, Saúde e Bem-Estar da PMMT (CASSBEM)”, no ano de 2018.

Da análise das entrevistas de Keila Nunes Costa – Coordenadora da Gestão de Pessoas e Éder Willian Salvaterra – Gerente de Aplicação, Desenvolvimento, Saúde e Segurança (GADSS), percebemos que, atualmente, há o setor específico da Secretaria de Segurança Pública que busca com veemência, através de seu Comitê, atuar de diversas formas operando em ações de promoção em favor da saúde, segurança e qualidade no trabalho. Foram criadas Comissões intra-institucionais afim de difundir, expandir e implementar os trabalhos a serem realizados pelo Comitê, propiciando o início da conscientização das Instituições.

Constamos que há uma carência enorme de profissionais especialistas para atuarem nas Gerências responsáveis, o que é fator preponderante no impedimento de ações qualificadas e competentes legalmente.

Houve o apontamento da necessidade de gerar um fluxograma mais integrado das gestões competentes pela busca de QVT, uma vez que as muitas ações externas se encontram dispersas no Estado, prejudicando a padronização, o fortalecimento e a implementação da causa de QVT.

Verificamos que ocorre a personificação das ações muitas vezes, o que reflete negativamente na gestão, pois, isso acarreta em rotineira descontinuidade dos processos iniciados refletindo em sensação de instabilidade e inconsistência dos mesmos, trazendo a sensação de descuido e desconsideração para com o servidor

público, não criando a confiabilidade nos serviços prestados. Os entrevistados argumentam que há a necessidade de institucionalizar, via Secretaria, os setores competentes, tornando-os coesos e referenciados em todo o estado quanto à competência em saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho do servidor.

A análise dos dados comprovou uma relativa baixa aprovação das ações por parte do público cliente, isso conforme a fala da entrevistada Costa (2019), bem como em conformidade de 60% dos pesquisados via questionários aplicados. Os pesquisados argumentaram alguns fatores para a desaprovação das ações, dentre eles, criticaram haver sido escalados nos dias de folga, fator que gerara uma maior sobrecarga de afazeres aos participantes, fazendo com que algo que, inicial e teoricamente, deveria ser estimulante passe a ser penoso e maçante. Criticaram, ainda, o fato de não serem voluntários à participação, outros dizem que algumas atividades do CASSBEM lhes foram boas (úteis) e outras não, e temos, ainda, aqueles que argumentam que não sentem a necessidade de participar.

As falas críticas advindas do público foram analisadas e vão ao encontro com a pesquisa realizada por Baiardi (1997) e outros pesquisadores renomados que estudaram durante 20 anos - de 1970 à 1990 - sobre a saúde da democracia na Itália. A pesquisa foi realizada fazendo comparações de regiões mais e menos desenvolvidas do país. A investigação trouxe coleta de milhares de dados, aplicação de método científico original e focou no desenvolvimento e a adaptação das Instituições ao ambiente social. O resultado surpreendente foi que “muito mais que fatores econômicos, contam as razões históricas, as tradições de vida civil e as experiências de autogoverno local”, como diz Baiardi (1997, p. 377), ou seja, para o desenvolvimento de uma sociedade, devemos considerar não só a performance da administração como o rendimento institucional e isso, necessariamente, passa pela sensibilização e conscientização de seus componentes, uma vez que “a razão da diferença entre as regiões está no senso cívico”, como demonstrou a pesquisa de Baiardi (1997, p. 377).

Em análise da entrevista do Coordenador de Assistência Social da Polícia Militar de Mato Grosso (CAS/PMMT), foram trazidas diversas informações alusivas à prestação de serviço social, o que auxilia intensamente nas resolução de problemas

rotineiros da vida do Policial, contudo, como argumentamos nos conceitos teóricos, são trabalhos de real necessidade, impreteríveis, não alcançando um patamar além das necessidades basilares, ficando aquém do alcance de real melhoria da Qualidade de Vida do Policial, uma vez que não conseguem anteceder, prevenir, antecipar-se afim da promoção do bem-estar.

Em razão de vários fatores, dentre eles a alta demanda existente de policias já com problemas diversos, o CAS tem tratado de danos já ocorridos na vida dos policiais e de forma bastante satisfatória, considerando os meios logísticos existentes. O entrevistado explana sobre a ausência de um fundo financeiro de assistência social, bem como relata possuir um efetivo reduzido de profissionais específicos na área em geral e logística insuficiente.

Um aspecto positivo observado durante a pesquisa foi o real empenho dos envolvidos responsáveis por promover QVT. Todos apresentam motivação e idealização, planejam um futuro a breve e longo prazo dos setores responsáveis. Em curto prazo, caminham na execução das pequenas e diferenciadas ações que mobilizam e buscam entusiasmar, sensibilizar e conscientizar o público sobre a relevância do tema. E para o longo prazo, os gestores planejam, alicerçam e enaltecem a causa de forma entusiástica e nobre, apesar da sensatez nas observâncias das dificuldades diversas.

Por fim, a consciência sobre QVT está sendo aprofundada, a diferença sublime que cada ação produz se fortalece em resultados intrínsecos à cada receptor das ações, que aos poucos se ajustam, refletem, utilizam para si e difundem os conhecimentos adquiridos, formando uma esfera positiva em seus ambientes de trabalho, que abunda em seus lares e na sociedade em geral. A pesquisa buscou evidenciar e esclarecer um pouco mais da realidade, de uma causa sutil, por vezes entendida como dispensável, que, contudo, após incutida no ser, resulta em senso extraordinário de urbanidade e civilidade diante de seu meio.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO JR., Temístocles A. de. **Qualidade de Vida no Trabalho: na 1ª Companhia Independente de Polícia Militar na Cidade de Chapada dos Guimarães - MT.** Monografia apresentada à UFMT - Curso de Especialização em Administração Pública. Cuiabá, 2008.

BAIARDI, Amilcar. **Fazendo a Democracia Funcionar ou a Tradição Cívica nas regiões Italianas** - comentários sobre a obra de Robert Putnam. Artigo publicado em Caderno CRH, Salvador, nº 26/27, p.375-404, jan./dez. 1997.

BUGALHO, Grasielle Paes Silva; BUGALHO NETO, Manoel. **As fontes estressoras ocupacionais e a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso: Análise de um Batalhão da Capital.** Artigo publicado em RHM - Vol 17, nº 01, p.63-88, Jan / Abr 2017. Acessado em www.pm.mt.gov.br em 07Fev19.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas. O novo papel dos recursos humanos nas organizações.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: o capital humano das organizações.** 8.ed. - 4.reimpr. - São Paulo: Atlas, 2008.

CORREA, Maria de Jesus Siqueira de Almeida. (organizadores) **Pessoas & Psicologias** / Jair Donato, Bruna Luise, (Organizadores) - Cuiabá: Umanos Editora, 2018.

COSTA, Keila Nunes; Coordenadora da Gestão de Pessoas da Secretaria de Segurança Pública, conforme entrevista concedida em 28Jan19.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de Pessoas: modelos, processos, tendências e perspectivas.** São Paulo, Atlas, 2006.

EXAME. **8 empresas que buscam dar qualidade de vida aos funcionários.** Disponível em <http://exame.abril.com.br/negocios>, acessado em 22Jan2019.

HESKETH, José L.; MARIA T. P.M. Costa. **Construção de um instrumento para medida de Satisfação no Trabalho.** Disponível em <http://scielo.br/pdf/era/v20n3/v20n3a05>. Acessado em 22Jan19.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. et al. **As Pessoas na Organização.** 6.ed. São Paulo: Gente, 2002.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Qualidade de Vida no Trabalho-QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MATO GROSSO. **Decreto nº 1.919**, de 29 de agosto de 2013. Institui a Política de Saúde e Segurança no Trabalho para os Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. Cuiabá:

Palácio Paiaguás, 2013.

_____. **Decreto nº 1.920**, de 29 de agosto de 2013. Cria o Conselho de Saúde e Segurança no Trabalho para os Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Cuiabá: Palácio Paiaguás, 2013.

_____. **Lei Complementar nº 502**, de 07 de agosto de 2013. Dispõe sobre Políticas de Saúde e Segurança no Trabalho e Normas Gerais para Concessão de Adicional de Insalubridade no Âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Palácio Paiaguás, 2013.

_____. Secretaria de Estado de Gestão. **Manual de Saúde e Segurança no Trabalho** para os Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Eveline Wayda de Araujo. **Associação de Aspectos sociodemográficos e estilo de vida de uma amostra de PMs participantes do Projeto "Saúde em QAP"**. APMCV, Monografia. Várzea Grande, 2017.

RODRIGUES, Marcus Vinícius Carvalho. **Qualidade de Vida no Trabalho**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

ROSA, Marco Antônio Salles; Pilatti, Luiz Alberto. **Qualidade de Vida no Trabalho e a Legislação Pertinente**. Revista Digital, Buenos Aires, ano 10, nº 93, Fev.2006. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd93/trabalho.htm>>. Acesso em: 18dez.2018.

SALVATERRA, Éder Willian, Gerente de Aplicação, Desenvolvimento, Saúde e Segurança -GADSS, da Secretaria de Segurança Pública, conforme entrevista concedida em 28Jan2019 .

TOCANTINS, Diego Fabiano Souza. Coordenador da Coordenadoria de Assistência Social da Polícia Militar de Mato Grosso, conforme entrevista concedida em 20fev2019.

VASCONCELOS, Anselmo Ferreira. **Qualidade de Vida no Trabalho: Origem, Evolução e Perspectivas**. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, n.1, v.8, jan.-mar.2001.

VIEIRA, Adriane. **A Qualidade de Vida no Trabalho e o Controle da Qualidade Total**. Florianópolis: Insular, 1996.

DIAGNÓSTICO DAS REDES DE HIDRANTES URBANOS NA CIDADE DE CUIABÁ: NOVO DESAFIO PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Licínio Ramalho Tavares¹
Jefferson Da Silva Amarante²

RESUMO

O presente artigo investigou as condições de operação dos hidrantes urbanos das ruas de Cuiabá. Foram realizadas duas vistorias técnicas no local, respectivamente nos meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019, e procedidos testes para verificação visual da existência de vazão e pressão nos mesmos. A importância do planejamento nesta área é medida pelos sinistros evitados e não pelos incêndios extintos. A proteção da vida humana é essencial. O negligenciamento neste aspecto do planejamento não pode ser admitido em qualquer hipótese, atingindo diretamente a segurança pública. Para alcance do objetivo almejado, foi utilizado o método descritivo, com realização de questionários e pesquisa no local. Os resultados obtidos apontam para uma nova atitude na prevenção e busca de treinamentos para a corporação e os órgãos que realizam o controle desse equipamento.

Palavras - Chave: Hidrantes - Segurança Pública - Vistorias - Bombeiro - Prevenção.

ABSTRACT

The present article investigated the conditions of operation of the urban hydrants in Cuiabá streets. There were two technical inspections on site, respectively in the months of December 2018 and January 2019, and visual verification tests were carried out, regarding the existence of flow and pressure in them. The importance of planning in this area measured by the avoided claims and not by the extinct fires. The protection of human life is essential. Neglecting this aspect of planning cannot be admitted under any circumstances, directly reaching public safety. To achieve the desired goal, the descriptive method used, with questionnaires and on-site research. The results point to a new approach to the prevention and search training for the corporation and the compositions that succeed the control of this equipment.

Keywords: Hydrants - Public Safety - Surveys - Firefighters - Prevention.

¹ Tenente Coronel do Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Mato Grosso, Tecnólogo em Gestão de Pessoas, Especialista em Gestão de Tecnologias Educacionais e em Estudo de Comando e Estado Maior (APMCV).

² Tenente Coronel do Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Mato Grosso, Especialista em Incêndio florestal, em Operações Aéreas e em Estudo de Comando e Estado Maior (APMCV).

INTRODUÇÃO

Desde a pré-história o homem faz uso do fogo, inicialmente obtido da natureza, como na queda de raios, por exemplo. Durante sua evolução, descobriu como obtê-lo e se utilizou de seus préstimos para inúmeras atividades, dentre elas: aquecimento, preparo de alimentos, têmpera de metais, etc. Mas o fogo, que tantos préstimos faz ao homem, é uma força imensa que deve ser controlada.

Quando perdemos o controle, temos então, seus efeitos destruidores, denominados incêndios (sinistros). Para a garantia do homem e de seus bens, desde a antiguidade, buscou-se o controle do fogo de maneira eficiente, quando este saía dos domínios do seu senhor. Surge, então, a Prevenção de Incêndios.

A ocorrência de grandes incêndios tem sido registrada em muitos países, desenvolvidos ou não, com número crescente de vítimas e grandes prejuízos. O risco de incêndio se agrava à medida que as cidades elevam seu desenvolvimento industrial e urbano. A preocupação quanto à prevenção e o combate também vêm sido notada ao longo do tempo, variando de sociedade para sociedade em intensidade e critérios de abordagem. Nos países desenvolvidos a preocupação com a prevenção e combate de incêndio é bastante antiga, com uma estrutura integrada à sociedade e permanentemente mobilizada.

Temos, hoje, como fatores preventivos, a elaboração de normas e leis sobre edificações e suas ocupações, controle de materiais combustíveis e inflamáveis, controle de manutenção para máquinas e equipamentos em geral e sistemas elétricos, além de inspeções de risco, com o objetivo de detectar situações propícias para o surgimento e alastramento de um incêndio; instalação de sistemas e equipamentos que permitam o combate rápido a princípios de incêndio, treinamento de pessoas no uso desses equipamentos e nos procedimentos de abandono das edificações sinistradas.

A consciência de prevenção de incêndios deve partir do lar, onde as crianças devem ser instruídas sobre os riscos do fogo, os perigos de brincadeiras com fogos de artifícios e balões, riscos elétricos, riscos dos produtos químicos domésticos, entre outros.

O Estudo tem como objetivo verificar a localização e operacionalidade dos hidrantes urbanos de Cuiabá, bem como, contribuir com a melhoria da segurança contra incêndio e pânico, preservando o patrimônio e a vida da comunidade e sugerir, por meio da fiscalização do efetivo do Corpo de Bombeiros Militar e parceria com a companhia de água e esgoto do Estado, mapear os hidrantes instalados no município, possibilitando sua manutenção. Para um melhor entendimento, conforme Manual 02 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo: HIDRANTES - são aparelhos ligados aos encanamentos de suprimento de água, permitindo a adaptação das bombas e mangueiras para a extinção de incêndio. Hidrantes Urbanos de Coluna - Hidrantes de coluna, instalados nos passeios públicos, são dotados de juntas de união para conexão com mangotes, mangueiras ou mangueirotas, sua abertura é feita através de um registro de gaveta cujo comando é colocado ao lado do hidrante. Possui uma expedição de 100m e duas de 63mm.

Para a pesquisa de diagnóstico sobre os hidrantes, foram realizadas duas vistorias na cidade de Cuiabá-MT. Na primeira vistoria, identificaram-se os dispositivos objeto do estudo (hidrantes) e, na segunda oportunidade, os mesmos foram testados com o intuito de se verificar, visualmente, a existência de vazão, e, em caso positivo, a existência de pressão.

Os hidrantes foram verificados *in loco* com o objetivo de se avaliar a existência de vazão, pressão, condições de conservação, manutenção e adequação às Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT, Norma Brasileira- NBR- 5667/80 - Hidrantes urbanos de incêndio, adotadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso (CBM-MT). Adicionalmente, como embasamento referencial teórico para realização das vistorias, utilizou-se a Instrução Técnica - IT Nº 34/01, do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que dispõe sobre Hidrante de Coluna.

É importante salientar que não foram feitas medições de pressão e vazão, apenas um diagnóstico da existência do hidrante e constatação visual da distância do jato de água a partir da boca expulsora do hidrante. Para se realizar os testes nos hidrantes, verificou-se:

- Se o hidrante não estava obstruído e se as expedições estavam na posição

correta para uso;

- Se havia altura suficiente entre as expedições e o solo, isto é, se o hidrante não foi instalado demasiado fundo no solo;

- Análise do corpo do hidrante e se as expedições não estavam danificadas;

- O estado da pintura do hidrante e a existência e funcionamento da válvula de abertura;

- Análise da existência e o estado de todos os tampões, da tampa da válvula de abertura e fechamento do hidrante.

Por fim, foi realizada a abertura do tampão de uma das bocas expulsoras de 2 ½" do hidrante, utilizando-se para tanto o cabo faca operacional bombeiro. Verificase que, se alguma destas situações elencadas acima não estiverem em pleno funcionamento, todo o sistema do hidrante poderá falhar e impedir seu uso correto. A seguir o procedimento:

Figura 1 - Abertura da boca expulsora do hidrante



Fonte: os autores.

Com o dispositivo do cabo da faca, levantou-se a tampa de ferro que dá acesso ao registro do hidrante, afim de se realizar a abertura do mesmo, conforme figura 2.

Figura 2 - Levantamento da tampa de ferro do registro de hidrante



Fonte: os autores

Conectou-se a chave de hidrante tipo “T” ao registro do hidrante e procedeu-se lentamente a abertura da mesma para a verificação da existência de vazão e distância do jato de água, conforme preconiza a NBR 13714/2000 item 4.2.3. e como se aprecia na figura 3.

Figura 3 - Abertura do registro do hidrante com chave T



Fonte: os autores

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Estimativa de hidrantes em Cuiabá:

Área de Cuiabá fornecida pela IPDU - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano (Prefeitura Municipal de Cuiabá) - aproximadamente 252 Km².

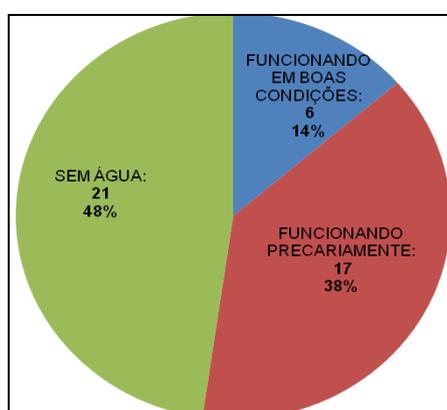
Tabela 1 – Situação Hidrantes Cuiabá

Área de cobertura dos hidrantes urbanos segundo NB 594/77	1.130 m ²
Área de Cuiabá fornecido pela IPDU – Cuiabá	252.000 m ²
Estimativa de número de hidrantes para Cuiabá	223 hidrantes
Quantidade de hidrantes existentes e sua funcionalidade	44 hidrantes

Fonte: os autores

A cidade possui 44 (quarenta e quatro) hidrantes situados na área de estudo, verificou-se a tabela abaixo (figura 4):

Figura 4 – Situação dos hidrantes de Cuiabá-MT



Fonte: os autores

Tabela 2 - Localização dos hidrantes em Cuiabá-MT e seu diagnóstico:

Ordem	Localização dos Hidrantes	Funcionamento
01	Avenida Ten Cel Duarte com a Avenida Getúlio Vargas - bairro Centro. Referência: próximo à Praça Bispo Dom José	BOM
02	Avenida Getúlio Vargas com a Rua 13 de Junho - bairro Centro. Referência: em frente à Praça da República	DANIFICADO
03	Avenida Barão de Melgaço com a Rua Cândido Mariano - bairro Centro. Referência: em frente ao cartório do 3º ofício	DANIFICADO

DIAGNÓSTICO DAS REDES DE HIDRANTES URBANOS NA CIDADE DE CUIABÁ: NOVO DESAFIO PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Ordem	Localização dos Hidrantes	Funcionamento
04	Avenida Getúlio Vargas com a Rua Batista das Neves - bairro Centro. Referência: em frente ao INSS	BOM
05	Avenida 13 de junho - bairro Centro Referência: em frente a lojas Novo Mundo - Praça Ipiranga	BOM
06	Avenida Getúlio Vargas com Av. Joaquim Murtinho - bairro Centro. Referência: fundos da Igreja Matriz	DANIFICADO
07	Avenida Rubens de Mendonça (Av. do CPA) - bairro Centro. Referência: em frente ao antigo Bar Terraços	BOM
08	Av. Dr. Vicente Vuolo com a Av. Thomé de A. Fortes, bairro Morada do Ouro. Referência: próx. a rotatória, em frente ao Centre de Apoio a Mulher e a Loja Maçônica.	BOM/TORTO
09	Av. Djalma F. de Souza com Av. Milton Figueiredo - 1ª rotatória do bairro Morada do Ouro	BOM
10	Avenida 31 de março - bairro Santa Rosa Referência: próximo a rotatória do bairro Santa Rosa	SEM ÁGUA
11	Avenida Senador Filinto Muller com a Av. 31 de março - bairro Jardim Cuiabá. Referência: no pátio do posto de gasolina em frente à praça 8 de abril	SEM ÁGUA
12	Av. João de Deus Bulhões com Rua das Dálías - bairro Jardim Cuiabá. Referência: próximo ao hospital.	SEM ÁGUA
13	Av. General Valle com a Rua Papa João XXIII -	SEM ÁGUA

	bairro Centro. Referência: próximo a Igreja São Judas Tadeu	
14	Rua Américo Salgado com Rua Prof. João Félix - bairro Lixeira. Referência: atrás da Igreja São Benedito	SEM ÁGUA
15	Avenida do Moinho - bairro Jardim Itália Referência: próximo ao prédio da SBT	RETIRADO DANIFICADO
16	Av. Carmindo de Campos com a Rua Sergipe - bairro Jardim Europa. Referência: em frente ao prédio da Tec Telas	SEM ÁGUA
17	Rua 01 com Rua 36 - bairro Boa esperança Referência: próximo ao Banco da CEF e Banco Real - Campus da UFMT	SEM ÁGUA
Ordem	Localização dos Hidrantes	Funcionamento
18	Avenida João Moreira Barros com Rua 05 - bairro CPA IV - 1ª etapa. Referência: próximo ao reservatório d'água	SEM ÁGUA
19	Rua 13 com a Rua 09 - bairro Coophamil Referência: próximo ao Centro de Recreação	SEM ÁGUA
20	Avenida principal com a Rua coletora 02 - bairro Jardim Universitário. Referência: em frente ao Colégio Pascoal Moreira Cabral	SEM ÁGUA
21	Avenida Fernando Correia com a Rua Aduino Botelho - bairro CoopHEMA. Referência: em frente à distribuidora de bebidas, entrada para Hospital Aduino Botelho	SEM ÁGUA
22	Avenida Palmiro Paes de Barros com Avenida 02 - bairro Parque Cuiabá. Referência: entrada do bairro	SEM ÁGUA
23	Avenida Dr Meirelles com Rua 02 - bairro Tijucal Referência: próximo à casa do extintor, após o trevo	SEM ÁGUA

DIAGNÓSTICO DAS REDES DE HIDRANTES URBANOS NA CIDADE DE CUIABÁ: NOVO DESAFIO PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

	do bairro	
24	Rua Existente, esquina com a Av. Existente, em frente ao Lava-Jato, próximo de uma Distribuidora de Bebidas e do Posto de Gasolina Pedra 90. Referência: próximo ao posto de gasolina	RETIRADO DANIFICADO
25	Rua A com a Rua X - bairro Distrito Industrial, entrada para antiga Escola de Bombeiros. Referência: paralela com a BR 364	SEM ÁGUA
26	Rua 82, quadra 30, casa 16, CPA 3, setor 01. Casa residencial de esquina, próximo a Marmoraria El Dourado e a Igreja Imaculada Conceição	DANIFICADO
27	Rua 69, quadra 12, casa 05, bairro CPA III, setor I, próximo a uma drogaria Pax, em frente à rua de 4 pistas.	DANIFICADO
28	Av. Antártica, bairro Santa Rosa - Condomínio Residencial Antártica. Referência: próximo a AMBEV	SEM ÁGUA
29	Av. Agrícola Paes de Barros, nº 123, bairro Verdão Referência: em frente ao 1º Batalhão de Bombeiros Militar	SEM ÁGUA
Ordem	Localização dos Hidrantes	Funcionamento
30	Av. José Torquato da Silva, bairro Jardim Vitória - Condomínio Residencial Jardim Vitória A	SEM ÁGUA
31	Av. José Torquato da Silva, bairro Jardim Vitória - Condomínio Residencial Jardim Vitória B	SEM ÁGUA
32	Rodovia Palmiro Paes de Barros, esquina com a Rua Serapião Leocádio da Rosa, entrada para o Condomínio Santo Antônio - bairro Parque Geórgia. Referência: em frente ao bairro São Gonçalo	SEM ÁGUA

DIAGNÓSTICO DAS REDES DE HIDRANTES URBANOS NA CIDADE DE CUIABÁ: NOVO DESAFIO PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

33	Av. Dr. Meirelles Condomínio Residencial Flor do Cerrado, bairro Tijucal. Referência: Próximo à rotatória do bairro Osmar Cabral	SEM ÁGUA
34	Avenida Torres, na entrada do Condomínio Residencial Claudio Marchetti. Referência: Próximo à Rotatória do bairro Osmar Cabral	DANIFICADO
35	Av. Itália em frente ao Condomínio Alphaville, bairro Jardim Itália	SEM ÁGUA
36	Rua J, quase esquina com a Rua E, bairro Parque Atalaia Referência: em frente a um campo de futebol do bairro	DANIFICADO
37	Rua República, entrada para o Condomínio Jardim Botânico, bairro Coophema	DANIFICADO
38	Av. Fernando Correa da Costa, bairro Coxipó Referência: em frente a 3ª Companhia de Bombeiros Militar	DANIFICADO
39	BR 364, bairro Coxipó. Referência: em frente a Copagáz	DANIFICADO
40	Av. Paes de Barros - Condomínio Residencial Sávio Brandão. Referência: ao lado do clube da C.E.F.	DANIFICADO
41	Rua N, bairro Distrito Industrial - BR 364 Referência: em frente a empresa Amazon Preto e Centro Oeste Transportes	DANIFICADO
42	Rua 131 esquina com a Rua 153, bairro CPA IV Referência: próximo a caixa d'água central das 4 pistas	DANIFICADO
43	Rua Tuiuiu, bairro CPA IV em frente ao Colégio Dione Augusta Referência: em frente ao Colégio Dione Augusta	DANIFICADO
44	Rua G esquina com a Rua Faisão, bairro CPA IV Referência: fundos do Colégio João Panarotto	DANIFICADO

Fonte: os autores

No dia 08 de dezembro de 2018 foi procedida a primeira vistoria, para início dos trabalhos de identificação e verificação prévia dos Hidrantes. Numa segunda oportunidade, 05 e 06 de janeiro de 2019, de posse da chave tipo "T", constatou-se a

existência ou não, de vazão nos hidrantes.

Principais problemas encontrados

A falta de legislação específica para os hidrantes em Mato Grosso vem sendo discutida na corporação e isso atrapalha e muito a realização de vistorias e políticas para a resolução dos problemas inerentes a este importante equipamento de combate a incêndios, sendo utilizado na Corporação a norma IT-34: Hidrante de coluna do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo.

Hidrantes Obstruídos

Alguns hidrantes estão obstruídos por equipamentos urbanos, dificultando o acesso ao hidrante. Dentre essas obstruções, incluem-se veículos estacionados junto aos hidrantes nos locais reservados para as viaturas do Corpo de Bombeiros, isso pode afetar no combate a incêndio, pois a demora na localização do proprietário do veículo pode ser crucial na extinção do sinistro, conforme figura 5 abaixo:

Figura 5 - Hidrante obstruído por carro na avenida Cândido Mariano



Fonte: os autores

Causa comum, também, é a presença de vendedores ambulantes junto aos hidrantes nos locais reservados para as viaturas do CBM, este detalhe também prejudica a utilização do hidrante, pois o tempo é fator determinante numa operação de combate a incêndio, sendo que a retirada destes vendedores pode atrasar sobre

maneira a operação, conforme figura 6:

Figura 6 – Ambulantes obstruindo o hidrante na av. 13 de junho.



Fonte: os autores

A falta de observância das normas, como a NBR 13714 e a IT-34 CBMSP, que tratam dos sistemas de hidrantes, atrapalham a utilização por parte do Corpo de Bombeiros, por exemplo a existência de placas de sinais de trânsito, árvores, etc, conforme figura 7:

Figura 7 – Hidrante obstruído por placa de sinalização na av. do CPA



Fonte: os autores

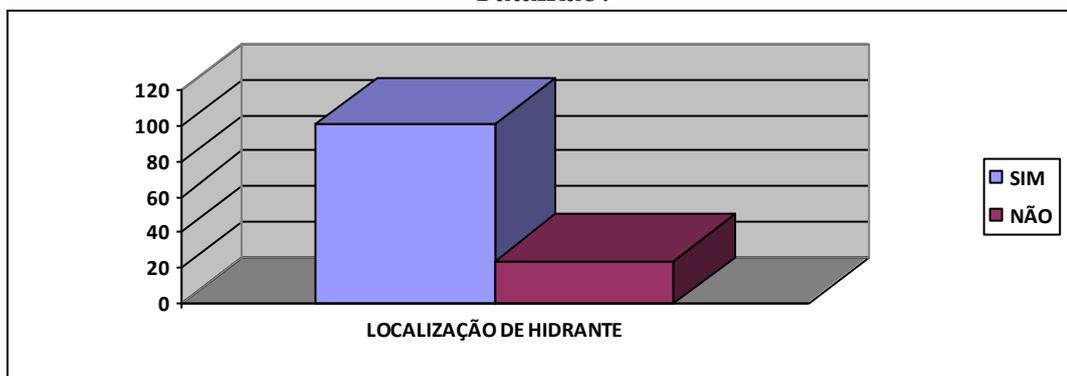
Existem, também, outras anomalias que vão contra as normas vigentes, como hidrantes com objetos estranhos em seu interior, danificando o equipamento e impedindo sua utilização, problemas em hidrantes com falta de água, o que impossibilita sua utilização por completo, sendo por falta de manutenção da rede de

águas ou por falta de vistorias da corporação e isso implica diretamente na sua manutenção adequada, etc.

ANÁLISE DE DADOS

Para melhor fundamentar nossa pesquisa, foram ouvidos 125 bombeiros militares que trabalham na unidade militar que atende a área específica do estudo (1º BBM), sendo que esta pesquisa foi fracionada em 06 (seis) eixos, sendo demonstradas com as perguntas dos questionários e suas respostas conforme os gráficos a seguir:

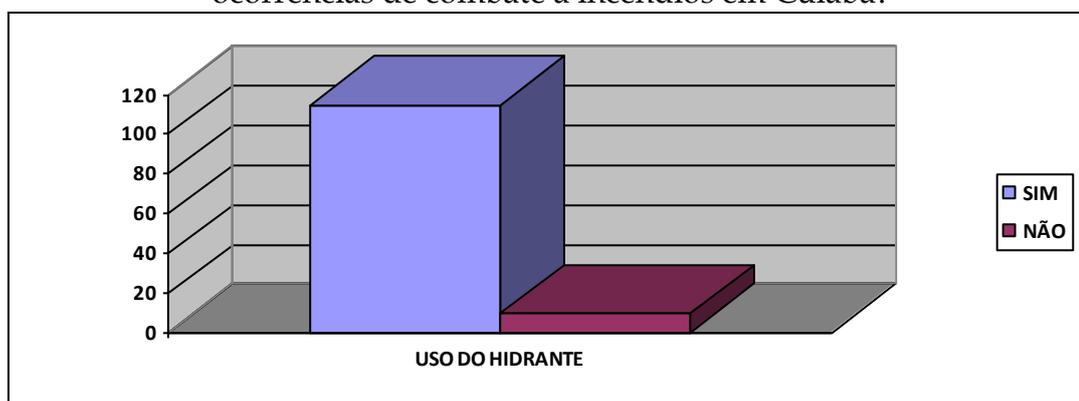
Figura 8 - Em caso de atendimentos de ocorrências de médias ou grandes proporções, você sabe informar onde estão localizados os hidrantes na área do seu Batalhão?



Fonte: os autores

Verificando o gráfico, fica evidente que a maioria dos bombeiros sabem onde ficam os hidrantes em Cuiabá, perfazendo 101 que sabem onde estão e 24 que não sabem. Isto auxilia e muito a operação em caso de sinistro.

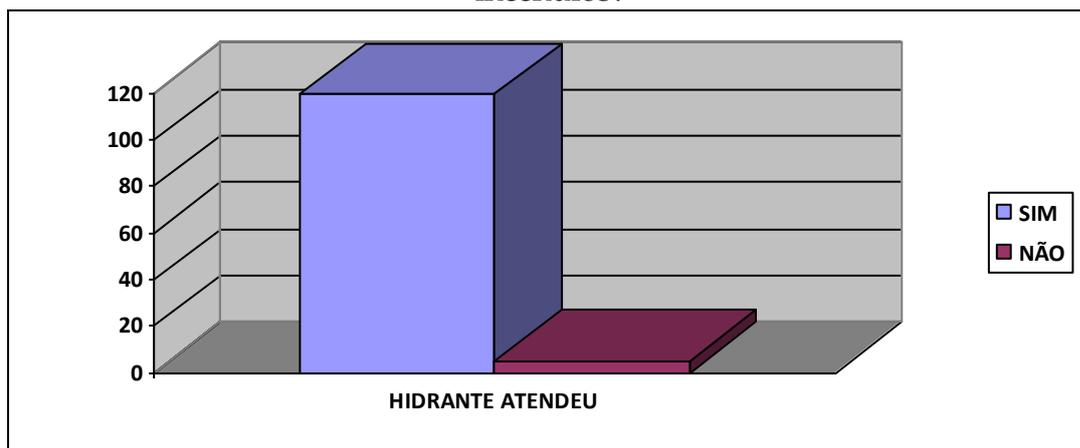
Figura 09 - Quando de serviço, você já utilizou algum hidrante para atender ocorrências de combate a incêndios em Cuiabá?



Fonte: os autores.

A utilização do hidrante fica claro também nesse gráfico, sendo que 115 bombeiros utilizaram o hidrante quando de serviço e apenas 10 militares não o fizeram. Sua utilização é de extrema importância em caso de sinistro (incêndio), auxiliam no tempo resposta e na qualidade do combate.

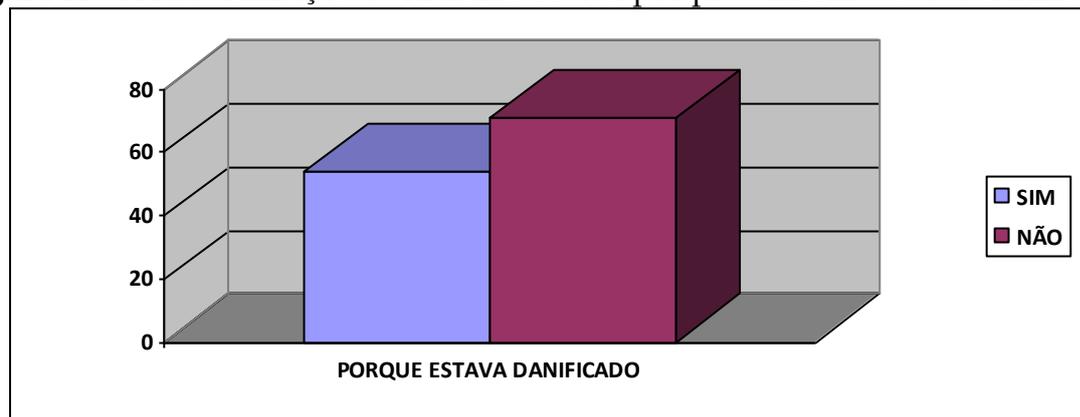
Figura 10 - Se utilizou o hidrante, este atendeu a necessidade do combate a incêndios?



Fonte: os autores.

Na verificação deste dado, observa-se a total inoperância do hidrante, sendo que 120 bombeiros não conseguiram utilizar o equipamento e apenas 5 o fizeram.

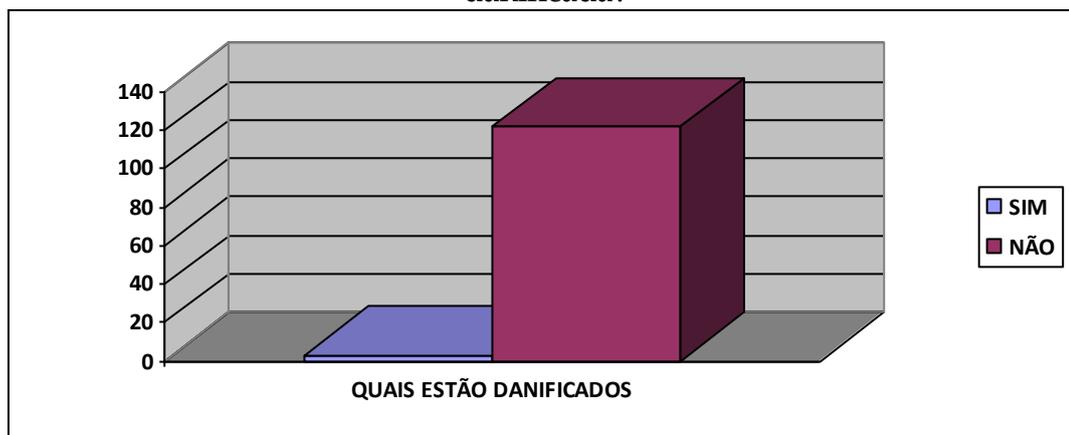
Figura 11 - A não utilização do hidrante se deu porque o mesmo estava danificado?



Fonte: os autores

O gráfico acima mostra que existe a necessidade de mais treinamentos para os bombeiros da área operacional, pois a maioria não sabe identificar porque o hidrante não está em operação, sendo 71 não sabem e 54 identificaram os problemas.

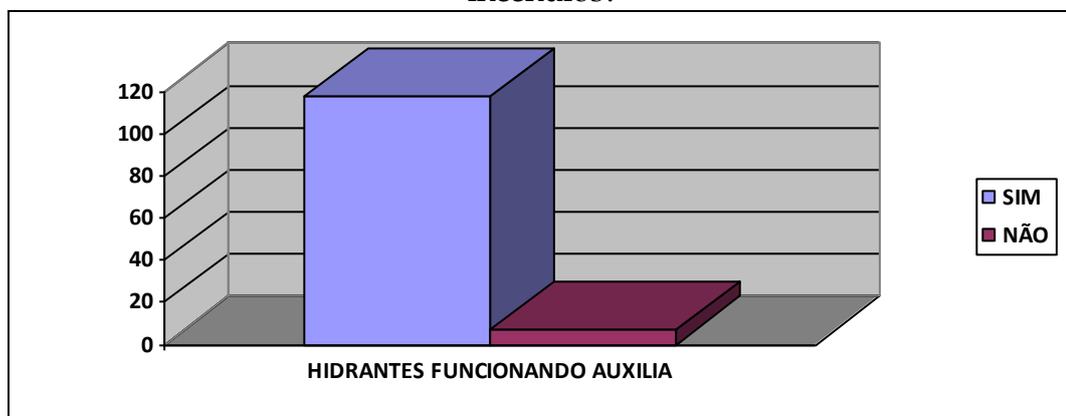
Figura 12 - Sabe informar se a rede de hidrantes urbanos da cidade de Cuiabá está danificada?



Fonte: os autores.

O resultado deste gráfico mostra claramente que os Bombeiros militares que atendem as ocorrências na capital de Mato Grosso, em sua maioria, não sabem quais são os hidrantes que estão danificados, impróprios para serem utilizados, perfazendo 122 que não sabem quais estão danificados e somente 3 que sabem. Este dado é extremamente preocupante, pois o bombeiro sabe onde está o hidrante, porém, não sabe se ele está danificado, este detalhe pode prejudicar o atendimento da ocorrência, tanto no tempo resposta, quanto na quantidade de água que deverá ser disponibilizada para a demanda no local.

Figura 13 - Você acredita que se a rede de hidrante estiver em plena funcionalidade, irá auxiliar os bombeiros nos atendimentos de combate a incêndios?



Fonte: os autores.

A comprovação final para a operacionalidade dos hidrantes fica clara neste gráfico, onde 118 bombeiros acreditam que a existência de hidrantes auxilia no

combate a incêndios, sendo que 7 não acreditam no equipamento. Este é o motivo principal da pesquisa, verificando que os hidrantes à disposição, em sua maioria, não estão disponíveis para o atendimento à população, isso eleva o risco à segurança pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho pode-se concluir que:

Através do Estudo realizado, conclui-se que a Grande Cuiabá está muito aquém do esperado em termos de hidrantes. Foram analisados e identificados todos os hidrantes instalados na Grande Capital.

Como parâmetro, foi utilizado a Norma Técnica NB 594/77, que indica o número de hidrantes necessários, a partir da área total por município e a sua relação com a área de cobertura de hidrantes urbanos, estabelecidas pela associação.

Conforme a Norma Brasileira 594/77, a cada 1.130 m de distância deveria ter um hidrante, que nos daria um total de 223 (duzentos e vinte e três) hidrantes na Capital, para podermos assim respaldar o serviço do Corpo de Bombeiros Militar do nosso Estado.

Através de vistorias, foram constatadas diversas irregularidades, tais como: hidrantes sem tampões, hidrantes sem vazão ou pressão adequada por ter corpos estranhos no seu interior, hidrantes sem a válvula de abertura ou fechamento ou danificadas, hidrantes inexistentes, calçamento ou asfalto por cima da tampa da válvula de abertura ou fechamento do hidrante.

Diante do exposto, pode-se concluir que a Cidade de Cuiabá **não** (grifo nosso) possui um sistema de hidrantes urbanos eficiente para uma emergência de sinistro, devido a todos os fatos já elencados nas irregularidades durante as vistorias nos hidrantes da Grande Capital.

É necessário que as autoridades responsáveis em todas as esferas de poder público se sensibilizem com a gravidade do problema que existe, diante da fragilidade do sistema atual de prevenção e combate a incêndio e pânico. Nos casos dos grandes patrimônios o prejuízo não será somente pelos danos na edificação, mas

sem dúvida a perda do riquíssimo acervo artístico mantido na grande Cuiabá.

Pelas experiências adquiridas com esta pesquisa, recomenda-se que sejam efetuadas, constantemente, campanhas de educação e conscientização da população, sobre a importância dos hidrantes para a garantia da segurança pública. Que sejam realizadas com a tropa do CBMMT instruções de utilização dos hidrantes, visando uma maior fiscalização e utilização dos mesmos. Que sejam estabelecidos convênios e parcerias entre o CBMMT e a Rede de saneamento, de modo a relacionar os locais em que há a necessidade da instalação de novos hidrantes, sempre verificando se existe a possibilidade de instalar novos hidrantes nos locais escolhidos e, caso não houver rede disponível do diâmetro mínimo requerido de 100 mm, procurar outros locais para a instalação, verificando o diâmetro da rede. Faz-se necessário, também, visitas aos locais escolhidos, marcando o melhor posicionamento do hidrante a ser instalado e testar regularmente os hidrantes, quanto a vazão e pressão. Sugerimos que o CBM, por meio do 1º BBM, confeccione uma relação contendo as condições de cada hidrante nas vistorias para controle, fins seguir o que preconiza a Lei nº 10.402, de 25 de maio de 2016, que dispõe sobre segurança contra incêndio e pânico no Estado de Mato Grosso e dá outras providências, bem como fomentar a legislação do Estado para este fim.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5667**: hidrantes urbanos de incêndio, Rio de Janeiro, 1980.

_____. **NBR 13714: Sistemas de Hidrantes e de Mangotinhos para combate a incêndios**, Rio de Janeiro, 2000.

_____. **NBR 12218**, de 30 de julho de 1994. **Projeto de rede de distribuição de água para abastecimento público**. São Paulo: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

_____. **NBR 5667-1**, de 28 de fevereiro de 2006. **Hidrantes urbanos de incêndio de ferro fundido dúctil Parte 1 - Hidrantes de Coluna**. São Paulo: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, CORPO DE BOMBEIROS. **IT-34**: hidrante de coluna, São Paulo, 2003.

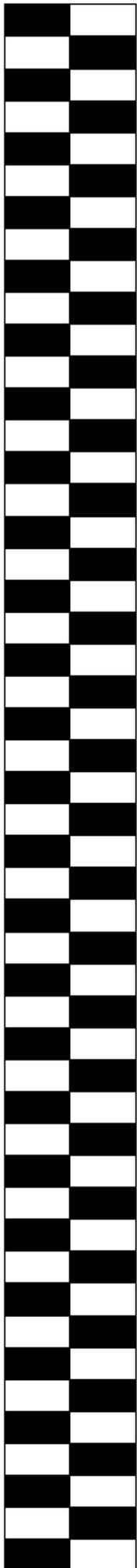
MATO GROSSO. **Lei nº 10.402, de 25 de maio de 2016. Dispõe sobre segurança contra incêndio e pânico no Estado de Mato Grosso e dá outras providências**. Publicado em DO nº26785, de 25 de maio de 2016.

PRADO, Celso Scheffer. **“Expansão da rede de hidrantes urbanos da cidade de Guarulhos”**, monografia apresentada no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar do estado de São Paulo, São Paulo, 1998.

Ono. R. (2000). **Rede de hidrantes urbanos para proteção contra incêndios em áreas urbanas: A situação atual e seu aprimoramento. Resumos do Congresso Ibérico e V Congresso Ibero - Americano de Energia Solar**, São Paulo, SP, Brasil. 10 e 3. (PP. 535-543). Recuperado de <http://www.lmc.ep.usp.br/grupos/gsi/wp-content/nutau/ono002.pdf>.

HOMENS DO MATO

Resenhas



RESENHA

A INGLATERRA ELISABETANA E OS CONFLITOS PELO PODER.

SILVEIRA, José Renato Ferraz da. **A Inglaterra elisabetana e os conflitos pelo poder.**

Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.6, n.16, p.9-23, fev.-mai. 2013.

Elcio Bueno de Magalhães ¹

RESUMO

O texto traz à tona a ascensão da Rainha Elizabeth I ao Reino da Inglaterra em 1558, após a morte de sua irmã Mary, a qual deixou o país em profunda crise econômica, política e religiosa. Apesar de uma infância e adolescência difícil em razão da perda da mãe e ausência do pai, a Rainha teve uma boa educação, tendo várias semelhanças de seu pai, como porte autoritário, além de ser eloquente e possuir dignidade natural, assumiu o reino dominado pelo caos, conflitos internos e cercada por inimigos, como a Escócia, França e Espanha. Sua sabedoria e capacidade de liderança se deu com a escolha de seus ministros dos quais exigia patriotismo e a consciência da razão do Estado e com a decisão de não se casar com seus pretendentes. Como soberana, promoveu reformas internas, estabeleceu parceria com a Escócia e encerrou os conflitos com a Espanha. Mas decidiu ficar de fora das confusões do continente.

ABSTRACT

The text highlights the rise of Queen Elizabeth I to the Kingdom of England in 1558, after the death of her sister Mary, who left the country in a deep economic, political and religious crisis. Despite a difficult childhood and adolescence due to the loss of the mother and absence of the father, the Queen had a good education, having several similarities to her father, as an authoritarian posture, besides being eloquent and possessing natural dignity, she assumed the kingdom dominated by chaos, internal conflicts and surrounded by enemies such as Scotland, France and Spain. His wisdom and leadership skills came from the choice of his ministers, who demanded patriotism and an awareness of the state's reason and the decision not to marry his suitors. As sovereign she promoted internal reforms, established a partnership with Scotland and ended conflicts with Spain. But he decided to stay out of the continent's confusions.

¹ 2º Tenente da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Bacharel e Licenciado em Geografia pela UFMT, Mestre em Geografia pela UFMT.

Credenciais do autor²:

José Renato Ferraz da Silveira é Mestre e Doutor em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenador do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria onde é professor adjunto. É Pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP. Tem como linha de pesquisa: história inglesa, história das relações internacionais e moderna, crise política e legitimidade e tragédia da política.

O autor publicou o artigo “A Inglaterra elisabetana e os conflitos pelo poder” na revista *Aurora* (PUCSP), que traz uma descrição sobre o reinado da rainha Elisabeth I visando à questão da disputa pelo poder, da política como tragédia em que ressalta situações em que vida e morte, ascensão e decadência, glória e fracasso constituem etapas de uma liderança que a manteve na disputa pelo poder.

O artigo “A Inglaterra elisabetana e os conflitos pelo poder”, tem seu desenvolvimento constituído por duas partes: “A escolha dos ministros” e “Elisabeth e os apaixonados pretendentes”. Inicia com uma introdução descritiva sobre a honra e alegria do povo da Inglaterra por ter Elisabeth I no poder e faz uma análise a partir dos seguintes recortes: situações limites em que os conflitos e a possível perda do poder são evidentes: ao ascender ao trono inglês, ao escolher seus ministros e ao não se casar com os pretendentes. Os recortes citados são analisados pela perspectiva realista de Maquiavel em seu trinômio: conquista, manutenção e perda descritas em seu livro “O príncipe” de 1513.

A primeira parte “A escolha dos ministros” descreve como foi o reinado da rainha Elisabeth I. Filha de Henrique VIII, Elisabeth I, aos 25 anos, assumiu, em 17 de novembro de 1558, o reino após a morte de sua irmã Mary que havia deixado o perturbado reino numa crise econômica, política e religiosa. Elisabeth I passaria por diversos perigos como crises econômicas, catástrofes naturais, subversões, intrigas palacianas, além de inimigos estrangeiros. A data de sua ascensão ao trono (1558) foi

² Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual>

A Inglaterra Elisabetana e os conflitos pelo poder

declarada no ano de 1576 como feriado e o ato foi louvado por todos e assim permaneceu até 1603, período que ficou conhecido como idade de ouro da Inglaterra.

A vida de Elisabeth é descrita no artigo com detalhes, pois descreve que a rainha teve uma infância e adolescência difícil pela perda da mãe e a ausência do pai. Destaca ainda que Elisabeth teve uma boa educação e tinha várias semelhanças de seu pai como porte autoritário, cabelos castanhos, palavra eloquente e uma dignidade natural; outras semelhanças foram logo notadas: grande coragem em momentos de crise, feroz e impetuosa determinação, quando desafiada, e um lastro quase inexaurível de energia física. Foi encarcerada na Torre de Londres a mando de sua irmã, a rainha Mary, que temia Elisabeth no poder, mas sua conduta foi de intelecto e compreensão perante a situação.

Elisabeth precisou de muito talento, sabedoria e perspicácia ao assumir o trono em 1558, pois recebeu o reino em pleno caos, um reino pobre e decaído faltava bons capitães e soldados, não havia justiça, o protestantismo se instaurava contra o catolicismo e o povo estava numa desordem imensa. A Inglaterra estava cercada de inimigos como Escócia, França e até a Espanha. Mas, a rainha agiu com sabedoria se cercou de homens confiáveis, hábeis e capazes de fazer o necessário para mantê-la no poder a qualquer custo, além disso, exigia de seus ministros o patriotismo e a consciência da razão do Estado.

Escolheu conselheiros que se distinguiam mais pela inteligência e talento do que por sangue azul ou berço nobre e designou William Cecil, que tinha habilidade nos negócios do gabinete e uma sede permanente de informações em torno dos assuntos de Estado, como seu assessor e assim ficou por quarenta anos. Trabalhando juntos, Elisabeth e Cecil deram início à restauração das fortunas do reino. Como primeiro passo, o Conselho Privado, o círculo mais interno do governo, foi reduzido de 39 para 19 membros; entre os poucos escolhidos que permaneceram estavam veteranos que haviam servido a Eduardo e Mary, bem como homens novos que trouxeram novas perspectivas aos problemas com que se defrontava a Coroa.

Apesar de estar liderando muito bem seu reino, ainda havia problemas graves a serem resolvidos como um possível ataque da Escócia e a instauração da paz religiosa. Elisabeth tornou a nação protestante por Lei e a legislação católica da

A Inglaterra Elisabetana e os conflitos pelo poder

rainha Mary foi refogada o que gerou resistência de muitos em aceitar a nova religião.

Para tal problema, a rainha Elisabeth autoriza a liberdade de culto ao permitir que qualquer investigação maior sobre questões de foro íntimo fosse evitada, desde que a fórmula exterior da obediência ao culto anglicano fosse respeitada. A ação da rainha foi recebida com estranheza devido à época na qual, nos países católicos – e a Inglaterra seguia o catolicismo – protestantes eram queimados como hereges, enquanto que nos centros protestantes a mesma coisa acontecia aos católicos – e pelas mesmas razões. A intenção da rainha era tornar o patriotismo mais intenso do que as convicções do catolicismo.

Desse ponto, surge o partido dos Puritanos democráticos em teoria e organização não aceitavam que discordassem de seus pontos de vista e acabaram desafiando a autoridade política e religiosa da rainha que mesmo prezando pela liberdade de consciência impediu que eles organizassem células no corpo religioso ou político. Elisabeth teve de enfrentar o perigo católico no exterior e o ataque interno dos Puritanos chefiados por fanáticos exilados do reinado de Mary.

Quando a Reforma na Europa chegou à Inglaterra tomou um novo aspecto que era resolver, somente no Parlamento, a relação da Igreja Nacional com Roma, seus artigos de fé; as posses de suas propriedades e das propriedades dos mosteiros e isso resultou numa crescente e aguerrida oposição por parte dos Puritanos.

A Reforma religiosa na Inglaterra causou um debate teológico que pôs em distinção realistas e puritanos, sacerdotes e dissidentes, conservadores e liberais. Este fato, da Reforma na Inglaterra, pouco interessou a maioria da população e Elisabeth se ocupou de fazer a reforma da moeda retirando o dinheiro desvalorizado que estava em circulação desde o reinado de seu pai Henrique VIII, fortaleceu o trabalho agrícola autorizando todos os homens considerados capazes a realizar tal serviço e ainda firmou parceria com a Escócia e encerrou as hostilidades com a França.

Elisabeth decidiu ficar fora de confusões no continente, pois havia fracassado na tentativa de ajudar protestantes franceses com a tomada do porto de Le Havre em 1562 e teve de ser cautelosa com a França e com a Espanha que demonstrava o início de uma ameaça maior, pois era a maior potência do século XVI. Mesmo perante a

A Inglaterra Elisabetana e os conflitos pelo poder

essas ameaças à rainha se sustentou no poder e seguiu governando a Inglaterra com cautela e sabedoria.

A segunda parte do artigo intitulada “Elisabeth e os apaixonados pretendentes” apresenta como foi o relacionamento da rainha com seus pretendentes. No princípio de seu reinado Elisabeth usou como arma diplomática oferecer a sua mão em casamento, mas sempre recusava as cortesias de noivado, pois se ela se casasse com o cortesão que ocupava o lugar mais alto em sua consideração, sua autoridade poderia ser enfraquecida e provocaria luta entre os pretendentes.

Eram vários os pedidos de cortejos, mas todos em vão, pois a rainha sabia que se escolhesse qualquer um desses “apaixonados pretendentes”, significaria se envolver na política continental e, conseqüentemente, teria de enfrentar a hostilidade dos adversários de seu esposo. A explicação para a preferência da rainha por permanecer solteira pode ter sido os casamentos fracassados de seu pai e o casamento infeliz de sua irmã Mary. Isso deixou claro que o único casamento da rainha seria com seu povo.

O artigo finaliza concluindo que Elisabeth transformou um país falido, conflituoso e atrasado em uma grande potência internacional desafiando rivais, negociando com imperadores do Oriente e reivindicando vastas extensões do Novo Mundo. Durante seu reinado se mostrou perspicaz, delicada, sabia, humilde, reservada, soube escolher seus ministros e impunha sua autoridade impedindo qualquer contestação. Teve visão e adaptação constante às circunstâncias, dominou situações de desafio, rompeu definitivamente com a Igreja Católica e foi uma estadista moderna que governou com excelência o reino da Inglaterra.

Percebe-se que a rainha teve um forte espírito de liderança que a definia como aquela que não comandava sozinha, nem comandava por medo e que levava as pessoas a acreditarem na sua visão, tendo a capacidade de motivar a si mesmo e aos outros. Podemos definir seu estilo de liderança como confiável e democrático, uma liderança voltada à teoria comportamental que mostra um estilo próprio de liderança e a teoria da atribuição, que não segue um modelo para liderar e o líder tem seu

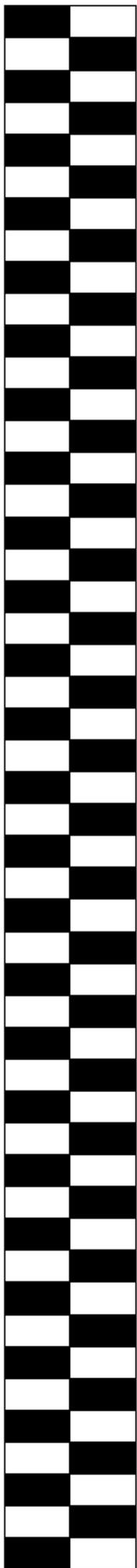
A Inglaterra Elisabetana e os conflitos pelo poder

papel bem traçado com base em sua conduta e reconhecimento dos demais integrantes da equipe.

Esta obra é indicada aos leitores/pesquisadores que se debruçam sobre a temática de “relações de poder”, tipos de liderança e os conflitos que possam advir destas relações.

HOMENS DO MATO

ENTREVISTA



ENTREVISTA



Coronel PM Ronelson Jorge de Barros - Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa da PMMT

Entrevistado por Fernanda Leonel Machado

RESUMO BIOGRÁFICO

O atual Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa da Polícia Militar de Mato Grosso nasceu em Várzea Grande - MT, em 20 de novembro de 1972.

Ingressou na Polícia Militar no ano de 1993. Fez o Curso de Formação de Oficiais na Academia Polícia Militar Costa Verde, obtendo em 1997 o Bacharelado em Segurança Pública. Também é bacharel em Direito, pela Universidade de Cuiabá. É Especialista em Ciências Criminais (ESUD/MT), em Gestão de Segurança Pública

(CAO/PMMT), em Administração Pública com ênfase em Inteligência de Segurança Pública (UFMT) e em Estudo de Comando e Estado Maior (CSP/PMMT).

Possui cursos na área de Pronto Socorrismo, de Identificação Visual de Veículos, Electronic Surveillance, Polícia Comunitária, Local de Crime, Atividade de Inteligência, Procedimentos de Inteligência, Análise Criminal em Inteligência de Segurança Pública, Inteligência e Criminalidade de Massa e Tiro Policial “Método Giraldi”.

Principais Cargos/Funções Desempenhadas:

Exerceu as funções de comandante de pelotão, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (ano 1998). Trabalhou no 4º Batalhão de Polícia Militar como comandante do Pelotão de Trânsito (1998 a 2000). Foi Subcomandante da Companhia Comunitária do Pedra 90, do 3º Batalhão de Polícia Militar (2000). Atuou como Chefe da Agência Regional de Inteligência, do Comando do Policiamento da Capital (2000 a 2002). Desempenhou as atividades de Gerente de Contra Inteligência (2002 a 2006) e Coordenador de Inteligência (2006 a 2007), da Coordenadoria de Inteligência/SEJUSP. Na PMMT, desempenhou atividade de Gerente de Inteligência, da Agência Central de Inteligência (2007 a 2008). Trabalhou como Coordenador de Inteligência das Comunicações (2008 a 2013) e Diretor Adjunto de Inteligência e Operações (2014), no Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado /GAECO/MP. Atuou como Coordenador de Inteligência (2015 a 2017) e Secretário Adjunto (2017), da Casa Militar. É o Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa da PMMT, desde o dia 24 de janeiro de 2019.

RHM: Levando em consideração o cenário de contenção de gastos pelo Estado de Mato Grosso e a necessidade de formar/capacitar os policiais militares para a resolução de conflitos sociais contemporâneos, quais os principais desafios a função de Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa da PMMT (DEIP) apresenta e o que o motiva?

Ao ser convidado para assumir a função de Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa da PMMT, compreendi que minha principal atuação seria a de gerir a pasta levando em consideração a necessidade observar as limitações que o cenário impunha, buscando a compreensão do que poderia ser realizado frente a impossibilidade de investimento que a realidade apresentava. Claramente, existiam questões em que a única solução seria o investimento do estado, tais como a inclusão de um novo quadro de alunos, seja na formação de Praças ou de Oficiais, porque isso está vinculado a necessidade de novas contratações, o que se mostrava inviável sob o ponto de vista legal, portanto, muito difícil de avançar. Existiam, também, questões sobre reformas estruturais de prédios e outras melhorias. Sobre esta situação, tentamos estabelecer parcerias com o legislativo para a distribuição de cotas parlamentares para tal finalidade, fizemos os competentes projetos, estabelecemos a necessária conversação e aguardamos deliberação. Em outra vertente, buscamos otimizar o trabalho das unidades escolas para os cursos de aperfeiçoamento e especialização do público interno, aqueles necessários à progressão na carreira, buscamos envidar esforços para que tudo transcorresse de maneira harmoniosa e coerente, privilegiando o processo de ensino, com um olhar sobre a valorização dos professores e alunos. Estivemos atentos a uma administração com foco na estratégia e buscamos impulsionar e fazer ajustes/melhorias em projetos estagnados e que são de interesse do setor, tais como a nova Lei de Ensino e o projeto de construção de um Centro de Ensino da PMMT, tais projetos já estão em andamento junto ao escalão superior.

RHM - Atualmente a Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (ESFAP), realiza os estágios de qualificação de praças (EQC, EQS e EAS). Como o senhor avalia a oferta desta capacitação “intra-muros” para a qualificação das praças?

Como dito anteriormente, buscamos verter o foco para a capacitação dos profissionais da PMMT. A lei faculta a promoção por cumprimento de interstícios e vincula essa progressão aos cursos citados. Consequentemente, nos obriga como instituição a promover os necessários cursos/estágios para que os policiais militares a serem promovidos possam exercer suas funções de acordo com a graduação alcançada. A instituição tem se esforçado para cumprir esta determinação legal, principalmente, por entender a necessidade do aperfeiçoamento destes profissionais. Cada qual precisa compreender o alcance de sua função, as responsabilidades

que a nova graduação lhe impõe e saber atuar de maneira competente dentro de seu limite de atuação. Estes estágios são oferecidos dentro da melhor compreensão destas necessidades, através de disciplinas pontuais e bem específicas para que o curso não se torne repetitivo ou demasiado extenso e cansativo, o que acaba interferindo no processo de aprendizagem. Então, são ementas enxutas e objetivas para que o foco seja a aplicabilidade do conhecimento na nova função, é uma questão bem técnica sobre o Procedimento Operacional Padrão da PMMT, a confecção de documentos administrativos e do processo disciplinar, entre outros saberes importantes. Reconhecemos a importância dos profissionais que se dedicam a ministrar as instruções nesses estágios, pessoas abnegadas que sabem o quão seu desprendimento é positivo para o sucesso da PMMT e do trabalho prestado a sociedade mato-grossense.

RHM – No que se refere a formação/capacitação de oficiais, a Academia de Polícia Militar Costa Verde, está ofertando o Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos (CHOA), que objetiva a habilitação de 115 (cento e quinze) novos oficiais. Como a DEIP conduz este processo formativo, levando em consideração a experiência profissional dos policiais militares e como será o emprego deste efetivo?

O CHOA foi uma conquista importante para os 115 policiais que estão em formação na Academia de Polícia Militar Costa Verde. São pessoas com uma vasta experiência profissional, que laboraram em diversas frentes na PMMT. O desafio do curso é oferecer um conhecimento de qualidade a estes profissionais, que passarão a exercer o oficialato, portanto, precisam aprender o olhar institucional sob o aspecto do comandamento e sua atuação como gestores. Neste processo, é importante considerar que as experiências são muito relevantes, todavia, há que ter espaço para as novidades e o redirecionamento deste conhecimento a luz da nova função, principalmente para lapidar o que é bom e corrigir pontos ainda falhos. É preciso abrir lugar para que a nova experiência funcional seja compreendida em toda sua extensão, levando em consideração as responsabilidades da nova atuação. Através da experiência institucional com cursos de habilitação de oficiais realizados anteriormente, temos convicção que colocaremos a disposição da sociedade novos oficiais com aptidão necessária ao exercício de suas funções e profissionais comprometidos com a melhor atuação possível.

RHM - Houve um acréscimo considerável de Escolas Militares Estaduais (Escolas Tiradentes), uma vez que tal modelo apresenta bons índices na avaliação da Educação Básica. A DEIP enfrenta desafios importantes para a regulamentação destas unidades e, devido sua característica de administração híbrida (PMMT e SEDUC), busca a formação de entendimento sobre os princípios que devem nortear a Escola Militar Tiradentes, tendo em vista a manutenção do acesso universal à educação e a disciplina da rotina militar. Fale sobre a atuação da DEIP neste contexto e sobre os avanços da gestão.

As escolas cívico-militares estão em alta no momento, devido aos ótimos índices alcançados em Mato Grosso e com pouco tempo de funcionamento no interior do estado. A PMMT tinha apenas uma escola militar, a Escola Tiradentes de Cuiabá. Ela é referência positiva e conta com todas suas regulamentações e autorizações em pleno funcionamento. Com a implementação da política de escolas militares no interior do estado (foram inauguradas outras seis unidades - Sorriso, Lucas do Rio Verde, Confresa, Juara, Nova Mutum e Rondonópolis), houve a necessidade de estabelecer um acompanhamento pela Polícia Militar, através da Diretoria de Ensino, para a regulamentação junto ao Conselho Estadual de Educação. O funcionamento de uma escola subentende sua aprovação e credenciamento junto ao conselho e, para tanto, são necessárias diversas formalidades. Desenvolvemos uma parceria importante junto à Secretaria de Educação, posto que as escolas têm característica híbrida, são geridas pela PMMT e pertencem a rede estadual de ensino. É possível afirmar que vencemos alguns desafios e conquistamos muitos aprendizados, as escolas estão, finalmente, credenciadas e regulamentadas. Ainda existem questões a serem superadas, mas o que precisa ser percebido são os avanços e os aspectos positivos desta parceria entre PMMT e SEDUC. Os frutos são muito positivos, a avaliação do IDEB mostra isso. A ampla aceitação das escolas cívico-militares pela população deixa a PMMT muito satisfeita em ter aceitado este papel na Educação Básica. Entendemos que a escola é um espaço fomentador de boas práticas, lugar onde a criança precisa observar bons exemplos, adquirir responsabilidade com seus afazeres e disciplina para realizar suas tarefas. São questões que contribuem para o sucesso pessoal, tudo isso aliado a um cenário organizado e seguro, onde o professor encontra tranquilidade para ensinar e o aluno satisfação em aprender.

RHM – Senhor Diretor, abrimos um espaço para as suas considerações finais, tanto para os policiais militares, a sociedade cuiabana, mato-grossenses em geral e a sociedade que acessa a Revista Científica Homens do Mato?

Gostaria de encerrar agradecendo a oportunidade de falar à RHM e dizer que o Centro de Pesquisa contribui muito com a educação na Polícia Militar. Não poderia encerrar sem agradecer a confiança do Comando da Polícia Militar depositada neste Oficial para conduzir o ensino na instituição. Também agradecer a contribuição de todos os integrantes da Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa que ombrearam comigo estes desafios. Desejo que o ensino continue sendo o fomentador do crescimento da instituição, que possamos vencer as dificuldades e dar continuidade aos projetos em andamento.